

**«A LÓGICA E O POTENCIAL OPERATIVO
DOS PROJECTOS DE DESENVOLVIMENTO E
DE INTERVENÇÃO SOCIAL NA INDUÇÃO DE MUDANÇA»**

Joacine Katar Moreira

**Tese submetida como requisito parcial para obtenção do grau de
Mestre em «Desenvolvimento, Diversidades Locais, Desafios Mundiais:
Análise e Gestão»**

**Orientador Científico:
Prof. Doutor Ulrich Schiefer**

Maio de 2009



**«A Lógica e o Potencial Operativo dos Projectos de Desenvolvimento e
de Intervenção Social na Indução de Mudança»**

Joacine Katar Moreira

Maio de 2009

*Ao Fernando C. Ganga,
por tudo o que me ensinaste,
e pelo que representas para a minha felicidade.*

*Ao meus pais Elsa e Quinzinho, à minha avó Nonó
e aos meus onze irmãos que são uma verdadeira dádiva.*

AGRADECIMENTOS

Gostaria de dedicar esta tese aos professores que passaram pela minha vida, nesta altura em que se questiona muito o seu papel social e os resultados do seu trabalho nas escolas portuguesas, porque vivi o papel estruturador que a escola e o seu recheio podem ter na vida de uma pessoa: À minha professora primária na Guiné, a Fátima; À professora Helena Fontes, Fátima e Otília da Escola do Gradil; À professora Fátima Roque, Anabela Guerreiro, Joaquina, Helena, Rosário, à Liliana e ao falecido Prof. Gil de Alverca; À Ana Faria, Fátima de Sá e ao Prof. Alfredo Tinoco do ISCTE. Entre outros, muitos mais, a quem dedico estas pequenas palavras.

Um especial obrigado ao Prof. Ulrich Schiefer, meu orientador, pela sua figura inspiradora e aulas de muito interesse, que contribuíram para a escolha deste tema de estudo.

Agradeço muito às Irmãs Mercedes Fernandez, Isabel Dominguez e Ângela Melgar García, minhas mães espanholas, que muito aturaram a minha impertinência questionadora e a quem devo o gosto pela leitura e escrita.

A todos os meus amigos, que são também uma família para mim. Um especial obrigado à Rita Labareda e ao Anaxore Casimiro por todo apoio concedido e pela amizade. Ao Wilson Bragança e Joelma Almeida pela troca de conhecimento e experiências e pelos bons momentos passados.

Agradeço também à minha amiga gaguez, que me tem acompanhado fielmente durante todos estes anos e que me permite conhecer-me cada dia melhor e aos outros também, nos encontros que nos proporcionam esta senda maravilhosa que é viver aprendendo.

RESUMO

A acção para o Desenvolvimento resulta da *comparação* entre diferentes países e sociedades. A componente estratégica de combate ao sub-desenvolvimento tem como base o potencial operativo da Trilogia do Desenvolvimento - Políticas, Programas e Projectos - que por sua vez teve e tem como consequências imediatas a criação e proliferação de redes desenvolvimentistas a toda a escala mundial.

O formato-projecto acabou por ser a mais generalizada forma de intervenção social, e tem como motores lógicas próprias de funcionamento, quer discursivas quer instrumentais, com repercussão nos impactes produzidos pelas intervenções.

Procura-se nesta dissertação a teorização sobre a lógica e o papel dos projectos de intervenção na transformação das sociedades, através da análise da trilogia do desenvolvimento e do Ciclo do Projecto propriamente dito. A par disso, questões como a intervenção múltipla, a participação comunitária e a análise da sociedade civil, permitem-nos conhecer mais sobre os projectos e mais sobre os seus promotores, as suas proveniências e motivações.

Nestes cenários de análise, constata-se que os mecanismos de funcionamento do complexo desenvolvimentista que mantêm o seu poder de influência, têm como base relações cíclicas institucionais de dependência, que vão permitindo a sua reciclagem e renovação constantes. Estes ciclos (viciosos) patentes nas relações institucionais têm repercussão e prolongamento aquando da operacionalização do desenvolvimento. Pois aquilo que motiva a acção é a ausência de determinada realidade ou situação que se pretende criar, e aquilo que determina a continuação da acção, continua a ser a ausência dessa realidade ou situação induzida.

PALAVRAS-CHAVE:

Desenvolvimento; Sub-desenvolvimento; Dependência; Projectos de Desenvolvimento; Intervenção Social; Participação e Mudança.

ABSTRACT

The action for development results from comparison among different countries and societies. The strategic component to fight underdevelopment is based on the operational potential of the Development Trilogy - Policies, Programmes and Projects - which in turn affected and affects the creation and extension of the development networks worldwide.

The most common form of social intervention is the format-project. The format-project is propelled by its own operation rationales - both discursive and instrumental - which affect the outcome of the interventions.

This dissertation aims to discuss theoretically the rational and the role of the intervention projects on the transformation of the societies through an analysis of the development trilogy as well as the project cycle itself. Furthermore, discussion of issues such as multiple intervention, communitarian participation, and civil society analysis, will allow us to deepen our knowledge on projects and their promoters, their backgrounds and motivations.

These analysis scenarios show us the mechanisms to operate the development complex, which keeps their influential power, are based on cyclical institutional relations of dependency. This relation sustains its constant recycle and renewal. These (vicious) cycles - which are noticeable in the institutional relations - extend themselves in the development operationalization. Thus, action is motivated by the absence of a specific fact or situation one is willing to create, whereas its maintenance is determined by the absence of the induced specific fact or situation.

KEY-WORDS:

Development; Underdevelopment; Dependency; Development Projects; Social Intervention, Participation and Change.

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 – Ciclo de Dependência do Complexo Desenvolvimentista	P.32
Figura 2 – Políticas/Programas/Projectos	P.39
Figura 3 – A Lógica Tripartida da Acção para o Desenvolvimento	P.40
Figura 4 – A inter-influência da Trilogia do Desenvolvimento	P.41
Figura 5 – Ciclo da Trilogia Política/Programa/ Projectos	P.43
Figura 6 – Ciclo de Dependência das Intervenções	P.52
Figura 7 – Ciclo de Dependência da Comunidade	P.53
Figura 8 – Fase 1 (Evolução da Lógica de intervenção para o Desenvolvimento com base no formato-projecto)	P.54
Figura 9 – Fase 2 (Evolução da Lógica de intervenção para o Desenvolvimento com base no formato-projecto)	P.54
Figura 10 – Fase 3 (Evolução da Lógica de intervenção para o Desenvolvimento com base no formato-projecto)	P.55
Figura 11 – Fase 4 (Evolução da Lógica de intervenção para o Desenvolvimento com base no formato-projecto)	P.56
Figura 12 – Ciclo de Dependência do Formato-Projecto	P.67
Figura 13 - Resultados Possíveis de Mudança Induzida – Positivos	P.75
Figura 14 - Resultados Possíveis de Mudança Induzida – Negativos	P.78
ANEXOS -----	P.91
Questionário-----	P.91
Breve Análise do Conteúdo-----	P.95

ÍNDICE

INTRODUÇÃO -----	P.10
A PROBLEMÁTICA-----	P.11
O OBJECTO E O ÂMBITO DO ESTUDO -----	P.12
A HIPÓTESE CENTRAL-----	P.12
METODOLOGIA DE INVESTIGAÇÃO-----	P.13
CAPÍTULO 2 -----	P.16
DEFINIÇÃO OPERACIONAL DOS PRINCIPAIS CONCEITOS PRESENTES NA TESE -----	P.16
DESENVOLVIMENTO-----	P.16
SUB-DESENVOLVIMENTO-----	P.19
DESENVOLVIMENTO INDUZIDO-----	P.20
DEPENDÊNCIA-----	P.21
INTER-DEPENDÊNCIA-----	P.22
MUDANÇA -----	P.23
PROJECTOS -----	P.24
PARTICIPAÇÃO-----	P.25
CAPÍTULO 3 -----	P.26
DESENVOLVIMENTO, SUB-DESENVOLVIMENTO E DEPENDÊNCIA-----	P.26
DESENVOLVIMENTO INDUZIDO E MUDANÇA-----	P.29
O COMPLEXO DESENVOLVIMENTISTA-----	P.31
SOCIEDADE CIVIL E DESENVOLVIMENTO-----	P.34
A PROBLEMÁTICA DA INTERVENÇÃO MÚLTIPLA-----	P.35
CAPÍTULO 4 -----	P.37
A TRILOGIA DO DESENVOLVIMENTO-----	P.37
POLÍTICA – PROGRAMA – PROJECTO OU PPP’S-----	P.37
Efeitos da lógica tripartida da Acção para o Desenvolvimento-----	P.40
A trilogia funciona? -----	P.42

CAPÍTULO 5 -----	P.46
O FORMATO DE PROJECTO-----	P.46
Duração dos Projectos-----	P.48
A LÓGICA DO PROJECTO-----	P.49
Evolução da Lógica de intervenção para o Desenvolvimento com base no formato-projecto: -----	P.54
O CICLO DO FORMATO PROJECTO DE INTERVENÇÃO-----	P.57
Motivações, Conjuntura e Recursos Disponíveis: «Fase Conceptual»-----	P.59
Análise do Contexto, Identificação e Prospecção: «Fase do Planeamento»-----	P.60
Parcerias, Financiamento e Implementação: «Fase da Execução»-----	P.62
Monitorização e Avaliação de Projectos: «Fase da Terminação»-----	P.63
CAPÍTULO 6 -----	P.65
O FINANCIAMENTO DO DESENVOLVIMENTO-----	P.65
FINANCIAMENTO DE PROJECTOS-----	P.66
CAPÍTULO 7 -----	P.69
PROJECTOS DE INTERVENÇÃO SOCIAL-----	P.69
O LUGAR DA PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA NOS PROJECTOS-----	P.70
Participação <i>versus</i> Representatividade-----	P.72
CONSIDERAÇÕES FINAIS -----	P.74
BIBLIOGRAFIA -----	P.82
ANEXOS -----	P.91

INTRODUÇÃO

«Os cientistas são destruidores de mitos»

(ELIAS, 1970, p.55)

«A ciência provém do mito»

(POPPER, 1991, p.33)

A análise e o estudo do formato-projecto de desenvolvimento e de intervenção social, assim como o seu potencial operativo na indução de mudanças nas sociedades, são os motivos desta dissertação.

Sendo uma abordagem teórica e porventura diferente daquela habitual nos Estudos de Desenvolvimento em Portugal, normalmente baseados no estudo de casos exemplificativos, esta tese pretende uma abordagem mais abrangente do fenómeno do Desenvolvimento, suas instituições e acções. Isto é um risco, na medida em que é fácil cair em generalizações e entrar em buracos teóricos pouco definidos, mas pode ser um risco necessário, se a aceitarmos como uma tentativa de contributo neste cenário.

Não constituindo a temática da tese uma novidade no panorama da produção científica sobre o Desenvolvimento, ela pode, mesmo assim, contribuir para questões que embora já debatidas estão longe de ficar onde se encontram, nomeadamente no estudo e análise dos diversos casos de falhas sucessivas do tão preconizado *desenvolvimento* e simultaneamente a existência de muitas intenções desenvolvimentistas em marcha, em forma de projectos.

Os projectos, sejam eles de iniciativa endógena ou exógena, são normalmente levados a cabo tendo como motores determinadas lógicas de funcionamento, quer discursivas quer instrumentais. Estas lógicas têm a ver com os esquemas valorativos e referenciais dos seus promotores, entre estes as instituições financiadoras das intervenções.

No contexto das intervenções, verificaremos a forma como as lógicas de acção têm vindo a sofrer alterações ao longo do tempo, adaptando-se a novas conjunturas, novas necessidades e demandas que tanto podem surgir de dentro, assim como fora do complexo desenvolvimentista e suas inúmeras instituições.

Desta feita, o enfoque crescente dado à intervenção múltipla e à participação nas intervenções, parte da constatação das falhas de sustentabilidade dos resultados positivos dos projectos, mas também da crescente focalização nas comunidades e/ou grupos-alvo, fazendo-

os donos figurativos das intervenções e desse modo, responsáveis por aquilo que são os resultados dos projectos. Por outro lado, esta mudança de foco tem como potencialidade o estímulo à uma maior e melhor participação não só da comunidade, mas também das elites governamentais e económicas das sociedades nos processos de desenvolvimento, o que pode ser vital para a garantia da sustentabilidade dos impactes positivos dos projectos e para o amadurecimento do debate e acções político-sociais e económicos neste âmbito.

A Problemática

O formato projecto de intervenção é a mais generalizada forma de operacionalização das políticas e programas de intervenção social, nacional e internacional, que visem a provocação de mudanças dentro das sociedades¹.

A avaliação dos projectos tem demonstrado muitas vezes elementos contraditórios de eficácia documentada e de ineficácia mais ou menos visível dos resultados destas intervenções nos meios onde foram aplicados.²

Facto inédito que persiste na área da acção para o desenvolvimento, é o facto de o falhanço do Desenvolvimento e a ineficácia de muitas intervenções não ter significado a quebra das redes desenvolvimentistas, mas ter servido como justificativa para o desenvolver de novas acções e contribuir para um alargamento dimensional das instituições afectas a estas redes.

No caso dos projectos de intervenção para o desenvolvimento, procura-se nesta tese, o estudo, a análise e a identificação do quadro geral de planeamento, execução, monitorização e avaliação dos projectos, indo à busca da sua metodologia e lógica de acção, entendida como parte explicativa do seu sucesso ou insucesso quando associado à realidade social. A par disso, a paisagem organizacional e a questão da intervenção múltipla, tomam em conta a análise do(s) envolvimento(s) e os objectivos comuns ou diversificados existentes no seio das diferentes intervenções. Importa também perceber nesta tese onde começa e onde termina a participação nos projectos de intervenção. Neste sentido, a participação, nomeadamente a comunitária será instrumental, na medida em que é a partir dele que se pretende conhecer as

¹ CERNEA, 1991, p.6. A maioria dos autores consultados concorda com esta afirmação.

² Autores como Schiefer (2008) propõem por isso a realização de *avaliações integradas* e o desuso das avaliações de impacte dos projectos, sendo estes últimos feitos com base na Trilogia Políticas/Programas/Projectos.

possibilidades de desenvolvimento efectivo que os projectos de intervenção para o desenvolvimento têm comportado.

O Objecto e o Âmbito do Estudo

A análise do Desenvolvimento através dos estudos de caso, são uma opção constante e de muito interesse para os Estudos de Desenvolvimento. Contudo, esta forma de análise, de cariz mais antropológico e também sociológico, apresenta sérias limitações no que diz respeito a uma visão mais abrangente, daquilo que foi e é o panorama das intervenções para o desenvolvimento. Isto porque cada estudo de caso, ao basear-se nas especificidades locais na apreciação dos resultados do desenvolvimento, pode dificultar a visão sobre outras causas das intervenções e seus impactes, por vezes externos àquela localidade, àquela comunidade e àquele país. Ou seja, a segmentação produzida pelos estudos de caso, permite-nos saber muito mais sobre as especificidades e menos sobre a globalidade das intervenções.

Assim, ao analisar o impacte dos projectos de desenvolvimento em dado contexto, nem sempre é claro perceber se o projecto teve determinado resultado por ter sido operado naquele lugar em particular, para e por aquela comunidade em particular, ou se o projecto em si, enquanto instrumento de acção formatado e com lógicas próprias, é causador de determinadas transformações. E ainda, se as organizações envolvidas são ou não catalisadoras de certas mudanças e que tipos de influências discursivas e da operacionalidade sofrem.

Daí a opção por se fazer uma análise teórica com base na produção bibliográfica sobre as temáticas do Desenvolvimento, não perdendo de vista estudos de caso de outros autores.

Em consequência, o objecto de estudo ou palco de análise da dissertação é o complexo desenvolvimentista, a sua lógica de acção - que embora não homogénea, assenta nos mesmos pressupostos - e os resultados visíveis ou não visíveis das suas intervenções.

A Hipótese Central

O mecanismo de funcionamento do complexo desenvolvimentista que mantém o seu poder de influência no mundo, tem como base relações institucionais de dependência.

Estas relações de dependência são caracterizadas por ciclos completos de dependência entre as diferentes e hierarquizadas entidades que compõem o complexo desenvolvimentista:

entre as diferentes instituições do complexo desenvolvimentista; entre entidades/instituições e os actores; entre actores do desenvolvimento e projectos; entre projectos e recursos disponíveis; entre a ausência de desenvolvimento, ou seja o não cumprimento das prerrogativas desenvolvimentistas, e a própria existência e o funcionamento do complexo desenvolvimentista. E um sem fim de relações pacíficas de dependência que vão permitindo por sua vez a reciclagem e o renovar constantes da esfera desenvolvimentista.

Estes ciclos viciosos patentes nas relações instituições do desenvolvimento têm repercussão e prolongamento aquando da operacionalização do desenvolvimento, e na lógica subjacente aos projectos de desenvolvimento.

Metodologia de Investigação

A metodologia de investigação utilizada para a elaboração desta dissertação consistiu sobretudo na pesquisa bibliográfica e documental, dada à especificidade teórica da dissertação. É de salientar porém, que não foi tarefa fácil, devido ao elevado número de obras e referências bibliográficas disponíveis sobre as temáticas abordadas nesta tese. Como seleccionar a imensa bibliografia? Que obras privilegiar? Que autores referir? Como evitar o tendencialismo de óptica, ou seja, a procura de autores com os quais nos identificamos em termos de abordagem e de discurso? São questões com que se deparam todos os investigadores. Procurou-se então pela interdisciplinaridade na abordagem dos temas, sendo que a *Sociologia do Desenvolvimento* acabou por ser a área privilegiada, exactamente devido à pluralidade dos autores e suas origens académicas e profissionais.

As fontes utilizadas foram sobretudo fontes secundárias, embora alguns relatórios e sites consultados possam ser tidos como fontes primárias, embora numericamente sejam pouco significativos no panorama bibliográfico. Deu-se prevalência às obras contemporâneas, mais actualizadas em termos discursivos, embora livros de há vinte anos atrás ou mais, tratem de questões actuais, mostrando que entre a teoria e a acção do Desenvolvimento a distância temporal pode ser muito significativa.

Os autores na área dos Estudos de Desenvolvimento são autores oriundos sobretudo das Ciências Sociais (com destaque para a Economia, a Antropologia e a Sociologia) e podem eles próprios – através das suas obras – serem identificados em termos da evolução da abordagem desenvolvimentista ao longo do tempo. Na época do apogeu do Desenvolvimento

Económico – entendido como meio e fim primordial para o progresso das sociedades - os economistas sobressaíram-se na produção documental sobre o desenvolvimento, mas à medida que o carácter Social e Cultural do Desenvolvimento foi-se afirmando face à não-modernização e ao não-desenvolvimento esperados para os países mais pobres, a Sociologia e a Antropologia tomaram também elas, a dianteira das análises, dos estudos e dissertações sobre o progresso das sociedades.

Igualmente importante é a existência de obras variadas, escritas por elementos pertencentes à esfera desenvolvimentista, onde se denota uma abordagem ora «dissidente» ora «conciliadora», sobre as intervenções e as teorias que as sustentam. A abordagem *dissidente* caracteriza-se por uma análise crítica e provocatória, mas também de acusação e de rejeição das prerrogativas desenvolvimentistas. Por isso pode ser dividida em *abordagem reformista*³ e *abordagem de ruptura*⁴. Já a abordagem ou óptica *conciliadora*⁵ do discurso sobre o desenvolvimento é marcada pela caracterização e pela avaliação das intervenções de modo a dar seguimento e consistência ao projecto desenvolvimentista mundial. Apesar de tecer críticas ao sistema mundial do Desenvolvimento e suas inúmeras acções, e conter sugestões reformistas, a abordagem *conciliadora* nunca é dissidente, no sentido acima descrito.

A lacuna observável em termos de documentação disponível é relativa à quase-ausência de obras sobre a fase pré-projecto, ou da *formação* da ideia do projecto.⁶ Existe porém boa documentação sobre «como fazer» projectos «como monitorizar» e «como avaliar» projectos, assim como muitos relatórios de avaliação, preterindo-se obras que relacionem o carácter digamos *histórico* dos projectos, e obras que analisem a conjuntura de nascença da ideia do projecto e suas implicações no Ciclo do Projecto. As informações de carácter histórico, que exigiriam uma investigação essencial para a contextualização das sociedades e das intervenções, ou não têm, ou têm pouco relevo na produção documental sobre projectos de desenvolvimento ou de intervenção social.⁷

³ Alguns exemplos de autores que podem ser inseridos na *abordagem reformista* são: Doug Porter; Ulrich Schiefer; Daniel Cernea;

⁴ Alguns exemplos de autores que podem ser inseridos na *abordagem de ruptura* são: Majid Rahema; Giordano Sivini; Gustavo Esteva;

⁵ Alguns exemplos de autores que podem ser inseridos na *abordagem conciliadora* são: Roque Amaro, Boaventura Santos; Lisa Jordan;

⁶ Gustavo Esteva (2005) é um dos poucos autores que se refere concretamente a este assunto.

⁷ Segundo Figueiredo, 1982, Vol 1, p.30: «só o reconhecimento da dimensão histórica dos problemas permite compreender a natureza concreta e irredutivelmente una do fenómeno social.».

Posto tudo isto, como compreender a proliferação de estudos sobre metodologia do projecto, indo do seu planeamento à sua avaliação e re-planeamento, e a existência de estudos críticos que propõem o fim do Desenvolvimento e o fim das Ajudas ao Desenvolvimento, entendidas como impedoras do mesmo Desenvolvimento que preconizam? Não será a realidade, a mesma observada e estudada por estes diferentes analistas?

A par da pesquisa bibliográfica, a vida quotidiana e as informações produzidas sobre a realidade desenvolvimentista, e ainda, conversas informais com pessoas pertencentes a redes desenvolvimentistas ou afectas a projectos de intervenção social, deram-me bases de reflexão sobre questões ligadas ao quotidiano das intervenções. Isto permite-me dizer que esteve presente um certo «pluralismo metodológico» na elaboração desta tese, ou seja a captação da realidade social através da utilização dos métodos ao alcance, mesmo que não sejam cientificamente ortodoxos.

A minha experiência profissional na área do Desenvolvimento, embora ainda não muito significativa, enquanto coordenadora de um projecto de intervenção, como consultora, entre outras pequenas funções em projectos como a realização de questionários, etc., é uma plataforma de aprendizagem e de contacto directo com a realidade das intervenções em forma de projectos.

Outro instrumento de recolha de informação para a dissertação foi a elaboração de um questionário de escolha múltipla, que foi enviado a algumas ONGD portuguesas e guineenses, das quais obtive respostas que vieram reforçar as ideias expostas na dissertação.

CAPÍTULO 2

DEFINIÇÃO OPERACIONAL DOS PRINCIPAIS CONCEITOS PRESENTES NA TESE

«Todo processo classificatório é uma forma de agrupar objectos, acções, atitudes, crenças – todas as espécies de fenómenos que precisam ser colocados juntos para ajudar a entender uma situação complexa.»

(MANN, 1983, p.27)

Desenvolvimento

O Desenvolvimento é uma construção artificial⁸, que apesar de ser comum a todas as sociedades⁹ é normalmente associado aos países mais pobres, aos quais se dá o nome de *sub-desenvolvidos*, sendo estes os maiores beneficiadores das políticas, programas e projectos de desenvolvimento internacionais.

É consensual o seu aparecimento, enquanto conceito, com a emergência do capitalismo e a crítica de sociedades feudais, estando associado à ideia de modernização, progresso material e desenvolvimento económico.¹⁰ Assim, o desenvolvimento industrial despoletou a ideia de Desenvolvimento¹¹ e com isto a divisão dos países do mundo em desenvolvidos e sub-desenvolvidos¹², existindo uma forte correlação entre o alto nível de vida das populações e o grau avançado de industrialização alcançado pelos países.¹³ Isto explica a utilização de indicadores económicos para a avaliação do Desenvolvimento dos países¹⁴, baseados na dura racionalidade do crescimento económico e modernização a todo o custo.

Situa-se cronologicamente o Desenvolvimento no contexto do pós II Guerra, época marcada por novas afirmações idealistas, como a ideia de progresso e da paz¹⁵, desejo esse que se pensava estender a toda a Humanidade. Segundo Elias¹⁶, o desenvolvimento é uma

⁸ ESCOBAR, 2005, p.91;

⁹ MAIA, 2002, p.101. Esta ideia é partilhada por autores como Amartya Sen na sua obra “Desenvolvimento como Liberdade”;

¹⁰ MAIA, 2002, p.100; AMARO, 2003;

¹¹ DE SENARCLENS, 2001, p.197;

¹² SUNKEL, 1975, p.1;

¹³ IDEM, p.3; AMIN, 1973, p.7

¹⁴ AMARO, 2002, p.47;

¹⁵ AMARO, 2003, p.41;

¹⁶ ELIAS, 1970, p.159;

actividade planificada com o grande objectivo de melhorar a pobreza relativa das sociedades. Para Esteva¹⁷, nunca uma palavra foi tão universalmente aceite, sendo criado de repente, a partir do discurso de Truman¹⁸, uma nova percepção do «nós» (desenvolvidos) e dos «outros» (não-desenvolvidos).

Segundo Amaro¹⁹, o conceito de desenvolvimento é eurocentrado e assume-se que a evolução histórica ocidental é um caminho a seguir para se alcançar o progresso. Daqui surge a unilinearidade e o evolucionismo que marcou a ideia de desenvolvimento, ignorando as valiosas contribuições culturais e a diversidade que caracteriza os países mais pobres. Esteva²⁰ fala por isso do irrealismo do conceito de desenvolvimento, que pressupõe uma evolução linear do mundo e baseia-se na falsificação da realidade produzida pelo desmembramento da totalidade dos processos interconectados da realidade mundial.

Segundo Figueiredo²¹, «*O que está em questão é, antes de mais, a tendência para avaliar o mundo em função de um centro que o observador julga sempre ocupar*». Esta abordagem etnocêntrica²² que caracterizou as intervenções para o desenvolvimento seria depois abandonada, atendendo às sucessivas falhas das políticas instituídas.

Vários pensadores, nomeadamente dos países considerados sub-desenvolvidos (caso ímpar da América Latina) insurgiram-se com aquilo a que consideraram a hipocrisia e a arrogância dos promotores ocidentais e o pendor colonizador da teorização e das intervenções desenvolvimentistas, acusando-os de serem os responsáveis pela situação de muitos países pobres, atendendo ao processo da colonização e a continuidade da exploração capitalista pela parte dos países ocidentais²³. Esteva²⁴ nomeia diferentes autores que propuseram novas abordagens ao Desenvolvimento, como Julius Nyerere - desenvolvimento através da mobilização política, Rodolfo Stavenhagen - etnodesenvolvimento - Jimoh Omo-Fadaka -

¹⁷ ESTEVA, 1992, p.6;

¹⁸ Proferida a 20 de Janeiro de 1949 na Sociedade das Nações.

¹⁹ AMARO, 2003, p.42;

²⁰ ESTEVA, 1992, p.12;

²¹ FIGUEIREDO, 1982, Vol.1, p.24;

²² Sobre o etnocentrismo, escreve SILVA (1990 p.45) o seguinte: «*De entendê-la como relação de poder. A actividade etnocentrista é a afirmação legitimadora, muitas vezes inconsciente, do domínio – afirmação no plano do conhecimento e da representação simbólica. O seu núcleo não está, aliás, e rigor, na ostentação imediata da superioridade social ou rática – mas, mais subtilmente, na operação de fechamento do que é cognoscível, no pressuposto de que o que vale a pena conhecer e, portanto, o que serve de padrão único para o conhecimento dos outros, são os factos e as ideias interiores à nossa própria área cultural, ao “nós” que é o nosso.*».

²³ ESTEVA, 1992, p.11;

²⁴ IDEM, p.7-8;

desenvolvimento através da perspectiva *bottom-up* (da base para o topo) e Orlando Borda e Anisur Rahman que preconizaram um desenvolvimento participativo.

Passou-se assim da Teoria da Modernização²⁵ para a Teoria da Dependência e desta para a Teoria do Sistema Mundo.

Está bastante documentada a análise conceptual do desenvolvimento, a evolução semântica de que tem sido alvo, dando origem a novas asserções - organizadas cronologicamente - que são o Desenvolvimento Sustentável, Desenvolvimento Local, Desenvolvimento Participativo, Desenvolvimento Humano, Desenvolvimento Social e Desenvolvimento Integrado²⁶, daí que entenda não fazê-la aqui. Estes diferentes *tipos de desenvolvimento* têm uma contextualização própria, diferindo no ponto de foco em dado momento, possuem geralmente ópticas mais integradoras, mas mantêm em termos gerais as prerrogativas desenvolvimentistas originais.

Embora estas definições conceptuais comportem uma alteração também em termos de lógica de acção, como bem exemplifica o Desenvolvimento Participativo, não vejo estas caracterizações (*Humano, Local, etc.*) como algo que defina por si só ou complemento o Desenvolvimento, mas sim como partes do conceito único de Desenvolvimento, mas sendo este orientado para uma questão ou problemática concreta em dado momento.

Segundo Amaro²⁷, «*as novas formulações do conceito de desenvolvimento são mobilizadoras para uma acção emancipadora e participativa não subordinada.*». Sendo que «*atribuem à Acção e à Indução papéis nucleares nas suas matrizes estruturais.*»²⁸. O desenvolvimento induzido ganha assim maior fôlego com as reformulações conceptuais do desenvolvimento.

Se analisarmos com atenção crítica aquilo que tem sido a teorização do desenvolvimento, sua evolução e derivações, que têm consistido na secundarização da questão económica em prol da questão sócio-política (em que a *participação* aparece como palavra-chave), podemos ver que ela nem sempre é sinónimo de acompanhamento prático. A

²⁵ FIGUEIREDO, 1982, Vol. 2, p.15: «*a "teoria da modernização" considera que o desenvolvimento está dependente da introdução de um conjunto de valores, normas, regras, instituições e papéis sociais» cuja necessidade e modernidade deriva da sua presença (teoricamente necessária) nas estruturas sociais dos países industrializados.*».

²⁶ AMARO, 2003, p.55;

²⁷ IDEM, p.66;

²⁸ IDEM, p.67;

prática do desenvolvimento continua “à moda antiga”, continuando em voga a abordagem *top-down* que impõe a vontade dos dadores.²⁹

Sub-desenvolvimento

Atribui-se ao discurso de Truman de 20 de Janeiro de 1949 o começo da «era do desenvolvimento»³⁰. Segundo Esteva³¹, nesse dia, dois bilhões de pessoas tornaram-se sub-desenvolvidas, foram colocadas no fim da linha e remetidos a uma nova identidade: a de sub-desenvolvidos. Desde aí, continuando com o autor, o Desenvolvimento foi conotado a uma coisa: o escape à condição indigna chamada sub-desenvolvimento.

O sub-desenvolvimento é também utilizado como sinónimo de atraso (países «atrasados»), pois pressupõe a existência de fases e estágios de desenvolvimento, de uma progressão linear, evolucionista, encarado como uma etapa preliminar pelo qual os países desenvolvidos já teriam passado. Ignora-se desta forma a diversidade de culturas, o contexto histórico e a imprevisibilidade, assim como a não-uniformidade dos países assim considerados.³²

Segundo Figueiredo³³ «É assim que o sub-desenvolvimento começa por ser assumido (e continuará a sê-lo durante largo tempo) como manifestação de uma diferença, ou mesmo como a própria diferença, o que supõe um referente padrão. O rendimento per capita é o meio pelo qual a diferença se expressa, mas é também, e ao mesmo tempo, o veículo de um quadro de referência que se consuma no padrão de crescimento registado nos países desenvolvidos.»

Boaventura Santos³⁴ refere-se ao «epistemicídio», ou seja à eliminação de formas de conhecimento de outros povos, estranhas aos ocidentais, como sendo um dos grandes crimes contra a humanidade. O novo paradigma da modernidade – neste caso do desenvolvimento – propõe-se por isso, a revalorizar os conhecimentos e práticas não hegemónicas. Para o autor³⁵, «não há primitivos nem subdesenvolvidos, há sim, opressores e oprimidos.»

Embora a ideia de Desenvolvimento tenha superado fortes limitações de abordagem ao longo do tempo, o conceito de sub-desenvolvimento não sofreu directamente o mesmo

²⁹ ESTEVA, 1992, p.6; ESCOBAR, 2005, p.91;

³⁰ ESTEVA, 1992, p.6;

³¹ IDEM, p.7;

³² MAIA, 2000, p.101; FIGUEIREDO, 1982, VOL.1, p.37;

³³ FIGUEIREDO, 1982, VOL.1, p.21;

³⁴ SANTOS, 1994, p.283;

³⁵ IDEM, p.285;

tratamento, ficando-se pela análise das causas e dos obstáculos ao desenvolvimento, enfatizando a dicotomia entre a tradição e a modernidade.

Como obstáculos ao desenvolvimento Figueiredo³⁶ aponta factores sócio-culturais, institucionais e económicas como a família alargada (que impede o desenvolvimento da iniciativa individual); as necessidades limitadas (contrária a um comportamento económico racional); a especificidade do mercado de trabalho (quer ao nível das atitudes quer ao nível do enquadramento institucional da oferta); o contexto institucional (que rodeia a acção dos membros de uma sociedade não industrial) e o enquadramento sócio-cultural da afectação do excedente económico e da formação de capital, com influência do sistema social – auto-consumo e auto-suficiência.

A avaliação do sub-desenvolvimento é também medida de acordo com a satisfação das necessidades efectivas das populações³⁷. Porém, autores como Amartya Sen³⁸ apontam para a existência de privações graves nos países ditos desenvolvidos, e na necessidade do investimento individual fomentado pela intervenção estatal no sentido de garantir mais e melhores oportunidades às pessoas, aumentando a sua capacidade de escolha para o sucesso individual e consequentemente do país.

Desenvolvimento induzido

Os cientistas sociais fazem a distinção entre o desenvolvimento espontâneo, por um lado, e o desenvolvimento induzido ou planeado pelo outro.³⁹ Sendo o desenvolvimento uma actividade planeada conforme já citado por Norbert Elias, e de acordo com o *modus operandi* da Trilogia do Desenvolvimento (Políticas, Programas e Projectos), o desenvolvimento é uma indução cuidadosa e forçada, não espontânea sob o ponto de vista da prática colectiva.

A componente estratégica de combate ao sub-desenvolvimento tem como base o potencial operativo da Trilogia do Desenvolvimento, que por sua vez teve e tem como consequências imediatas a criação e proliferação de redes desenvolvimentistas a toda a escala mundial.

³⁶ FIGUEIREDO, 1982, VOL.1, pp.156-162;

³⁷ FIGUEIREDO, 1982, VOL.1, p.31;

³⁸ SEN, 2004;

³⁹ CERNEA, 1991, p.5;

Neste sentido, podemos afirmar que o motivo por excelência da trilogia do desenvolvimento é a de provocação de mudança social e de que qualquer tipo de ideia de Desenvolvimento é a de desenvolvimento induzido, na medida em que as intervenções se regem por regras próprias de planeamento, monitorização e avaliação, conforme a estandardizada Gestão do Ciclo do Projecto⁴⁰ (ou *Project Cycle Management* - PCM) de Helmut Eggers, bem representa.

Está subjacente ao desenvolvimento induzido, a passagem do tradicional para o moderno, das economias de subsistência para a economia de mercado e a industrialização, a individualização das relações sociais, a especialização das tarefas, a urbanização e a mobilidade social.⁴¹

Segundo Sine⁴² a dicotomia tradição-modernidade é uma falácia dialéctica. Para o autor⁴³, «o mundo tradicional desmoronou-se, e é sobre as suas ruínas que a sociologia do desenvolvimento desenvolve as suas especulações; sobre a categoria teórica da Tradição, este mundo tradicional que, no que dele resta, já só sobrevive como «passado presente», é elevado à dignidade ressuscitada de uma força, umas vezes alienante outras vezes dinâmica, que decide e com quem há que contar na batalha pelo desenvolvimento.».

Dependência

Na teorização do Desenvolvimento, a Teoria da Dependência surgiu como resposta da parte de analistas oriundos de países considerados sub-desenvolvidos⁴⁴ (destaque para a América Latina), à ideia de desenvolvimento/sub-desenvolvimento conforme a teoria prevalecente nos países dominantes, que se auto-intitularam *modernos e desenvolvidos*.

Embora abarcando perspectivas diversas e até divergentes sobre o desenvolvimento, segundo Maia⁴⁵, a Teoria da Dependência é uma crítica externa ao desenvolvimento, na medida em que não é desenvolvida a partir do sistema dominante, e acusa o mundo dito desenvolvido de se ter desenvolvido à custa do sub-desenvolvimento e exploração de recursos dos países que considera sub-desenvolvidos, quer por via da colonização económica, quer por via do imperialismo.

⁴⁰ EGGERS, Hellmut W., «Project Cycle Management: A Personal Reflection» in *Evaluation*, Vol. 8, Sage Publications, 2002, pp.496-504.

⁴¹ MAIA, 2002, p.101; SINE, 1976, p.47;

⁴² SINE, 1976, p.47;

⁴³ IDEM, p.55;

⁴⁴ Caso de FRANK (1971; 1982), AMIN (1973; 18988), BARAN (1962), FURTADO (1976; 1999) e CARDOSO (1971; 1979).

⁴⁵ MAIA, 2002, p.99;

Aqui, a noção de centro/periferia ganha forma, estando o centro associado aos países dominantes em termos de controlo e exploração e a periferia como o lugar dos explorados e sustentadores do progresso do centro, sem que nada beneficiem com esta relação, marcadamente desigual e desfavorável. Segundo Maia⁴⁶, o centro «*Concentra, para além do mais, órgãos de poder e de administração em muito maior número do que a periferia e, por consequência, é nele que se tomam as grandes decisões capazes de afectarem todo um vasto espaço que em muito ultrapassa as suas restritas fronteiras. O centro é, assim, uma espécie de lugar ou posição que “impõe” um modo de vida, que, de forma gradativa, a periferia vai, inerte, seguindo e adoptando.*»

A diferenciação social e económica feita através da dimensão espacial é assim parte explicativa da Teoria da Dependência, que veio substituir a lógica dominante da Teoria da Modernização, caracterizada pela falsa linearidade evolutiva e pelo etnocentrismo.

Inter-dependência

Segundo Maia⁴⁷, «*cada espaço é o resultado de uma conjugação entre a sua própria dinâmica com as dinâmicas que lhe são exteriores. (...) Daí que centro e periferia apenas se expliquem por interacção.*».

A Inter-dependência surge como proposta de reformulação da Teoria da Dependência, defendendo a substituição da noção de dependência pela de *inter-dependência assimétrica*, atribuindo aos países periféricos um papel activo nas relações com o centro dominador⁴⁸. Esta teoria retira os países pobres da dependência passiva e coloca-os em posição de negociação, enquanto preconiza um percurso de desenvolvimento próprio para os mesmos, afastando-os dos modelos de desenvolvimento que têm como espelho de comparação e medição a experiência dos países ocidentais industrializados.

Referindo-se às relações de poder nos sistemas sociais, segundo Giddens, «*as relações de poder funcionam sempre nos dois sentidos, mesmo se o poder de um dos actores ou partes de uma relação social for mínimo quando comparado com o do outro.*».

Se atendermos à Globalização, entendido por Giddens⁴⁹ como consequência da modernidade e da interdependência das relações económicas, políticas e sócio-culturais internacionais, podemos compreender a essência da interdependência assimétrica. O autor atribui à globalização a criação de novas formas de interdependência mundial e com estas,

⁴⁶ MAIA, 2002, p.51;

⁴⁷ IDEM

⁴⁸ IDEM, p.99;

⁴⁹ GIDDENS, 1992;

novas formas de risco e de perigo, ao mesmo tempo que promove a possibilidade de segurança global.⁵⁰

Esta Teoria fará sentido na actualidade? Se analisarmos o complexo desenvolvimentista e as suas interacções e resultados na produção de mudanças, veremos que as desigualdades que estiveram na base da elaboração desta teoria continuam a ser uma realidade.

Mudança

A ideia de Mudança parte do desejo de transformação da realidade, para um estágio mais favorável e que garanta condições propícias para mais e melhores desenvolvimentos. Assim, a Mudança é meio para a realização de outras mudanças, podendo ser interminável, dada é o carácter progressista que marca a evolução histórica das sociedades.

Nesta dissertação, a Mudança é entendida enquanto fenómeno multidimensional, indo para além das suas especificidades – Mudança Social, Mudança Económica, das Mentalidades, das Lógicas de Acção, etc.

Muitos autores associam a Mudança ao corte com o tradicional e com o arcaico, relacionando-o com a modernização, o avanço científico, económico e industrial. A dicotomia entre a tradição e a modernidade faz da tradição uma resistência à mudança através da manutenção e defesa das suas instituições.

Segundo Giddens⁵¹, a modernidade é um projecto ocidental que se refere a transformações institucionais com origem no Ocidente, e na qual a ideia e a existência do estado-nação e a sistemática produção capitalista fazem parte⁵², como produtos da história europeia.

O conceito de Mudança está associado ao conceito de Desenvolvimento, enquanto estágio final das Mudanças preconizadas. Esteva⁵³ refere-se ao Desenvolvimento da maneira que se pretende referir-se à ideia de Mudança presente na tese: uma palavra que implica uma mudança favorável, um passo do simples para o complexo, do inferior para o superior, do mau para o melhor.

⁵⁰ GIDDENS, 1992, p.175;

⁵¹ IDEM, IV;

⁵² IDEM, p.174;

⁵³ ESTEVA 1992, p.10;

Como instrumentos de Mudança, o complexo Desenvolvimento faz uso do potencial operativo da Trilogia do Desenvolvimento (Políticas/Programas/ Projectos).

Projectos de desenvolvimento

Projectos de desenvolvimento são projectos direccionados para uma mudança que permita atenuar até à eliminação, as desigualdades e os desequilíbrios de vária ordem, existentes nas sociedades, países e continentes, definidos nos planos e outros instrumentos de programação e gestão económica.⁵⁴

Guerra⁵⁵ refere-se a um «jogo paradoxal» que rodeia o conceito de projecto, pois se por um lado refere-se a uma acção que gostaríamos que existisse mas cuja existência duvidamos, por outro, nomeadamente na língua portuguesa e francesa, refere-se também a uma acção passada.

Referindo-se a projectos na área empresarial, Afonso⁵⁶ define-os como um conjunto de actividades que têm como função a satisfação de uma parcela ou a totalidade dos objectivos definidos pelas empresas. Para Guerra⁵⁷, para que se possa atribuir a um projecto o carácter de «desenvolvimento», este deve envolver a participação dos grupos envolventes no processo da intervenção e provocar um envolvimento dos mesmos na identificação dos problemas e das soluções a tomar. Os projectos de desenvolvimento são também instrumentos sujeitos à ideia consensual de Desenvolvimento que caracteriza certos períodos, tendo em conta que a evolução conceptual do desenvolvimento tem as suas repercussões práticas.

Schiefer⁵⁸ recorda que a especificidade cultural da metodologia do projecto é estranha a muitas sociedades onde as intervenções são feitas, o que significa que as intervenções em forma de projectos podem ser acções completamente desenquadradas de certos cenários onde actuam as redes desenvolvimentistas.

A eficácia dos projectos de desenvolvimento tem vindo a ser questionada, dadas são as provas de falhas sucessivas de indução de desenvolvimento nos contextos onde foram implementados.

⁵⁴ MILANDO, 2003, p.74;

⁵⁵ GUERRA, 2002, p.113-116;

⁵⁶ AFONSO, 1998, p.9;

⁵⁷ GUERRA, 2002, p.102;

⁵⁸ SCHIEFER, 2006, p.32;

Participação

O conceito de participação foi o mais revolucionário na gíria do Desenvolvimento, pois veio alterar para sempre a lógica inicial de indução de desenvolvimento nas sociedades, marcada por uma visão etnocêntrica e unilateral de progresso e evolução.

Hoje, a utilização do conceito de participação e da metodologia participativa do projecto nas intervenções é visto como primordial para o cumprimento de um desenvolvimento efectivo, cada vez mais inclusivo e com pendor multiculturalista. A isso deveu-se a atribuição da falha de muitos projectos de desenvolvimento à não-participação das populações nos desenhos dos projectos⁵⁹ e a promoção da abordagem *bottom-up* (da base para o topo) em detrimento da vigente abordagem *top-down* (do topo para a base).

Rahnema⁶⁰ fala por isso da instrumentalização e banalização do conceito de participação, que acaba por servir muitos propósitos que não apenas a inclusão e a discussão das comunidades e cidadãos sobre as decisões que afectam as suas vidas. A autora faz a distinção entre a participação manipulada ou teleguiada – nos quais os participantes embora não sendo obrigados a agirem assim, são inspirados e direccionados por centros fora do seu controlo - e a participação espontânea, questionando a prática efectiva da participação nas intervenções.

Segundo Guerra⁶¹, as dificuldades de participação podem ser de vária ordem, entre as quais de ordem cultural, a nível de serviços, de ordem organizacional, instabilidade das associações, dispersão dos habitantes, mutabilidade dos contextos problemáticos, entre outros. Milando⁶² realça as limitações do modelo participativo do desenvolvimento quando aplicado à realidade africana, limitações estas que podem ser de ordem estratégica, organizacional e operacional, que segundo o autor, acabam por impedir que as populações beneficiem efectivamente dos projectos de desenvolvimento. Rahnema⁶³ por sua vez, refere-se a correntes de pensamento que atribuem esta responsabilidade às sociedades tradicionais, vistas como não-participativas, ao contrário das sociedades modernas, e a ideia de que o nível nacional de participação política varia de acordo como o nível do desenvolvimento económico.

⁵⁹ RAHNEMA, 1992 p.117;

⁶⁰ RAHNEMA, 1992 p.116;

⁶¹ GUERRA, 2006, p.8;

⁶² MILANDO, 2005, p.28;

⁶³ RAHNEMA, 1992 p.116;

CAPÍTULO 3

DESENVOLVIMENTO, SUB-DESENVOLVIMENTO E DEPENDÊNCIA

«lo malo de este mundo en que vivimos es que lo que no tiene valor económico, simplemente, no tiene valor»

(SEBASTIÁN, 2007, p.248)

Desenvolvimento, sub-desenvolvimento e dependência são conceitos-chave na análise histórica do percurso das variadas e infinitas tentativas de indução do progresso e do bem-estar pelo mundo fora. Os três conceitos sofreram alterações ao longo do tempo, foram questionados, vistos e revistos por analistas críticos, por operacionais das redes do desenvolvimento, por vozes discordantes e concordantes das prerrogativas desenvolvimentistas. Contudo, apesar da evolução conceptual de que foram alvos e das brechas que criaram em termos da teorização sobre o Desenvolvimento, que mudanças efectivas trouxeram essas reformulações conceptuais?

Segundo Escobar⁶⁴, o Desenvolvimento foi e continua a ser na maior parte das vezes, uma abordagem *top-down*, etnocêntrica e tecnocêntrica, que transforma as pessoas e as culturas em conceitos abstractos e em figuras estatísticas. Já Esteva⁶⁵ aponta para o fim do Desenvolvimento: *«Development has evaporated. The metaphor opened up a field of knowledge and for a while gave scientists something to believe in. (...) Neither in nature nor in society does there exist an evolution that imposes transformation towards 'ever more perfect forms' as a law. Reality is open to surprise. Modern man has failed in his effort to be god»*.

O sub-desenvolvimento, conceito actual e persistente na identificação dos países pobres, também conhecidos como «atrasados» por influência do evolucionismo que marcou as teorias de modernização, é segundo Furtado⁶⁶ um processo histórico autónomo e não uma etapa pela qual já passaram «as economias que já alcançaram um grau de desenvolvimento.».

Segundo Sebastián⁶⁷, o sub-desenvolvimento é uma situação multidimensional, caracterizada por uma incidência grande de por exemplo, pobreza, desemprego, baixa qualificação, ignorância, má condição de saúde, impotência, exclusão, abuso de poder,

⁶⁴ ESCOBAR, 2005, p.91;

⁶⁵ ESTEVA, 1992, p.22;

⁶⁶ FURTADO, 1976, p.259;

⁶⁷ SEBASTIÁN, 2007, p.214;

governo arbitrário, discriminatório e injusto, exploração internacional, grande dívida externa, baixa produtividade do trabalho e fraco espírito empresarial. O autor⁶⁸ salienta porém, que não se ignora o facto de, por exemplo, a pobreza de África e a riqueza da Europa serem dois resultados diferentes do mesmo processo que uniu os continentes durante quase quinhentos anos. Frank⁶⁹ escreve que antes de existir desenvolvimento, não existia sub-desenvolvimento e salienta que esta relação resulta de um processo histórico comum que existe e continuará a existir ao longo da história.

Este processo histórico foi marcado, e continua a sê-lo, pela desigualdade e pela exploração. Entre os que detinham a força necessária para se afirmarem e se imporem aos outros, e os que não a tinham. Estes últimos ficaram dependentes, submissos e sem voz no plano internacional. Isto é muito visível nas relações comerciais entre os países ricos e os países desfavorecidos – porque é esta a sua condição no cenário económico internacional; é igualmente notória nas entidades supranacionais de tomada de decisões, como por exemplo a Organização das Nações Unidas. Também é visível na contínua e perpétua disparidade entre os ricos e os desfavorecidos, apesar dos esforços no sentido contrário.

A teoria da Dependência, já referida, surgiu a partir da falha da teoria imperialista em explicar a contínua e persistente estagnação económica do Terceiro Mundo⁷⁰. Segundo Roxborough, a mudança do contexto internacional é a chave para a mudança do Terceiro Mundo, pois a mudança dos sistemas sociais do Terceiro Mundo são primeiramente exógenos e depois endógenos.⁷¹ Assim, a inter-dependência que existe entre os diferentes países do mundo, requer transformações estruturais, quer nos países ricos como nos desfavorecidos.

A ideia de sub-desenvolvimento teve e continua a ter como grande resultado a visão que as populações dos países pobres e desfavorecidos têm de si próprios. Segundo Escobar⁷² muitos começaram a ver-se como inferiores, subdesenvolvidos e ignorantes e a duvidar do valor da sua própria cultura. Neste sentido, Rahnema⁷³ explica que as políticas de desenvolvimento tendem a criar mudanças induzidas e necessidades anteriormente inexistentes, muitos dos quais condicionam a mente dos seus grupos-alvo.

⁶⁸ SEBASTIÁN, 2007, p.215;

⁶⁹ FRANK, [1982], p.17;

⁷⁰ ROXBOROUGH, 1979, p.62;

⁷¹ IDEM, Preface;

⁷² ESCOBAR, 2005, p.92;

⁷³ RAHNEMA, 1992, p.118;

Sen⁷⁴ exemplifica grupos de pessoas nos países ricos que carecem dos cuidados básicos de saúde ou de educação efectiva, de emprego rentável e de segurança económica e social, e com longevidade de vida não superior às populações das economias muito mais pobres⁷⁵. O autor realça o contributo que esta matéria pode ter na compreensão do desenvolvimento e sub-desenvolvimento.

Pode-se então questionar a *localização* do sub-desenvolvimento, conceito normalmente transportado para os países mais pobres para os quais se clama um progresso e melhorias na ordem da existente nos países mais ricos. Pois, se os países ditos ricos e desenvolvidos lutam com problemas de violência e insegurança⁷⁶, exclusão e desemprego, de pobreza e miséria no seu seio, poderemos falar apenas de *desenvolvimento* nesses países? Não serão essas, características apontadas às sociedades *sub-desenvolvidas* ou *em vias de desenvolvimento*? Outra questão importante a reter é o facto de o progresso económico e científico não chegar a todos da mesma maneira nem ao mesmo tempo, quer nos países ricos quer nos países desfavorecidos. Ou seja, os contrastes sociais (mais comentados nos países pobres) são uma realidade quer do mundo desenvolvido quer do sub-desenvolvido.

Segundo Hespanha⁷⁷, as estatísticas mostram que as desigualdades na distribuição da riqueza estão a reforçar-se, fazendo referência a um fenómeno apelidado por Ulrich Beck de «brasilização», que consiste na «*tendência para uma progressiva aproximação da estrutura social dos países industrializados à estrutura polarizada dos países do Sul, caracterizados ainda pela diversidade, indistinção e insegurança*».

A actual conjuntura internacional, assolada pela crise económica e bancária, o endividamento das famílias ocidentais e a crise imobiliária, que poderá levar muitas famílias da classe média à pobreza e miséria, poderá significar uma possível descida na escada do desenvolvimento dos países envolvidos? A falta de acesso aos cuidados de saúde, de prevenção de catástrofes ambientais (caso Furação *katrina*/EUA) mostrou como o sub-desenvolvimento e a pobreza podem caminhar juntamente com o progresso económico e científico de alto nível.

⁷⁴ SEN, 2005;

⁷⁵ SEN, 2005, p.22;

⁷⁶ Como GIDDENS (1992) analisa na sua obra “*As consequências da Modernidade*”, onde o medo, a violência, a solidão e a insegurança são tidos como sentimentos quotidianos nas relações sociais provocadas por um mundo moderno e progressista.

⁷⁷ HESPANHA, 2002, p.164;

DESENVOLVIMENTO INDUZIDO E MUDANÇA

«*Panta rhei (Tudo Flui)*».
«*É na Mudança que se encontra o Objectivo*»

(Heráclito de Éfeso, filósofo grego, 540 a.C - 470 a.C)

Das mais influentes visões contemporâneas sobre o conceito de desenvolvimento e progresso destacam-se as obras do economista Amartya Kumar Sen (*Pobreza e Fomes*⁷⁸ e *Desenvolvimento como Liberdade*⁷⁹), onde a questão da liberdade individual aparece como essencial para a realização do desenvolvimento.

Em claro contraste com as perspectivas mais restritas que encaram o crescimento económico como meio e como fim primordial do desenvolvimento, na sua obra «O Desenvolvimento como Liberdade», Amartya Sen⁸⁰ escreve que o desenvolvimento pode ser encarado como um processo de alargamento das liberdades reais de que uma pessoa goza, sendo que a ausência destas e doutras liberdades reduzem as potencialidades dos indivíduos, afectando a sua escolha social. Segundo o autor, importa realçar cinco tipos de liberdade: *liberdades políticas, disponibilidades económicas, oportunidades sociais, garantias de transparência e segurança protectora*: 1) Liberdades políticas: têm a ver com competências políticas inerentes à democracia no sentido mais lato; 2) Disponibilidades económicas: referem-se às oportunidades que os indivíduos dispõem para utilizar os recursos económicos 3) Oportunidades sociais: dispositivos que as sociedades organizam em favor da educação, dos cuidados de saúde, etc., que têm influência na liberdade concreta de os indivíduos viverem melhor; 4) Garantias de transparência: a liberdade de lidarmos uns com os outros sob garantia de transparência; 5) Protecção da segurança, ou previdência social: proporcionar uma rede de protecção social que evite que a miséria, a fome e em alguns casos até a morte.

Estas liberdades ajudam a formar a potencialidade genérica de cada pessoa, e ao mesmo tempo são complementares umas das outras.

Sen coloca a liberdade humana na tónica do desenvolvimento. A Liberdade é o fim primordial, mas também o meio principal para a concretização do desenvolvimento. Ela é a medida avaliadora do desenvolvimento no que toca à *avaliação* do grau de desenvolvimento

⁷⁸ SEN, Amartya Kumar, *Pobreza e Fomes: um ensaio sobre direitos e privações*, Terramar, Lisboa, 1999.

⁷⁹ SEN, Amartya, *O Desenvolvimento como Liberdade*, Editora Gradiva – Colecção Trajectos, 2003.

⁸⁰ SEN, 2005, p.9;

de um determinado país, e a prova da *eficácia* do desenvolvimento, pois este deve contribuir para o reforço de actuações livres de outras espécies, promovendo a mudança social, acentuando as potencialidades dos indivíduos para a garantia de mais e melhores oportunidades sociais.

Aquilo que teoricamente faz mover a maquinaria do complexo desenvolvimentista é a ideia de que o desenvolvimento pode e deve ser induzido para bem do sistema mundial. A luta contra as diferentes formas de desigualdade, quer entre as nações, as regiões e as pessoas, parte do pressuposto de que os mais avançados devem ajudar os menos avançados, para que a diminuição da disparidade aumente e redistribua a riqueza.

A acção do complexo desenvolvimentista é assim, por excelência, a acção indutora de mudança. Estas mudanças podem ser promovidas pelos nacionais ou por entidades estrangeiras. No campo da cooperação internacional, os países pobres podem contar com o apoio técnico, financeiro, com recursos humanos e a experiência dos países mais ricos. Deste modo, a indução de mudança nas sociedades pode ser de carácter endógeno e exógeno, ou seja vinda a partir de *dentro* ou vinda de *fora para dentro*. Nos casos de parceria entre as instituições locais e as estrangeiras nas intervenções para o desenvolvimento, aquilo que *sempre* vem do exterior, os recursos financeiros, têm tendência a ditar o rumo a tomar e o princípio e o fim de algumas intervenções.

Para Friedmann⁸¹, a pobreza deve-se ao facto dos pobres não terem poder social para fazerem face à sua situação e melhorarem as suas vidas e das suas famílias e por isso propõe um Desenvolvimento alternativo e caracteriza-o como aquilo que faça «*tornar possível que os sectores desprovidos de poder sejam incluídos nos processos políticos e económicos e tenham os seus direitos de cidadania e reconhecimento como seres humanos*». Através do *empowerment*, ou seja do empoderamento das populações, pretende-se restituir ou conceder o poder aos cidadãos e garantir a sua participação na vida política e económica nos países em questão, incluindo-os nos processos de decisão. Contudo, no que concerne à prática do desenvolvimento alternativo, o autor diz dever-se abandonar a sua pureza conceptual, realçando o facto de existirem muitos caminhos não-directos que podem levar a esse mesmo objectivo.⁸²

⁸¹ FRIEDMANN, 1996;

⁸² IDEM, p.1970;

O COMPLEXO DESENVOLVIMENTISTA

«Cantem e danceem juntos, e sejam felizes, mas devem ser independentes, como as cordas de um alaúde são independentes umas das outras embora vibrem com a mesma música.»

(Khalil Gibran, poeta e filósofo libanês)

Ao conjunto de entidades responsáveis pela manutenção do paradigma do Desenvolvimento, os chamados operadores do desenvolvimento, denomina-se de complexo desenvolvimentista. Dentro deste complexo operam diversas redes⁸³ desenvolvimentistas, criadas a partir de sinergias inter-organizacionais, de objectivos comuns, entre outros elos de ligação e comunhão institucional.

Segundo Milando⁸⁴ «Os “operadores de desenvolvimento” são os especialistas dos governos e das agências nacionais e internacionais de desenvolvimento, que formulam políticas de desenvolvimento; os cientistas sociais, que realizam pesquisas e teorizam sobre países “atrasados”; os especialistas de várias disciplinas que idealizam projectos de desenvolvimento; e os práticos do desenvolvimento, que implementam projectos e são considerados “gente de fora”, que não são nem rurais em “pobres”». O autor divide-os em três grupos: (i) *teóricos do desenvolvimento*, (ii) *teórico-operacionais do desenvolvimento* e (iii) *operacionais ou práticos de desenvolvimento*.» O primeiro grupo reporta ao mundo académico, cujo trabalho veio a culminar nos chamados Estudos de Desenvolvimento. O segundo grupo, o dos «teórico-operacionais», refere-se aos funcionários dos governos e das agências nacionais e internacionais, responsáveis pela criação e implementação de políticas, programas e projectos de desenvolvimento. Por último, o terceiro grupo é composto pelo “peritos” do desenvolvimento, através dos quais os projectos ganham *conteúdo e forma* para os seus destinatários.

Os operadores do desenvolvimento são, segundo este agrupamento, um grupo bastante heterogéneo, mas que funciona perfeitamente em rede, possuindo cada entidade papéis específicos a desempenhar para garantir a missão do complexo desenvolvimentista.

O mecanismo de funcionamento do complexo desenvolvimentista que mantém o seu poder de influência no mundo, tem como base relações institucionais de dependência.

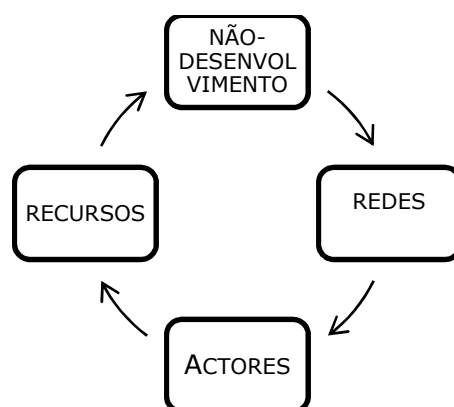
⁸³ Citando Patrick le Galés e Mark Tchatcher, GUERRA (2006, p.28), caracteriza as redes como organizações dependentes umas das outras no que diz respeito aos recursos, mas que trocam os recursos para atingirem os seus objectivos; com coalização dominante nas tomadas de decisão, sendo que esta coalisão acciona estratégias no quadro de regras de jogo que regulam os processos de troca, e em que o potencial de poder relativo das organizações depende por sua vez dos recursos de cada uma, das regras do jogo e do processo de troca entre as organizações;

⁸⁴ MILANDO, 2005, p.54-55;

Estas relações de dependência referem-se a ciclos completos de dependência entre as diferentes entidades que compõem o complexo do Desenvolvimento: entre *entidades maiores* e *entidades menores*⁸⁵, entre entidades/instituições e os actores; entre actores do desenvolvimento e projectos; entre projectos e recursos disponíveis; entre o Não-desenvolvimento, ou seja o não cumprimento das prerrogativas desenvolvimentistas, e o próprio funcionamento e a existência do complexo desenvolvimentista. E um sem fins de relações pacíficas de dependência que vão permitindo por sua vez a reciclagem e o renovar constantes da esfera desenvolvimentista.

Na Figura abaixo, podemos verificar como se processam algumas destas relações de dependência:

Figura1. Ciclo de Dependência do Complexo Desenvolvimentista



O Não-desenvolvimento ou sub-desenvolvimento é o motivo por excelência da intervenção para o desenvolvimento. Esta intervenção faz-se recorrendo à uma rede própria, constituída pelos operadores ou actores de desenvolvimento, que através dos recursos materiais e imateriais disponíveis por esta rede, tenta combater o Não-desenvolvimento.

A ideia de Não-desenvolvimento pode ser interpretada, de acordo com a Figura 1, não apenas como a causa da acção desenvolvimentista, mas também como resultado desta mesma acção. O que por si só explica o carácter cíclico do complexo desenvolvimentista. Ou seja,

⁸⁵ A distinção entre as entidades é aqui feita através de uma lógica do poder que estas possuem e no seu grau de dependência. Assim, as *entidades menores* são as que se encontram numa posição de maior dependência institucional e financeira do complexo desenvolvimentista e as maiores, as instâncias financiadoras da rede e definidoras das lógicas de acção. Por entidades maiores refiro-me às mais altas instâncias de decisão, por intermédias às instituições de poder mediano e por entidades menores, as ONG e outras organizações como associações e fundações.

aquilo que motiva a acção é a ausência de determina realidade ou situação que se pretende criar, e aquilo que determina a continuação da acção, continua a ser a ausência dessa realidade ou situação induzida.

Segundo Escobar⁸⁶ «*Although this practice is not static, it continues to reproduce the same relations between the elements with which it deals. It was this systematization of relations that conferred upon development its great dynamic quality: its immanent adaptability to changing conditions, which allowed it to survive, indeed to thrive, up to the present.*».

A acção para o Desenvolvimento resulta da *comparação* entre aqueles que julgam ter alcançado um nível superior de evolução face aos outros, que consideram menos desenvolvidos.

Aquilo que os operadores de desenvolvimento objectivam, não é só a melhoria e o desenvolvimento das sociedades nos moldes em que se apresentam, mas uma padronização/standardização e um nivelamento (impossível) a outros níveis, dos padrões culturais, sociais, mas essencialmente político, que permita uma «comunicação» mais próxima entre os diferentes povos.⁸⁷

As investidas na ocidentalização do mundo tiveram sucesso noutras áreas, não menos significativas: a influência, em termos do acesso a determinados bens materiais, mais do que em termos culturais e de mentalidade, embora estas últimas sejam uma realidade⁸⁸. E esse acesso, apesar de limitado e velado à maioria da população, não deixa de ter um grande impacte nas sociedades mais pobres.

Dentre os operadores de desenvolvimento, há actores que se destacam pela sua acção pouco silenciosa e de destaque na luta por causas sociais e humanas, político-económicas e ainda culturais. São as instituições da Sociedade Civil ou Terceiro Sector, entre as quais, as Organizações Não Governamentais (ONG) que maior destaque acabam por ter nas mudanças a induzir, porque elas entram na parte prática do complexo desenvolvimentista.

⁸⁶ ESCOBAR, 2005, p.91;

⁸⁷ PORTER, 1991, p.2003;

⁸⁸ SAID, 1990, pp.328-329;

Sociedade Civil e Desenvolvimento

O complexo desenvolvimentista conta com a sociedade civil para a operacionalização das suas prerrogativas, apesar da sociedade civil ser uma realidade muito anterior ao fenómeno do Desenvolvimento.

Para além da componente prática, a sociedade civil assume cada vez com mais força a teorização das questões sobre o desenvolvimento das sociedades, sendo as suas sugestões legitimadas com base na experiência quotidiana das intervenções. Segundo Amaro⁸⁹, o desenvolvimento tenderá a ser um processo em que a Teoria se alimentará da Acção e a Acção da Teoria, o que pressupõe uma dinâmica de avaliação permanente.

Por outro lado, a sociedade civil é também ela, financiadora das intervenções das redes desenvolvimentistas, assumindo um papel primordial na efectivação dos objectivos do Desenvolvimento. Segundo Bendell⁹⁰, podemos considerar quatro categorias de dadores dentro da sociedade civil: as organizações religiosas, altas individualidades, grandes ONG e as Fundações de cariz caritativa.

Howell e Peace recordam que⁹¹ «*Civil society was a particular historical outcome of a disintegrating feudal society and the making of a new economic order centered on private capital accumulation.*». Deste modo a sociedade civil não é indissociável do capitalismo e na sua reflexão não é possível separá-la do complexo económico conjuntural ou da economia de mercado. Segundo as autoras⁹², o sector lucrativo do Mercado e o sector não-lucrativo das organizações da sociedade civil são dois lados da mesma moeda (da economia).

A sociedade civil é vista, por alguns autores, como um árbitro entre o Estado e o Mercado⁹³. Para outros, esse papel mediador está ultrapassado, porque a sociedade civil entrou na esfera de actuação quer do Estado (bastante visível nos países mais pobres), como do mercado, oferecendo bens e serviços.⁹⁴ Para Hespanha⁹⁵, a importância social das organizações da Sociedade Civil reside no facto delas produzirem bens e serviços que as empresas lucrativas não fazem.

⁸⁹ AMARO, 2003, p.67;

⁹⁰ BENDELL, 2006, p.119;

⁹¹ HOWELL E PEARCE, 2001, p.72;

⁹² IDEM, p.79;

⁹³ IDEM, p.67;

⁹⁴ ESTIVILL, 1995, ARUNDHATI, 2004;

⁹⁵ HESPANHA, 2001, p.608;

Segundo Howell and Pearce⁹⁶ «*Civil society is an arena of diversity, plurality, and difference, but it is also an arena of inequality and difference power relations, which are rooted in capitalist economies. It is neither neutral nor benign.*» Estas questões não fogem às análises críticas, por vezes bastante duras, daquilo que são as intervenções e as intenções da sociedade civil, dados os resultados e impactes do seu trabalho nos diferentes países e sociedades.

As ONG, vozes sonantes do complexo desenvolvimentista, são por isso mesmo, motivo de análises rigorosas sobre o seu trabalho e o do complexo desenvolvimentista que as suporta.

A ideia de que as ONG e outros operadores de desenvolvimento são entidades transparentes, desinteressadas e defensores acérrimos dos interesses dos pobres e oprimidos, é questionada por muitos autores.⁹⁷ Estes vêem estas entidades como detentoras de estratégias próprias de auto-sobrevivência e em consonância com interesses, nem sempre convergentes com a daqueles por quem dão a voz. Arundhati⁹⁸ afirma mesmo que a longo prazo, as ONG respondem mais e melhor às demandas dos doadores do que à dos grupos que dizem defender. Daí que Porter⁹⁹ se refira à existência de sérias questões éticas levantadas sobre o trabalho das ONG.

Podemos verificar que a vontade desenvolvedora do complexo desenvolvimentista e suas redes de acção é bastante questionada. A sua dependência financeira e inter-institucional obriga-a a lidar com diversos interesses, para além dos seus próprios¹⁰⁰. Será caso para perguntar se aqueles que pretende ajudar, serão a causa da sua existência, ou o motivo da sua subsistência?

Contudo, apesar de todas estas questões e contradições no seio da sociedade civil, ela cresce e avança no tempo e as suas acções diversificam-se.¹⁰¹

A problemática da Intervenção Múltipla

Uma das principais marcas históricas do panorama desenvolvimentista é o alargamento da sua rede e consequentemente a multiplicação dos seus actores ao longo do tempo. Os

⁹⁶ HOWELL E PEARCE, 2001, p.70;

⁹⁷ MILANDO, 2005, p.60; TEMUDO, 1998, p.145; ARUNDHATI, 2004;

⁹⁸ ARUNDHATI, 2004;

⁹⁹ PORTER, 1991, p.158;

¹⁰⁰ SIVINI,2007, p.8;

¹⁰¹ ESTIVILL, 2003, p.70; HOWELL E PEARCE, 2001; ARUNDHATI, 2004;

operadores de desenvolvimento são um grupo bastante heterogéneo, como já pudemos verificar.

A problemática da intervenção múltipla acontece a partir do momento em que diferentes entidades actuam em simultâneo no mesmo contexto organizacional, por vezes procurando os mesmos resultados, mesmo se através de diferentes projectos, mecanismos e metodologias.

Assim, é comum a existência simultânea de vários projectos a decorrer no mesmo terreno e por vezes para os mesmos grupos-alvo. Isto pode ser constrangedor, quer para os promotores do projecto, como para as comunidades ou países alvo destas intervenções. Schiefer¹⁰² aponta para a necessidade de se ter em conta aquilo a que denomina de «história das intervenções»¹⁰³ e pergunta pelo efeito cumulativo de todas as intervenções nos cenários onde operam. Segundo o autor¹⁰⁴ «*Quem trabalha num bairro problemático num país do sul da Europa não pode ignorar a sobreposição, muitas vezes absurda, de intervenções*». Para o autor¹⁰⁵, isso faz com que as actividades dos diferentes projectos se anulem mutuamente.

Assim é de se ter em conta questões centrais derivadas da intervenção múltipla, nomeadamente a dificuldade da responsabilização das entidades em causa pelos resultados dos projectos – pois com várias e diferentes intervenções, e com as suas diferentes lógicas de organização e funcionamento, a quem atribuir a responsabilidade dos efeitos positivos e/ou negativos que os projectos provocam? Outra questão é a dificuldade na avaliação e identificação dos impactes das intervenções e por fim, a sobrelocação auto-abortiva das intenções desenvolvimentistas.

A intervenção múltipla pode perturbar a estrutura social e a sociabilidade locais. A multiplicidade de soluções propostas pelos projectos de intervenção pode originar uma multiplicidade de efeitos colaterais não previsíveis e de difícil controlo.

Num outro prisma, as intervenções múltiplas são também responsáveis pela reprodução de novas necessidades locais, e logo, de novos projectos de desenvolvimento. Porque a falha e o sucesso de certos projectos são caminhos novos que se abrem para a implementação de outros seguintes.

¹⁰² SCHIEFER, 2006, p.9;

¹⁰³ CERNEA (1991, p.494) também salienta a importância da questão histórica das intervenções, entendendo que ela irá afectar grandemente a disponibilidade dos beneficiários a ter um papel activo nas intervenções.

¹⁰⁴ SCHIEFER, 2006, p.10; IDEM, 2008;

¹⁰⁵ SCHIEFER, 2006, p.32;

CAPITULO 4

A TRILOGIA DO DESENVOLVIMENTO

«Sous l'appellation de développement, la nature et les communautés humaines subissent la défiguration, l'extinction, la mort. (...). Le développement promettait de réduire fossé entre le Nord et le Sud, mais celui-ci ne cesse de creuser. Le développement faisait espérer un bon niveau de vie pour tout les pays, or nous savons que notre terre finie ne pourra le supporter.(...).En conséquence, nous appelons à une fin développement.»

(Institut Interculturel de Montréal - IIM)

Trilogia é sinónimo de «tríade» e de «trindade». Pressupõe uma existência tripartida, a junção de três unidades diferentes, mas uníssonas.

No mundo do Desenvolvimento a trilogia Política-Programa-Projecto é a trilogia da acção para o desenvolvimento, ou seja da sua praticabilidade. Neste capítulo veremos a constituição e a maneira como funcionam em conjunto estas três unidades de acção.

Política – Programa – Projecto ou PPP's

As acções que visam o desenvolvimento, progresso ou transformação de determinada realidade social, são hoje pautadas por aquilo a que denominamos de trilogia. Atendendo à ordem histórica do fenómeno, a trilogia inicia-se com as Políticas de e para o desenvolvimento, que dão origem a Programas de e para o desenvolvimento e estes a Projectos de desenvolvimento. De forma grotesca, trata-se de uma sucessão de pressupostos teóricos com vista à obtenção de pressupostos práticos, que darão origem à acção propriamente dita.

Os pressupostos teóricos (das políticas e programas de desenvolvimento) possuem uma imensa liberdade, acabando por vezes por ser quase *ilimitados* em termos de objectivos (difícilmente conseguidos), como o caso dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM)¹⁰⁶. Por outro lado, a prática indutiva do desenvolvimento (baseada nos pressupostos

¹⁰⁶ Os ODM são: 1 - Reduzir para metade a pobreza extrema e a fome até 2015; 2 - Alcançar o ensino primário universal até 2015; 3 - Promover a igualdade de género e empoderar as mulheres; 4 - Reduzir em dois terços a mortalidade infantil até 2015; 5 - Reduzir em 75% a mortalidade materna até 2015; 6 - Combater o VIH/SIDA, a malária e outras doenças graves; 7 - Garantir a sustentabilidade ambiental; 8 - Fortalecer uma parceria global para o desenvolvimento.

dos projectos) é bastante mais limitada, sujeita a modelos e padrões específicos para a sua acção (nomeadamente o limite temporal, de circunscrição geográfica, financiamento, etc.).

Isto não significa que as políticas e programas de desenvolvimento não tenham limitações, embora em menor grau, em termos de óptica ou lógica de funcionamento e aplicabilidade, ou como no caso dos ODM, limites temporais definidos. Mas possuem uma liberdade de teorização, por vezes de difícil e utópica praticabilidade.

Traduzindo o sentido dos PPP's (Políticas/Programas/Projectos), em termos reais podemos classificá-los também como Pressupostos/Pressupostos/Pressupostos (PPP), o que advém de uma análise curiosa de todo o processo:

Segundo Barbier¹⁰⁷ «se um projecto pode ser descrito como a ideia de uma possível transformação do real, a realização da acção pode ser definida como o processo de transformação do próprio real.». Se assim pensarmos, que a prática efectiva (que é a provocadora de mudança) para o desenvolvimento começa no momento em que se implementam os projectos no terreno, e não no momento do seu planeamento (pois o planeamento de um projecto exige informação, baseada essencialmente em pressupostos teóricos e na realidade *instantânea*¹⁰⁸, que darão origem aos objectivos do projecto), na realidade, a prática do desenvolvimento vem ocupar uma ínfima parte de todo este processo.

As políticas, enquanto mecanismos teóricos de grande amplitude, que tanto podem ser mundiais, internacionais, nacionais e também locais, são instrumentos de muita importância para a esfera mundial desenvolvimentista. Elas são a marca da vontade desenvolvedora das sociedades e uma plataforma referencial fundamental, definidora de lógicas de acção. As políticas priorizam as intervenções a serem feitas, e essa hierarquização é responsável por um movimento intenso e frenético de organizações do desenvolvimento e de actores, a quem cabe comprovar a realidade das políticas na realidade *verdadeira* que é o quotidiano.

A influência e a participação na teorização/elaboração de políticas de desenvolvimento são sobretudo da esfera política, oriundas dos Organismos internacionais, que tendem a ditar princípios éticos e morais internacionais, como os Direitos Humanos; dos Estados/Governos dos diferentes países, e dentro destes, as estruturas direccionadas para a Cooperação

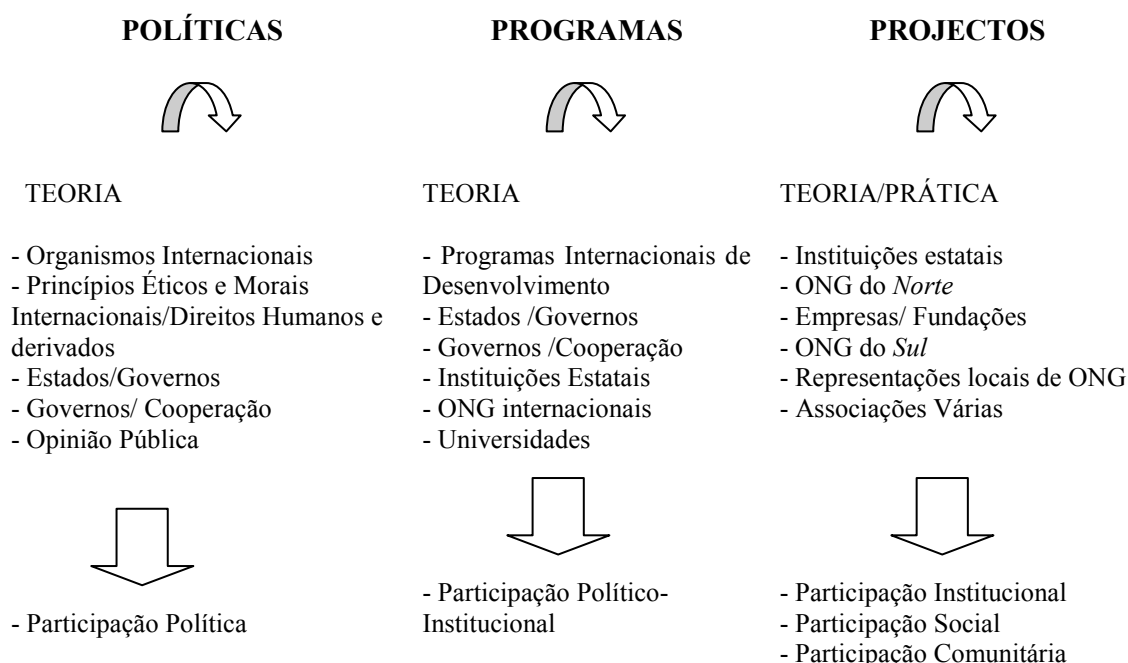
¹⁰⁷ BARBIER, 1996, p.37;

¹⁰⁸ Entende-se por “realidade instantânea”, a conjuntura, momento ou fase concreta de uma localidade ou região, detectada num determinado momento. Isto baseado na noção de que a realidade, ou melhor, as condições sociais/políticas e económicas dos países ou regiões não são estáticas.

internacional. A opinião pública tem um peso forte neste cenário, na medida em manifesta e afirma o discurso de todos os intervenientes sociais, singulares e colectivos, que dificilmente serão totalmente ignorados pelos fazedores das políticas.

Na figura abaixo indicada (Figura 2), podemos ver do quê e de quem falamos quando falamos em PPP's – trilogia das intervenções - assim como da origem dos intervenientes convidados a participarem em todo este processo desenvolvimentista. A origem dos intervenientes permite ver qual o tipo de participação predominante, presente nas diferentes fases do processo de desenvolvimento induzido.

Figura2. Políticas/Programas/Projectos



As políticas de desenvolvimento definem e influenciam Programas. Estes programas são objectivados pelas entidades internacionais ou regionais, pelas instituições estatais e privadas e pelas organizações independentes da esfera desenvolvimentista. A mudança que se pretende alcançar com os programas de desenvolvimento está em contacto com as linhas gerais defendidas pelas políticas.

Segundo Eggers¹⁰⁹, «uma política séria não vai parar em uma enunciação das intenções, mas indica as medidas a tomar em termos de programas específicos.»

¹⁰⁹ EGGERS, 2002, p.498;

Os Programas são detentores de financiamento nacional e/ou internacional para a sua concretização. Este dado é de suma importância para a compreensão da lógica desenvolvimentista. Por um lado, porque sendo a parte imediatamente pré-prática da intenção desenvolvimentista, ela transporta a teorização pura ao mesmo tempo que disponibiliza os meios materiais para a concretizar.

Esta necessidade de mudança é planeada de forma aprofundada com os projectos de desenvolvimento. Os projectos são instrumentos teóricos e de acção que permitem a possibilidade de concretização dos pressupostos e objectivos teóricos presentes nas políticas e programas que lhe deram lugar.

Para Eggers¹¹⁰, um programa é sempre composto por um grupo de projectos e programas, e acaba por ser implementado como sendo uma série de projectos interligados.

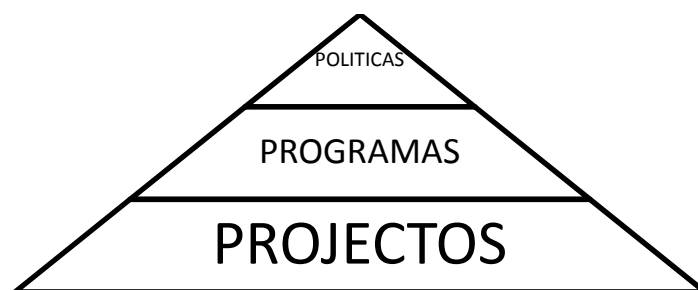
Sendo a forma de intervenção para o desenvolvimento mais utilizada em todo o mundo, o formato-projecto é visto como essencial para a realização do desenvolvimento.

Efeitos da lógica tripartida da Acção para o Desenvolvimento

A trilogia do desenvolvimento (PPP's) consiste numa estrutura fortemente hierarquizada, de ordem tendencialmente sequencial e piramidal, como mostra a Figura 3.

Na figura, podemos verificar onde assenta a base da mudança para o desenvolvimento: no formato-projecto de intervenção.

Figura 3. A Lógica Tripartida da Acção para o Desenvolvimento



Se por um lado os milhares de projectos em curso todos os anos, em todo o mundo, concentram a vontade de mudança presente nas políticas defendidas e nos programas em

¹¹⁰ EGGERS, 2002, p.498;

funcionamento, por outro lado, esta carga de mudança a induzir tem-se mostrado demasiado pesada, para uma base pouco estável e completamente dependente daquilo que são as prerrogativas, as exigências e limitações impostas pelos que se encontram nos patamares acima dela, como veremos mais à frente.

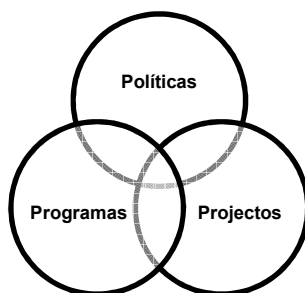
Esta hierarquização do panorama institucional do desenvolvimento tem parte da responsabilidade naquilo que são os resultados práticos, visíveis e invisíveis, positivos e negativos, consistentes ou inconsistentes dos resultados do Desenvolvimento nas diferentes sociedades.

Neste processo – teorização de políticas, elaboração de programas e implementação de projectos - as políticas de desenvolvimento encontram-se no topo da trilogia, definindo áreas de actuação, temáticas a abordar, objectivos mundiais e nacionais a serem cumpridos. As entidades ligadas à detecção e definição das políticas são aquelas que mais facilitam, através de recursos disponíveis, os meios necessários para a programação das mudanças a operar e o incremento destas mudanças com a implementação dos projectos.

A questão das instâncias transnacionais operadoras de desenvolvimento, da cooperação para o desenvolvimento, das parcerias nacionais e internacionais, promovendo e controlando a mudança nos diferentes contextos através da disponibilização de meios e recursos, faz das intervenções para o desenvolvimento, nomeadamente nos países mais pobres, de autênticos projectos de globalização.

No diagrama abaixo apresentado, podemos ver como são indissociáveis as três fases da trilogia, que apenas se distanciam temporalmente em termos teóricos. Na prática, esta sequencialidade é frágil, na medida em que, com a proliferação de políticas e programas e a multiplicação de projectos, tudo acaba por acontecer quase que ao mesmo tempo.

Figura 4. A Inter-influência da Trilogia do Desenvolvimento



Isto permite uma inter-influência que pode ser sobejamente positiva para a esfera desenvolvimentista, na medida em que ao acontecer tudo depressa e ao mesmo tempo, mais depressa são as possibilidades de reformulação de pressupostos falíveis e alteração de práticas e modelos desajustados.

A interinfluência desta trilogia no decurso das intervenções para o desenvolvimento desenvolve-se de forma processual da teoria para a prática, mas ela também acontece da prática para a teoria, tendo em conta a importância que acabam por ter os resultados e a avaliação dos projectos de desenvolvimento na re-definição de políticas e programas.¹¹¹

A trilogia funciona?

Se os projectos não conseguirem cumprir as suas directrizes gerais, significa que os programas não serão cumpridos e de que as políticas pecaram na teorização? A quem se deverá o sucesso ou insucesso da tentativa de desenvolvimento induzido nas sociedades? Às políticas, aos programas ou aos projectos? Ou à trilogia?

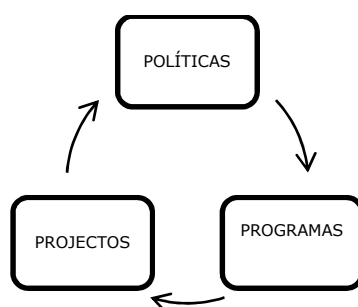
Numa tentativa arriscada de dar pistas para responder a estas questões, esta será feita respondendo a outra questão:

- A trilogia (PPP's) funciona?
- A trilogia do desenvolvimento funciona, em termos de rede de fomento, apoio e financiamento do desenvolvimento. As instituições que constituem as redes desenvolvimentistas são fortes, dotadas de estruturas internas bem organizadas e com papéis específicos, destinadas a cumprir a sua missão de transformar o mundo num lugar melhor para viver.
- A trilogia funciona em termos da documentação produzida sobre o Desenvolvimento. Este facto é visível através da proliferação de estudos, relatórios, recomendações, conferências entre outras variadíssimas fontes documentais, virtuais e outros, sobre o trabalho das instituições de Desenvolvimento.

¹¹¹ SCHIEFER, 2006, p.42-45;

- A trilogia funciona em termos de uma crescente actividade académica sobre o Desenvolvimento, baseada sobretudo na formação de actores de desenvolvimento, consultoria e ensaios teóricos, que têm muito relevo não só no que diz respeito à solidificação do reconhecimento dos Estudos do Desenvolvimento, como na sua relevância para as dinâmicas sociais locais e mundiais contemporâneas.
- A trilogia funciona pela sua capacidade de mobilização e de sedução. O complexo desenvolvimentista é cada vez mais um meio apetecível, porque é um espaço onde se concentram «os bons». Aqueles que escolhem, ou tiveram a oportunidade de ter um trabalho que se considera estar acima dos outros trabalhos, porque promove o bem comum, a troco de qualquer coisa que não se pretende contabilizar.
- A trilogia funciona em termos de uma grande capacidade de recriação e reinvenção de si mesma. Quando se pensava que o Desenvolvimento acabaria, ela renovou-se. Quando se criticam os não-resultados substanciais desta trilogia, arriscamo-nos a ser surpreendidos por novas prerrogativas, e nova força desenvolvimentista, mais contagiante que a anterior, e mais experiente.¹¹²
- Esta capacidade de auto-reinvenção coloca a acção tripartida do desenvolvimento (PPP's) numa roda-viva. Entra-se num ciclo vicioso que funciona a uma grande velocidade e em grande escala, e que já provou ser de difícil paragem. Deste modo, a trilogia funciona de forma cíclica, como podemos verificar na Figura seguinte:

Figura 5. Ciclo da Trilogia Política/Programa/ Projectos



- A trilogia funciona em termos da lógica institucional. Esta lógica é a lógica dos *poderosos*, daqueles que têm o *poder* de transformar a realidade contemporânea e

¹¹² ESTIVILL, 2001; MILANDO, 2005; SCHIEFER, 2005; ARUNDHATI, 2004;

moldar o futuro à luz das suas crenças e concepções¹¹³. A trilogia funciona pela sua grande força dinamizadora, de erupção contagiante.

- A trilogia Não funciona porque o mundo mudou, mas melhorou pouco, apesar da mediatização das intervenções desenvolvimentistas. A bandeira do progresso, do crescimento económico para todos os países, da redução das desigualdades, da melhoria das condições de vida das populações, etc., caiu por terra perante a realidade quotidiana.

Um dos principais resultados dos PPP's tem sido o alargamento dimensional da esfera desenvolvimentista¹¹⁴. A acção tripartida em Políticas/Programas/Projectos, como referido no ponto anterior, possui entidades específicas para o seu funcionamento, que vão da esfera macro (internacional e transnacional) à esfera micro (nacionais e locais). A multiplicação de instâncias de promoção e apoio às intervenções para o desenvolvimento das sociedades é hoje de difícil contabilidade.

O decorrer dos tempos, as diferentes conjunturas e o término de algumas políticas, programas e projectos levou a uma maior atenção quanto aos resultados das intenções que as deram forma. Na verdade, aquilo que mais chama a atenção dentro deste panorama, é na maior parte dos casos, a persistência de situações de desigualdade, por vezes mais acentuadas, em termos de acesso ao recursos e de melhoria de vida das «populações-alvo» das iniciativas desenvolvimentistas.

Conta-nos Klause Wemwe¹¹⁵ sobre o fosso existente entre os países ditos desenvolvidos e os países desfavorecidos no contexto das dinâmicas mundiais desenvolvimentistas:

«On estime à environ 2,9 milliards le nombre de personnes sur terre vivant avec moins de 2 dollars par jour. Plus inquiétant encore, 1,2 milliard d'entre elles survivraient avec moins de 1 dollar par jour. L'Afrique est, en valeur relative, le continent le plus concerné puisqu'un Africain sur deux n'atteint pas ce seuil. Mais d'autres zones géographiques sont également très touchées. Ainsi, en Asie de l'Est, 880 millions d'hommes et de femmes reçoivent moins de 1 dollar par jour. En Asie du Sud, ce sont près de 500 millions de personnes qui vivent en situation de dénuement absolu. En Europe centrale et orientale, les chiffres se sont considérablement détériorés depuis 1990 puisque le pourcentage de la population ayant moins d'un dollar par jour pour subsister était de 8% à l'époque contre 20% en 1999. Le fossé entre les pays industrialisés et les pays en développement ne cesse de se creuser. Un pays comme la Suisse a aujourd'hui un PIB par habitant 400 fois supérieur à celui de l'Éthiopie et 115 fois supérieur à celui de l'Inde.»

¹¹³ ARUNDHATI, 2004;

¹¹⁴ Sobre a Sociedade Civil portuguesa, diz-nos Hespanha (2001, p.615) que «Só nos últimos seis anos foram criadas 800 novas instituições, o que comprova decerto o elevado dinamismo do sector privado social, mas não deixa de mostrar também a forma algo arbitraria e descoordenada como se processam as iniciativas da sociedade civil.»

¹¹⁵ WEMWE, 2003;

Com certeza que exemplos de sucesso encontram-se neste panorama. De projectos que tiveram os seus objectivos cumpridos e conseguiram incitar melhorias nas áreas onde se encontram ou por onde passaram. Mas mesmo estes casos de sucesso, são de um sucesso relativo, na medida em que no seu conjunto, as intervenções carecem de sustentabilidade e tendem a criar e aprofundar dependências. Friedmann¹¹⁶ refere-se aos «*exemplos incontáveis de acções úteis e participativas que melhora, directamente as condições de vida e de existência dos pobres. Mas, relativamente às maciças necessidades dos pobres por todo o mundo, são uma pequena gota no oceano. Em primeiro lugar, porque são concebidos pelos financiadores como projectos para alívio da pobreza.*»

Enquanto Friedmann refere-se a “projectos para alívio da pobreza” como a causa para a não resolução do problema, autores como Wemwe falam de degradação e do aumento das disparidades apesar das intervenções sociais e para o desenvolvimento.

Atendendo à comprovada ineficácia de muitos projectos de desenvolvimento na erradicação dos problemas a que se propõem, pergunto de novo: a trilogia funciona mesmo? Ou melhor, a trilogia do desenvolvimento funciona para aquilo que nasceu?

Não se questiona a dificuldade de provocar mudanças nas sociedades, nas mentalidades, nas economias dos países, no controle de doenças e outras epidemias, entre outras áreas de intervenção onde operam as redes desenvolvimentistas. Questiona-se a operacionalidade da trilogia do desenvolvimento, nos moldes em que é pensada e executada. Operacionalidade esta que tem impedido, consciente e inconscientemente, o desenvolvimento das sociedades a bom termo.

¹¹⁶ FRIEDMANN, 1996, p.170;

CAPÍTULO 5

O FORMATO DO PROJECTO

«Developments projects are not the product of immaculate conceptions.»

(PORTER, 1991, p.197)

Sobre o conceito de projecto, diz-nos Barbier¹¹⁷ que *«o conteúdo de um projecto não tem nada a ver com acontecimentos ou objectos pertencendo ao ambiente actual ou passado do actor que o elabora, mas com acontecimentos ou objectos ainda não verificados. Não se debruça sobre factos, mas sobre possíveis. Relaciona-se com um tempo a vir, com um futuro de que constitui uma antecipação, uma visão prévia.»*. Assim, um projecto não carrega consigo o compromisso da transformação mas uma promessa de mudança que tem consequências na sua elaboração, na sua eficácia e nos fenómenos afectivos que o acompanham. Esta promessa de mudança e progresso é passível de não ser cumprida e na maioria das vezes não sofre sanções pelo não cumprimento, pois a sua ineficácia é praticamente aceite pelas sociedades, dada à sua *boa* intencionalidade.

O formato projecto é a parte prática da Trilogia do Desenvolvimento e a arma operativa das intervenções sociais. Estando solidamente implementado no imaginário e no quotidiano das sociedades industrializadas, o formato projecto contém ferramentas de planificação e execução fabris e de planeamento urbano e industrial. É assim, uma construção externa a muitas sociedades, marcadas por outro tipo de estruturas, mais assentes na gestão quotidiana e da elevação da ancestralidade.

A cooperação internacional e suas instituições (as instituições da trilogia do desenvolvimento) continuam a sua luta contra a pobreza, pela democracia e prosperidade. Para isso são incentivados projectos, com a lógica missionária de cumprir os seus pressupostos. A intervenção para o desenvolvimento local ou de base comunitária tem consistido sobretudo na implementação de projectos concretos, conhecidos por projectos de desenvolvimento.

Através do accionamento de projectos de intervenção, as redes desenvolvimentistas tem a missão de induzir a redução, com vista à eliminação total, dos contrastes gritantes no acesso aos recursos e às desigualdades crescentes. Os projectos têm assim, uma missão quase que civilizadora do panorama mundial.

¹¹⁷ BARBIER, 1996, p.49;

Esta valorização do formato-projecto de intervenção é compreensível, na medida em que esta forma de intervenção possui a possibilidade de aceleração da mudança social, ao poder intervir directamente nas áreas consideradas problemáticas em termos de desenvolvimento.¹¹⁸

Eggers¹¹⁹, ciente desta imprescindibilidade do formato-projecto para as intervenções, criou o PCM – *Project Cycle Management* (Gestão do Ciclo do Projecto), uma abordagem metodológica para a efectividade dos projectos, programas e políticas, que dá ênfase aos grupos-alvo, e é hoje completamente aceite pelos promotores de projectos em todo o mundo. Concebido no âmbito da cooperação para o desenvolvimento dos países europeus e dos parceiros em desenvolvimento do resto do mundo, segundo o autor, o PCM surgiu das avaliações de projectos, que exibiram grandes falhas em termos de óptica e metodologia, sendo que o seu grau de sucesso foi mínimo nos locais onde foram implementados.¹²⁰

Segundo Barbier¹²¹ no caso da intervenção de múltiplos actores, é o projecto que fornece a representação comum que permite a realização coordenada das operações. Para Guerra¹²², o trabalho por projectos parece adaptada à complexidade que norteia as intervenções e à escassez constante de recursos.

Sobre o questionamento da adequabilidade dos projectos enquanto veículos ideais para a indução do desenvolvimento, Cernea¹²³ refere-se ao facto de os projectos serem instrumentos que concentram muitos recursos, que actuam sobre áreas geograficamente delimitadas e que tratam de grupos específicos da população. O autor sublinha porém, que estes dados fazem dos projectos autênticos laboratórios para o uso de abordagens inovadoras, e que actuando numa escala limitada permitem ganhar experiência para a operacionalização de intervenções de grande escala (por exemplo os planos nacionais).

¹¹⁸ BARBIER, 1996, p.49;

¹¹⁹ EGGERS, 2002, p.496;

¹²⁰ As fraquezas identificadas por EGGERS, (2002, p.497-498) para os resultados negativos dos projectos foram: Confusão entre “beneficiários” e “projectos” e o não se ter em conta as necessidades dos beneficiários nas intervenções; canalização de fundos sem preocupação com o resultado final; esquecimento de aspectos essenciais na preparação do projecto, implementação e avaliação como os aspectos sócio-culturais; Não seguimento dos melhores princípios durante o ciclo do projecto, ao passar de um projecto para a fase seguinte, isto em parte devido às pressões que o projecto sofre da parte das entidades estatais, que querem mostrar trabalho e justificar orçamentos; e por fim, más decisões orçamentais.

¹²¹ IDEM;

¹²² GUERRA, 2000, p.125;

¹²³ CERNEA, 1991, p.6;

Num outro prisma de análise, segundo Schiefer¹²⁴, o projecto tornou-se mais uma comunicação estandardizada entre as diferentes organizações do complexo desenvolvimentista, do que um veículo de comunicação entre as agências promotoras das intervenções e as sociedades que são reduzidas a grupos-alvos das mesmas.

A promessa sem garantia, com base da definição apresentada atrás por Barbier pode ser a peça que faz girar a roda do circuito desenvolvimentista. Mas, se um engenheiro civil *projecta* uma determinada infra-estrutura e depois de construída ela cai, a certeza de ter tentado serve de desculpa para o ruído, a poluição, e os perigos em que colocou as pessoas? Porque raramente se sente isso pelos projectos de intervenção para o desenvolvimento que caíram por terra?

Duração dos Projectos

Os projectos encontram-se duplamente limitados, por um lado pelo orçamento de que dispõem, e por outro lado pela sua moldura temporal.¹²⁵

Os projectos são normalmente instrumentos de curta duração¹²⁶. Esta é a característica mais marcante de todo o processo desenvolvimentista. Isto porque, a grande reforma a operar consiste, em reformas do modelo «projecto» de intervenção. Há que decidir que problemas podem ser combatidos com a implementação de projectos concretos e verificar os que não poderão nunca ser combatidos desta maneira.

Referindo-se ao problema da exclusão social, segundo Estivill¹²⁷: «*Não se pode cair no erro de pensar que, como acontece frequentemente, um projecto de, por exemplo, um ano de duração, possa combater este fenómeno com garantias de êxito.*».

A questão dos limites temporais dos projectos de desenvolvimento tem servido para garantir um ciclo de dependência muito perigoso para aquilo que é preconizado pelos operadores do desenvolvimento. Há projectos que são estendidos temporalmente para terem *tempo* de cumprir os seus objectivos. Há projectos que são feitos para dar *continuidade* a projectos anteriores. Outros que têm como origem os sucessos e falhas de *projectos anteriores*. Há projectos que *duram sempre*, com nomes diferentes, instituições por vezes

¹²⁴ SCHIEFER, 2008, p.25;

¹²⁵ SCHIEFER, 2006, p.23;

¹²⁶ JAO, 1990, p.40; MILANDO, 2005, SCHIEFER, 2006, p.23;

¹²⁷ ESTIVILL, 2003, p.96;

diferentes, com mais ou menos técnicos, mais ou menos recursos, mas que continuam a operar na mesma área durante tempo indeterminado.

Referindo-se às causas do insucesso em promover o desenvolvimento africano, no âmbito da cooperação internacional, escreve Milando¹²⁸ que «Muitos teóricos passaram a atribuir uma importância capital àquilo a que designavam por “vontade política das elites”, “problemas institucionais”, “factores culturais”, “problemas estruturais” e, mais recentemente, “capital social” do desenvolvimento.». O autor defende que as limitações encontram-se na forma como são pensadas as acções para o desenvolvimento, mais do que às condições endógenas das intervenções.

São sugeridos soluções de intervenções como o *direct budget support*¹²⁹ (ou apoio orçamental geral), e o aumento do limite temporal das intervenções, para o cumprimento de objectivos de desenvolvimento estruturais ao progresso dos diferentes países.

A Lógica do Projecto

Entende-se aqui por lógica o processo classificatório, logo racionalista, que norteia a prática discursiva e a acção propriamente dita.

Por acção, faz-se uso da definição de Giddens¹³⁰: «a ideia de “acção”, ou de agência, não se refere a uma série de actos discretos combinados entre si, mas a um fluxo contínuo da conduta. Talvez devêssemos definir acção (...), como envolvendo uma “corrente de intervenções causais, concretas ou projectadas, de entes corpóreos no decorrer do processo de acontecimentos que ocorrem no mundo”».

A lógica do projecto prende-se com a racionalidade subjacente à ideia de projecto, sua implementação, monitorização e avaliação. Assim, aquilo que se pretende com esta definição é a análise relativa à validade dos pressupostos teóricos – marcados pela dimensão cultural, social, de formação e da prática discursiva dos promotores das intervenções em forma de

¹²⁸ MILANDO, 2005, p.100;

¹²⁹ Segundo BATLEY, 2006 p.1, «O Apoio Orçamental é uma forma de apoio programático na qual a Assistência Oficial ao Desenvolvimento (AOD) que não está ligada a actividades específicas de projectos é canalizada directamente aos governos parceiros utilizando os seus próprios sistemas de afectação de recursos, aquisição e contabilidade. O AOG [Apoio Orçamental Geral] (em contraste com o Apoio Orçamental Sectorial) não está destinado a um sector ou conjunto de actividades particulares dentro do orçamento governamental. As divisas no AOG estão normalmente associadas a outros ‘inputs’ – um processo de diálogo e condições ligadas à transferência, assistência técnica (AT) e capacitação, assim como esforços de harmonização e alinhamento pelos parceiros internacionais (PIs) que fornecem o AOG. Outras formas de apoio programático (incluindo o alívio da dívida e outros apoios à balança de pagamentos) podem também gerar recursos que podem ser usados para financiar o orçamento do governo, e portanto podem ser também consideradas como apoio orçamental.».

¹³⁰ GIDDENS, 2000, p.14;

projectos. A lógica que norteia as acções desenvolvimentistas, assim como a noção de desenvolvimento, é eurocêntrica e pode ser relativizada, se atendermos à pluralidade discursiva, não só dentro, como fora do palco desenvolvimentista. Esta possibilidade de relativização da teorização e da prática desenvolvimentista tem permitido a renovação e actualização sistemática do discurso sobre o Desenvolvimento, dando origem a novas asserções como o Desenvolvimento Participativo e o Desenvolvimento Sustentável.

Pegando no conceito de *campo discursivo* de Maingueneau¹³¹, ou seja espaços em que um conjunto de formações discursivas encontra-se numa relação de concorrência, delimitando-se reciprocamente, a lógica do projecto tem a ver com a identificação dos campos discursivos que norteiam a utilização e a promoção deste tipo de intervenção.

O campo discursivo¹³² é caracterizado pelo autor como uma estrutura não-estática, sendo um jogo de equilíbrios instáveis entre diversas forças que, em certos momentos, pode tomar a forma de uma nova configuração. Para o autor, um campo não é homogéneo, sendo sempre constituído por dominantes e dominados, e por posicionamentos centrais e periféricos.

A lógica do projecto, enquanto formato eleito das intervenções para a mudança, parte da lógica dos dominantes – daqueles que o conseguem impor enquanto modo de intervenção – e de posicionamentos centrais – de acordo com a localização dos seus patrocinadores, que são os países ditos desenvolvidos e que funcionam como referência evolutiva - contendo por isso, uma visão não universal de desenvolvimento induzido.

No pós II Guerra Mundial, os países ocidentais que participaram na guerra, viram a sua situação económica e sócio-política à beira do colapso, e em alguns casos o colapso das suas instituições.

A guerra fracturou emocionalmente e psicologicamente as populações. A ideia de que a evolução científica e o progresso eram passos certos decorrentes da normalidade da subida da escada ou escala da evolução, com base no Positivismo, tinha morrido já com a I Guerra. A modernidade não era, assim, sinónimo previsível de bem-estar e progresso.

Foram criadas estruturas financeiras de carácter internacional para apoio à reconstrução desses países. A ajuda à reconstrução, essencialmente europeia, foi feita através de empréstimos e investimentos externos. Com o Plano Marshall, a Europa reconstruiu-se.

¹³¹ MANGUENEAU, 1997, p.16;

¹³² IDEM;

A lógica de intervenção para o desenvolvimento parte deste espírito de ajuda à reconstrução e reestruturação económica, mas neste caso, para países desfavorecidos ou países pobres, que não tinham alcançado o desenvolvimento económico desejável para si e para as suas populações.

Alguns destes países, nomeadamente os africanos, eram países recentemente livres do colonialismo, a recomeçar a sua vida enquanto *novos* estados-independentes. Muitos tinham vivido conflitos armados na sua luta pela independência, como mais tarde, já quase no último quarto de século aconteceu com os países africanos colónias de Portugal. Novos Estados, mas velhos em marcas da colonização, eram países com recursos naturais essenciais ao seu crescimento económico. Por motivos diversos, esses recursos não permitiram o desenvolvimento de estruturas fortes de apoio ao crescimento e ao progresso das suas sociedades. Mas uma dependência, derivada da assistência dada pelas instituições internacionais e de cooperação entre estados, estava criada.

Assim, aquilo que inicialmente era a ajuda generosa e paternalista do mundo ocidental industrializado e em ascensão, rapidamente passou a ser um fardo, suportável mas cada vez menos, para os países desfavorecidos. Rapidamente criou dependências e dívidas insustentáveis.

Na lógica dos PPP's (trilogia Política/Programa/Projecto) parte-se do princípio de que é possível induzir o desenvolvimento. A prova deste pressuposto é exactamente a existência, *per si*, desta trilogia. Autores como Milando¹³³ salientam a impossibilidade de induzir externamente o desenvolvimento, tendo como referências o caso dos países africanos.

Segundo Escobar¹³⁴, para a compreender o desenvolvimento como discurso, não devemos olhar para os elementos em si, mas para o sistema de relações estabelecidas entre elas. Estas relações – estabelecidas entre instituições, processos sócio-económicos, formas de conhecimento, factores tecnológicos, entre outros – definem as condições sobre as quais os objectos, conceitos, teorias e estratégias podem ser incorporados no discurso. Para o autor¹³⁵, «*In sum, the system of the relations establishes a discursive practice that sets the rules of the game: who can speak, from what points of view, with what authority and according to what criteria of expertise; it sets the rules that must be followed for this or that problem, theory or object to emerge and named, analysed, and eventually transformed into a policy or a plan* ».

¹³³ MILANDO, 2005;

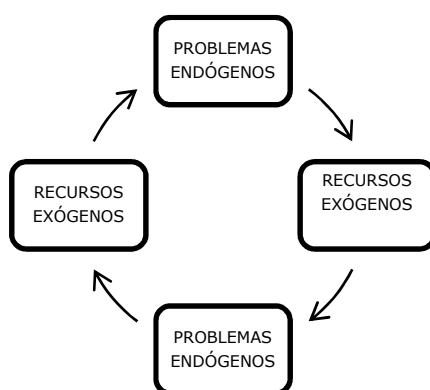
¹³⁴ ESCOBAR, 2005, p.87;

¹³⁵ IDEM;

Tomando como exemplo o caso americano, segundo De Senarclens¹³⁶, para os americanos a assistência técnica era propícia para ajudar na disseminação do modelo liberal, podia ficar sob o seu controlo tendo em conta que os *experts* eram na sua maioria oriundos dos países ocidentais e por fim, não era muito cara e ainda funcionava como um vector de grandes investimentos que as companhias americanas não queriam perder.

Acontece que a necessidade de recursos para a indução do desenvolvimento, para fazer face a situações de pobreza e desigualdade locais, ao necessitar de meios externos, acaba por ficar dependente destes para o seu desenvolvimento. Assim, os problemas endógenos (da comunidade, ou país - no caso dos projectos de cooperação), ficam sujeitos e dependentes de recursos exógenos (exteriores à comunidade ou país), como mostra a figura abaixo:

Figura 6. Ciclo de Dependência das Intervenções



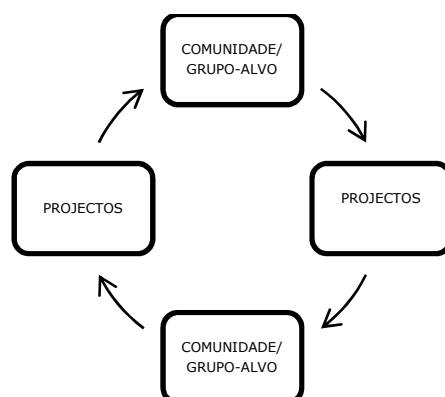
Esta dependência é também causada pelas relações comerciais internacionais e pelo funcionamento das «ajudas» ao desenvolvimento, que acabam por garantir a dependência cíclica de recursos exógenos para as intervenções locais.

Nesta sequência surge outra questão a não ignorar no panorama das intervenções que é a dependência da comunidade ou grupos-alvo das intervenções para o desenvolvimento, de outras e sucessivas intervenções no seu terreno. Isto é um problema muito comum, e mostra mais uma vez que a sustentabilidade das intervenções é muito fraca. Associado a este facto estão questões como a participação comunitária e o *empowerment*, que retomarei no ponto seguinte.

¹³⁶ DE SENARCLENS, 2001, p.194;

O esquema abaixo é elucidativo deste facto:

Figura 7. Ciclo de Dependência da Comunidade



Segundo Cernea¹³⁷ é comum os planeadores, os técnicos, em geral os promotores do desenvolvimento, verem as pessoas como sendo “o problema” e verem-se a eles próprios como encarnando “a solução”. O autor afirma que na prática acontece exactamente o inverso, constituindo a *performance* e as atitudes dos primeiros barreiras ao desenvolvimento, salientando que a resiliência e a não cooperação pela parte dos ditos beneficiários dos projectos dever-se em parte a experiências anteriores com programas e abordagens condescendentes e indicações desajustadas à sua realidade.

Neste sentido de análise, para Hespanha¹³⁸ «o risco que as associações correm frequentemente é o de não darem suficiente atenção aos saberes e recursos locais, preferindo as iniciativas trazidas de fora para as aplicar (por vezes desajustadamente) às condições locais.». Desta forma, a valorização e a auscultação dos recursos – materiais e imateriais - endógenos pode ser um passo essencial para a promoção de um *melhor* ou um desenvolvimento efectivo.

Os projectos se por um lado apresentam lacunas em termos da indução de desenvolvimento, por outro lado não se conhece forma que poderia ser mais eficaz para a promoção do desenvolvimento local e comunitário.

O ponto seguinte incide sobre esta questão, mostrando como a lógica e as diferentes conjunturas (mundiais e locais) vão definindo e moldando as prerrogativas desenvolvimentistas e de que forma as motivações para a acção para o desenvolvimento vão se reciclando face a este processo.

¹³⁷ CERNEA, 1991, p.500;

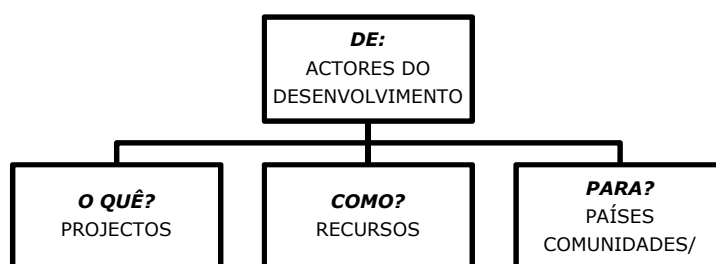
¹³⁸ HESPANHA, 2001, p.604;

Evolução da Lógica de intervenção para o Desenvolvimento com base no formato-projecto

Na evolução da lógica de intervenção para o Desenvolvimento, tendo como base o formato-projecto, o destaque inicial foi dada aos Actores de Desenvolvimento, enquanto agentes de mudança.

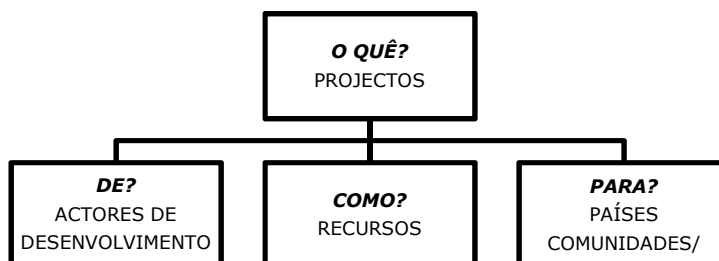
No esquema abaixo podemos vê-los no cimo: são eles os agentes por excelência do progresso (*de...*), os que cumprem a função de «doar» aos quem mais precisam. O seu trabalho consiste (*o quê?*) na implementação de projectos de desenvolvimento, (*como?*) para os quais conseguiram recursos essenciais à sua efectivação, (*para?*) visando o desenvolvimento económico, social e político dos países ou comunidades sub-desenvolvidas:

Figura 8. Fase 1



Mas à medida que a esfera desenvolvimentista vai ganhando terreno e instituições em todo o mundo, os projectos de desenvolvimento substituem os actores de desenvolvimento no processo desenvolvimentista. Os projectos passam a ser a peça-chave para a porta do sucesso das intenções desenvolvimentistas.

Figura 9. Fase 2



Aumentam programas de apoio a projectos, instituições financiadoras de projectos, entidades fazedoras de projectos e países e instituições dependentes de projectos para a sua subida na escada do desenvolvimento.

Os actores passam a ser elementos menos entusiasmantes, mas igualmente essenciais para o funcionamento do sistema mundial à luz dos valores e da lógica da rede que os suporta.

Na verdade, embora percam a posição superior na Figura 9, os actores são os fazedores dos projectos de desenvolvimento. A diferença é que agora, a sua capacidade de intervenção não é avaliada em termos da sua disponibilidade para a mudança, mas através dos projectos que criam e fazem acontecer, e que são a concretização dos objectivos defendidos nas políticas e programas de desenvolvimento.

Mas se até então as comunidades/países-alvo das intervenções para a mudança permaneciam na qualidade de receptoras, um papel passivo, estas passam com o tempo a ganhar importância na lógica desenvolvimentista. Porque para além da disponibilidade e competência dos actores e da elaboração dos projectos, o lugar e as pessoas a quem o projecto se destina ganham visibilidade. De acordo com o plano geográfico e comunitário da intervenção, a lógica do projecto altera-se. Isso pode explicar o facto de haver territórios que têm mais atenção da esfera desenvolvimentista do que outros.

Figura 10. Fase 3



Deste modo, os *países/comunidades* passam a influenciar mais activamente a esfera desenvolvimentista, através de uma maior participação nas mudanças a operar dentro do seu seio. Contudo, e tendo em conta a trilogia do desenvolvimento e a localização dos recursos financeiros e materiais disponíveis para as intervenções, estes países e comunidades carentes de melhorias internas, não são autónomas e trabalham de forma íntima com os actores de desenvolvimento, para garantir as intervenções e os recursos que elas trazem consigo.

Ora, o crescimento de operadores de desenvolvimento locais nos países desfavorecidos traz uma nova realidade ao panorama desenvolvimentista, que é a existência de actores tanto oriundos dos países receptores, como dos dadores.

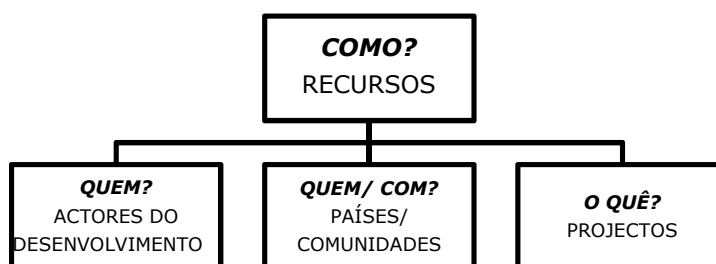
Na esfera local, as comunidades organizam-se em associações e cooperativas, dando ímpeto à qualidade de actores locais, dispostos também a cumprir as directrizes dos programas e políticas de desenvolvimento.

Conseguindo recursos para concretizar projectos de desenvolvimento, elas contam com o apoio dos *velhos* actores de desenvolvimento, com quem criam relações ora de dependência, ora de parceria institucional.

Actualmente, as intervenções para o desenvolvimento baseadas no formato-projecto de intervenção vêm-se obrigadas a alterar a sua lógica de funcionamento, devido à necessidade imperativa de captação de recursos quer para a implementação de projectos concretos, quer para o seu próprio funcionamento.

Na Figura abaixo podemos verificar, a maneira como os recursos se encontram no cimo das prioridades do complexo desenvolvimentista. Se inicialmente faziam-se os projectos e depois procurava-se implementá-las através da procura de financiamento, nesta imagem podemos ver que isso mudou.

Figura 11. Fase 4



Os programas, definindo linhas de actuação, definem também a própria actuação. Não havendo linearidade quanto às áreas de actuação sugeridas nas políticas e programas, os projectos ficam dependentes da existência de recursos para a sua efectivação. Assim, a selecção de áreas e temáticas prioritárias do Desenvolvimento, vai desencadear a existência de projectos nessas áreas e não noutras, de acordo com os recursos financeiros e materiais disponibilizados.

As ONG, enquanto agentes de desenvolvimento visíveis e indispensáveis para o funcionamento da trilogia, são os actores mais vulneráveis neste contexto. Sendo entidades dependentes de financiamento externo, pois são instituições não lucrativas, a sua acção torna-se assim limitada perante as indicações dadas pelos financiadores do desenvolvimento em termos de áreas temáticas e geográficas tidas como prioritárias.

Aquilo que facilmente explica a duração dos projectos de desenvolvimento, confinadas a 2, 3 ou 4 anos de existência apenas, é a dependência de financiamento.

O Ciclo do formato Projecto de intervenção

Como fazer um projecto? Por onde começar? Que instrumentos materiais e imateriais utilizar na sua elaboração, implementação, monitorização e avaliação? O que deve constar nos projectos? Quais os resultados esperados dos Projectos?

Actualmente, e como pudemos verificar nos pontos anteriores, muitos projectos são criados mediante as verbas disponíveis pelas entidades financiadoras, daí que outras questões ganhem maior relevância: Como fazer um projecto que possa assegurar financiamento? Que temáticas tratar no projecto que possa permitir a captação de recursos? Que países estão a ser alvo de maior financiamento de projectos neste momento? Que entidades possuem recursos disponíveis para patrocinar as actividades do projecto? Que técnicos contratar para garantir o bom preenchimento das fichas de candidaturas a financiamentos?

Com base na distinta bibliografia sobre Gestão de Projectos e suas diferentes metodologias (participativas), como o PCM¹³⁹ (de Hellmut Eggers), o MAPA¹⁴⁰ (Ulrich Schiefer), baseado em workshops, o DRP- Diagnóstico Rural Participativo, o trabalho de Isabel Guerra¹⁴¹ (2002), de DAVIES¹⁴², entre outros, as diferentes fases da gestão programada da intervenção recorrendo ao formato-projecto, conforme é entendido, é consensual nas suas linhas mais gerais.

Sobre o estandardizado *Project Cycle Management* (PCM), Eggers¹⁴³ salienta que os seus princípios, ou seja, o essencial da sua mensagem, deve ser adaptada às situações reais e

¹³⁹ EGGERS, 1999 ; 2002 ;

¹⁴⁰ SCHIFER, 2000 ;

¹⁴¹ GUERRA, 2002 ;

¹⁴² DAVIES, 1997;

¹⁴³ EGGERS, 2002, p.501;

complexas das intervenções. O autor entende que o fosso existente entre a teoria e prática deve ser colmatado pelas ferramentas e práticas que esta metodologia sugere, fortemente baseada na participação e na valorização dos grupos-alvo em todo o processo. Assim, sendo que cada programa e cada projecto são «casos únicos» com tendência a mudarem constantemente ao longo dos seus ciclos, a elaboração das especificações técnicas para cada projecto/programa, em cada fase do ciclo, para se ajustarem à singularidade de cada caso e a cada momento do tempo, assegurará a relevância prática do PCM. As especificações técnicas – como os termos de referência (TdR), onde se deve especificar quais os critérios detalhados para serem observados e a abordagem específica para a tomada de decisões relativas a cada intervenção – são a ponte que liga a teoria à prática.

Segundo Afonso¹⁴⁴ o ciclo do projecto divide-se nas seguintes fases – *conceptual* (identificação do motivo que possa estar na origem do próprio projecto); *planeamento* (aprofundamento detalhado da informação existente na fase conceptual); *execução* (actividades de produção no seu sentido mais lato) e *terminação* (outras actividades tipo formação de pessoal e transferência de responsabilidades).

Guerra¹⁴⁵ divide o Ciclo do Projecto nos seguintes passos: 1 – Identificação dos problemas e diagnóstico; 2 – Definição dos objectivos; 3 – Definição das estratégias; 4 - Programação das actividades; 5 – Preparação do plano de acompanhamento e de avaliação do trabalho; 6 – Publicitação dos resultados e estudo dos elementos para a prossecução do projecto.

O Ciclo do projecto, assim como outros modelos de planificação, acaba por sugerir uma linearidade nos procedimentos para a indução de mudanças.

Com base nas fases identificadas atrás por Afonso, de seguida veremos como se processa o ciclo do formato-projecto de intervenção.

¹⁴⁴ AFONSO, 1991, p.10;

¹⁴⁵ GUERRA, 2000, p.128;

Motivações, Conjuntura e Recursos Disponíveis: Fase Conceptual

A Fase Conceptual do Ciclo do Projecto consiste na confirmação das condições pré-existentes, motivacionais, conjunturais e materiais, para o desencadeamento de uma intervenção.

As motivações têm a ver com aquilo que faz com que exista a vontade de intervenção com vista à indução de mudança nas sociedades. O que leva as pessoas e as organizações a agirem? Esta é uma pergunta de respostas filosóficas, sociológicas e afins infinitas.

Aquilo que faz existir os projectos de desenvolvimento, em termos teóricos, é a vontade de melhorar as sociedades. Assim, a motivação para o desenvolvimento parte do pressuposto de que há países que estão no bom caminho e outros não. Aqueles que estão atrasados em termos do seu desenvolvimento são incentivados a recuperar o tempo perdido através da implementação de projectos de desenvolvimento.

É aqui que entra a análise conjuntural do Ciclo do Projecto: na averiguação dos cenários onde se vai passar a acção. A conjuntura está muito associada, e cada vez mais, aos recursos disponíveis para a efectivação do projecto. Isto significa que as comunidades ou países beneficiários de determinados projectos podem não ser aqueles que mais precisam, mas aqueles para os quais os projectos tiveram de ser pensados ou para quais se tinha libertado financiamento.

As *motivações* para a acção são centrais e definidoras do desencadeamento de qualquer processo de intervenção social. As motivações são os interesses subjacentes a qualquer acção. Outro dado importante é a distinção entre interesses e objectivos: os interesses são anteriores aos objectivos. Enquanto o objectivo surge depois de uma aturada pesquisa do contexto onde se vão inserir os projectos e pode ser mensurável, os interesses são o que faz existir as organizações (interesses em comum) e enforma o *modus operandum* das instituições.

A conjuntura e sua análise permitem às organizações o enquadramento político, sócio-económico e cultural das suas intervenções. Por exemplo, os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio inserem-se numa conjuntura e período temporal específicos, e os projectos criados nesse sentido enformam-se neste contexto. Assim, a conjuntura é também legitimadora das áreas de actuação das pessoas e organizações.

Nesta linha, os recursos disponíveis pelas agências e organismos nacionais e internacionais para o trabalho em determinadas áreas temáticas e geográficas, enquadram-se nesta Fase da Conceptual, porque deles dependem a possibilidade de arranque das intervenções.

As diferentes fases que compõem a Fase Conceptual – Motivações, Conjuntura e Recursos - podem não ser sequenciais. Os recursos disponíveis para o cumprimento de dado objectivo podem ter influência naquilo que são as motivações das pessoas e das organizações. Assim, a motivação ou aquilo que faz com que determinadas intervenções sejam pensadas, parte da indução, feita a partir de determinada conjuntura ou condição material, que se apresentam como desejáveis para as organizações. Em suma, as Organizações também são motivadas para a acção, através de estímulos do complexo desenvolvimentista.

Análise do Contexto, Identificação e Prospecção: «Fase do Planeamento»

A Fase do Planeamento do Ciclo do Projecto tem a ver com as condições legitimadoras das intervenções. Daí a necessidade de se analisar o contexto onde se irão inserir os projectos e a identificação dos problemas existentes.

Esta fase corresponde à *fase do diagnóstico*¹⁴⁶ segundo a vasta bibliografia sobre projectos, e implica várias análises situacionais, realizados a partir de instrumentos e metodologia específicas: Ex: «Análise das Necessidades»; «Análise dos stakeholders¹⁴⁷»; «Análise do Grupo Alvo»; «Análise do enquadramento organizacional»; «Análise das parcerias»; «Análise de risco». Todas estas análises estão inseridas na Análise do Contexto.¹⁴⁸

A análise do contexto onde se vão inserir os projectos é a tarefa-chave para o planeamento de um projecto de sucesso, com resultados positivos sustentáveis no tempo. Implica o conhecimento profundo da área, da sua população, da história e da cultura local.

Schiefer¹⁴⁹ chama a atenção para a «história das intervenções» em dado contexto, para evitar repetir erros e aprender com o resultado de experiências anteriores realizadas nesse

¹⁴⁶ Segundo Guerra, 2000, p.140; «Por definição o diagnóstico deve abranger a análise do contexto social, económico e cultural onde se insere o problema – as potencialidades e os mecanismos de mudança que aí se encontram, as aspirações latentes e expressas pelos vários grupos sociais face à sua evolução.»

¹⁴⁷ «pessoa ou grupo que possui relações com o projecto ou é, de algum modo, afectado por ele – directa ou indirectamente, positiva ou negativamente.» (in SCHIEFER, 2006, p.126);

¹⁴⁸ GUERRA, 2002; SCHIEFER, 2006;

¹⁴⁹ SCHIEFER, 2006, p.9;

contexto. Estivill¹⁵⁰ realça a necessidade de se ter em conta a articulação dos problemas identificados com outras áreas, por vezes não coincidentes com as divisões administrativas, políticas e económicas convencionais. Schiefer¹⁵¹ lembra-nos da existência de outras forças existentes no terreno da intervenção que podem influenciar todo o processo, podendo originar situações não previsíveis.

O Planeamento das intervenções, ou seja o diagnóstico, a definição dos objectivos da intervenção, das actividades do projecto, a programação dessas actividades, a preparação do plano de acompanhamento e de avaliação do projecto¹⁵² é a parte estruturante daquilo que poderá ser o sucesso ou insucesso do projecto. Segundo Schiefer¹⁵³, o processo de planeamento começa *«quando uma ideia preliminar de projecto aparece como resposta adequada a uma situação e quando existe uma pessoa capaz de promover essa ideia no contexto institucional da situação»*.

Chama-se ao planeamento na área social de *«metodologia participativa do projecto»*¹⁵⁴, dando ênfase à participação nos seus procedimentos. Este enfoque é resultado daquilo que têm sido as redefinições do conceito de Desenvolvimento ao longo do tempo. Segundo Guerra¹⁵⁵, o planeamento integrado sucedeu ao planeamento económico e social e deu lugar ao planeamento estratégico, à gestão estratégica e finalmente o planeamento estratégico criativo e participativo.

A Fase do Planeamento deve implicar a participação dos grupos locais na definição daquilo que são as suas prioridades na indução de mudanças. Sendo que os destinatários dos projectos podem eles também validar a existência futura de um projecto de intervenção.¹⁵⁶ Segundo Guerra¹⁵⁷ o planeamento participativo do projecto acaba por ter impactes na gestão de conflitos e tensões, na introdução de novas formas de coerência e na optimização dos recursos disponíveis.

Na evolução da concepção de planeamento, Guerra aponta as *«planificações racionais»* - em que o papel essencial não pertence aos participantes da acção, mas aos seus promotores e em que se avaliam todas as soluções possíveis até encontrar a “solução óptima”, geralmente considerada do ponto de vista custo/eficácia. O segundo grupo é o das planificações do tipo

¹⁵⁰ ESTIVILL, 2003, p.97;

¹⁵¹ SCHIEFER, 2006, p.9;

¹⁵² GUERRA, 2002, p:129; SCHIEFER, 2006, p.40-42; PORTER, 1991, p.169;

¹⁵³ SCHIEFER, 2006, p.40-42;

¹⁵⁴ GUERRA, 2002, p.96, 113-116; SCHIEFER, 2006, p.24;

¹⁵⁵ GUERRA, 2002, p.110;

¹⁵⁶ SCHIEFER, 2006, p.121-123;

¹⁵⁷ GUERRA, 2002, p.110;

«*interaccionista*», em que o desenvolvimento se baseia num ciclo de acção e de reacção, e a gestão desempenha um papel mínimo, sendo que a decisão pertence à população e a acção colectiva é longa de forma a permitir a participação de todos. O último e terceiro modo prende-se com acções com base no «partenariado», estruturado através do encontro de parceiros com as mesmas intenções, que baseiam a acção tanto na identificação de recursos face a um problema como no estabelecimento de objectivos comuns.¹⁵⁸

O planeamento pode ser «estratégico» e pode ser «operacional»¹⁵⁹. O planeamento ou visão estratégica influencia, orienta e define o enquadramento e as linhas de orientação do segundo e o segundo diz respeito ao cumprimento dos objectivos do projecto, tendo em conta o tempo e os recursos disponíveis¹⁶⁰. Por outras palavras, segundo Allison¹⁶¹, além de ser um processo interminável atendendo à mutabilidade constante dos contextos¹⁶², no planeamento estratégico, as decisões estratégicas são orientadas para o futuro, enquanto que as decisões operacionais afectam principalmente o dia-a-dia da implementação das decisões estratégicas.

Segundo Guerra¹⁶³, «*Enquanto metodologias de trabalho, as análises prospectivas tentam responder a essas necessidades visando determinar “futuros prováveis” e “futuros possíveis” considerando que as tendências passadas e presentes são um suporte à reflexão e não elementos fundadores de causalidades lineares. Trata-se de um tipo de análise sistémica que considera a inter-relação entre um grande número de variáveis do sistema em análise, tentando detectar os sinais de mudança de forma não linear.*»

Parcerias, Financiamento e Implementação: «Fase da Execução»

Relativamente à Parceria no Momento da Organização do Ciclo do Projecto, ela é um aspecto essencial deste processo, ganhando cada vez mais relevância.

As relações de parceria são tidas como fundamentais para a captação de recursos para os projectos¹⁶⁴, pois garantem o compromisso de mudança *assinado* por mais entidades e o accionamento plural de respostas aos problemas encontrados. Para Guerra¹⁶⁵, factores como a mundialização das economias veio exigir novas alianças entre as empresas e os estados,

¹⁵⁸ GUERRA, 2002, p.97;

¹⁵⁹ SCHIEFER, 2006; GUERRA, 2002;

¹⁶⁰ SCHIEFER, 2006, p.24, 33

¹⁶¹ ALLISON, 1997, P.3-4;

¹⁶² IDEM, p.14 ;

¹⁶³ GUERRA, 2000, p.150;

¹⁶⁴ SCHIEFER, 2006, p.10;

¹⁶⁵ GUERRA, 2002, p.92;

alterando a lógica de funcionamento e a legitimidade de ambos, ou seja, criando novas relações de cumplicidade.

O Financiamento dos projectos de desenvolvimento é decisivo para a concretização dos objectivos do desenvolvimento, em modo de projectos de intervenção. A falta de financiamento dita a impraticabilidade muitos projectos, assim como término de outros.

A implementação do projecto compreende a operacionalização dos parâmetros especificados no momento do planeamento do projecto, e a gestão (ideológica, financeira, material e temporal) das diferentes etapas da concretização do projecto.

Monitorização e Avaliação de Projectos: «Fase da Terminação»

A Fase da Terminação não significa necessariamente o fim do projecto, pois pode dar origem ao re-planamento das intervenções¹⁶⁶, garantindo assim a continuidade e a melhoria dos projectos.¹⁶⁷

Davies¹⁶⁸ realça a importância da Monitorização na gestão dos conflitos, no controlo financeiro e no controlo de qualidade e gestão do tempo, factos indiscutivelmente relevantes nas intervenções. Schiefer¹⁶⁹ recorda como a procura de consensos, com base na participação, é meio caminho andado para o sucesso dos projectos: *«a transparência aumenta a confiança nas decisões alcançadas desta forma, tanto interna como externamente. Internamente, a confiança criada pela participação de todos os stakeholders no processo decisório aumenta a sua motivação para levar a cabo os compromissos acordados»*.

A monitorização e a avaliação enquadram-se nas especificações técnicas do PCM de Eggers. Segundo o autor¹⁷⁰, estas incluem a programação das rotinas e do quotidiano dos projectos, essenciais para a efectivação de uma gestão eficiente dos mesmos.

Os vários tipos de avaliação, presentes na bibliografia sobre a gestão de projectos e avaliação de projectos – *avaliação interna; avaliação externa; avaliação ex-ante; avaliação ex-post; auto-avaliação; avaliação mista* – são reveladores da importância crescente deste facto para o complexo desenvolvimentista.

¹⁶⁶ SCHIEFER, 2006, p.42;

¹⁶⁷ FRIEDMANN, 1996, p.173;

¹⁶⁸ DAVIES, 1997, p.126-129 ;

¹⁶⁹ SCHIEFER, 2006, p.27 ;

¹⁷⁰ EGGERS, 2002, p.501;

Para Guerra¹⁷¹ a avaliação tem várias funções: de medida; de utensílio de apoio à tomada de decisão; de processo de formação e de aprofundamento da democracia participativa.

Segundo Eggers¹⁷², «Therefore, all evaluation designs have to specify how the evaluation is to be made useful and thus who is to react to the evaluation's conclusions and recommendations. In other words, the definition of feed-back mechanisms is part and parcel of an evaluation design aiming at usefulness.».

A maioria das avaliações são feitas na perspectiva PPP's¹⁷³, sendo que esta perspectiva limita e manipula a metodologia da avaliação. O autor sugere por isso a realização de uma avaliação integrada da mudança, ou seja, em que¹⁷⁴ se tenta compreender o que acontece desde o começo até ao fim da intervenção social numa perspectiva que olha primeiro para a sociedade e para a paisagem organizacional, afastando-se da clássica avaliação de impactes dos projectos.

Segundo Schiefer¹⁷⁵, os impactes das avaliações podem ser usados ao serviço de certos grupos para a sua legitimação enquanto actores. O autor sugere que esta instrumentalização oportunista da avaliação pode ser combatida pela existência de avaliadores externos.

Davies¹⁷⁶ refere a importância do fomento de actividades «pós-projecto», que podem permitir uma maior consolidação das mudanças induzidas.

¹⁷¹ GUERRA, 2002, p.186;

¹⁷² EGGERS, 1999, p.93;

¹⁷³ SCHIEFER, 2008, p.10;

¹⁷⁴ IDEM, p.5;

¹⁷⁵ SCHIEFER, 2006, p.34;

¹⁷⁶ DAVIES, 1997, p.150-151;

CAPITULO 6

O FINANCIAMENTO DO DESENVOLVIMENTO

«L'importance des sommes suscite les convoitises de ceux qui sont engagés dans le «business de l'aide» et qui, au Nord comme au Sud, ont intérêt à profiter de cette rente, d'autant plus qu'elle n'est pas toujours liée à une obligation de résultats»

Gilbert Rist (NAHAVANDI, 2003, p.49)

Foi pela promoção do desenvolvimento das sociedades, libertação da pobreza e das desigualdades, que foram criadas na segunda metade do Séc. XX entidades supranacionais que pudessem incentivar, acompanhar e controlar as oscilações económicas, sociais e políticas mundiais. Estas entidades, como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional, multiplicar-se-iam em instituições celulares com papéis específicos a desempenhar no incremento da Mudança nas diferentes sociedades. Por sua vez, a assistência social e a caridade nos diferentes países teve, com o tempo, de partilhar o espaço de intervenção social com outros agentes de mudança, como as ONG e as Fundações. Paralelamente à função reguladora e promotora de mudança do estado e do mercado, a sociedade civil crescente foi aumentando o seu campo de acção e influência e hoje, é ela a porta-voz dos pobres e dos necessitados.¹⁷⁷

Para a operacionalização das prerrogativas desenvolvimentistas, foi desde o primeiro momento necessário a captação de recursos, e o mais importante de todos é o financiamento das intervenções.

Nesta tese, o financiamento do desenvolvimento é sinónimo de *assistência ao desenvolvimento* e de *ajuda ao desenvolvimento*. Mesmo correndo o risco do esvaziamento conceptual das três definições, pode-se constatar que todos os recursos financeiros disponibilizados pelo complexo desenvolvimentista são uma forma de financiamento. O financiamento é também aqui sinónimo de empréstimo ao desenvolvimento, que como todos os empréstimos, é enformado por condições e imposições comportamentais próprias.

Os financiamentos do desenvolvimento têm uma história, um objectivo e um percurso próprios, e transformam-se em dívida externa para os países que o recebem. Angelopoulos¹⁷⁸

¹⁷⁷ ESTIVILL, 2003, p.70;

¹⁷⁸ ANGELOPOULOS, 1973, p.8;

fala de financiamentos feitos em condições desfavoráveis, que se transformam num «fardo ruinoso para os países em vias de desenvolvimento» e da necessidade de uma «ajuda autêntica» que permita diminuir o fosso existente entre os diferentes países.

Em pontos anteriores pudemos ver, com base na evolução do esquema das intervenções da esfera desenvolvimentista, que são os financiamentos que ditam que direcção seguir aos operadores do desenvolvimento, quer aos *teóricos do desenvolvimento*, aos *teórico-operacionais do desenvolvimento* assim como aos *operacionais ou práticos de desenvolvimento*, conforme a definição de Milando¹⁷⁹. Isto porque todos estes grupos estão como que interdependentes uns dos outros para o funcionamento do complexo desenvolvimentista.

As redes desenvolvimentistas produzem e reproduzem-se através de financiamentos¹⁸⁰. Bendell e Cox¹⁸¹ categorizaram três tipos de dadores das ONG: de tipo governamental, tipo corporativo (Associações) e a sociedade civil.

Segundo Arundhati¹⁸² «*La plupart des ONG sont financées et patronnées par les agences d'aide au développement, qui sont à leur tour financées par les gouvernements occidentaux, la Banque mondiale, les Nations unies et quelques entreprises multinationales. Sans être identiques, ces agences font partie d'un ensemble politique aux contours flous qui supervise le projet néolibéral et dont la demande prioritaire est d'obtenir des coupes drastiques dans les dépenses gouvernementales.*»

O autor¹⁸³ questiona por isso o papel das ONG e seus financiadores.

Financiamento de Projectos

Os projectos de desenvolvimento, enquanto instrumentos teórico-práticos das acções desenvolvimentistas, acarretam uma série de custos associados, desde o seu planeamento à sua avaliação.

A luta por fontes de financiamento, que tem caracterizado as organizações da sociedade civil e as do desenvolvimento em particular, pode ser demonstrativa da necessidade urgente

¹⁷⁹ MILANDO, 2005;

¹⁸⁰ MILANDO, 2005, p.55;

¹⁸¹ BENDELL, 2006, p. 109-126;

¹⁸² ARUNDHATI, 2004. Referindo-se à Guiné-Bissau, segundo JAO (1999, p.133) «*a dívida externa, somada ao montante que entra no país sob a forma de donativos, não está a contribuir em nada para o desenvolvimento*».

¹⁸³ ARUNDHATI, 2004;

que estas entidades têm de garantir a sua subsistência e o seu trabalho enquanto agentes de desenvolvimento. Segundo Hespanha¹⁸⁴ «Um dos efeitos da globalização económica consiste no aumento da competição entre os actores locais pela conquista dos mercados. (...) De uma forma geral, o conflito e os interesses entre indivíduos e grupos tornou-se mais explícito e agudo nos espaços locais nas últimas décadas.»

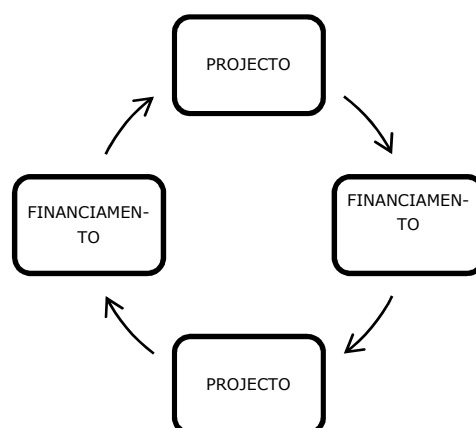
Os projectos de desenvolvimento, sendo a base das prerrogativas desenvolvimentistas, como pudemos analisar em capítulos anteriores, acarretam em si a missão desenvolvedora do complexo desenvolvimentista dos governos e outras instâncias. O seu financiamento é por isso sempre um factor de grande interesse para os seus promotores. Segundo Cernea¹⁸⁵ os projectos de desenvolvimento são na sua essência veículos de financiamento do crescimento e da mudança nas sociedades.

Contudo, experiências sucessivas têm evidenciado a forte dependência financeira que as intervenções comportam e a difícil autonomia dos seus promotores. Ora, gera-se um ciclo vicioso, de difícil paragem, que vem caracterizando o complexo desenvolvimentista.

O ciclo de dependência que se gera, neste caso concreto, é entre o projecto e a possibilidade de financiamento. Se houver financiamento há intervenção em forma de projectos e se houver projectos procura-se financiamentos para a sua implementação. Os recursos financeiros são o cerne da questão desenvolvimentista.

O esquema abaixo demonstra o modo como se processa esta dependência:

Figura 12. Ciclo de Dependência do Formato-Projecto



¹⁸⁴ HESPANHA, 2001, p.602;

¹⁸⁵ CERNEA, 1991, p.8;

Atendendo à perigosa dependência que as intervenções têm da disponibilização de recursos financeiros e materiais externos, que futuro para as intervenções para o desenvolvimento, caso escasseiem ou diminuam drasticamente estes financiamentos e patrocínios? Estivill¹⁸⁶ refere a falta de recursos como um dos motivos da não indução de desenvolvimento, pelos operadores de desenvolvimento. Este facto pode vir a ser um problema corrente do complexo desenvolvimentista.

Referindo-se às organizações em Portugal, segundo Hespanha¹⁸⁷ «*Ponto importante a realçar reside na forte dependência dos recursos financeiros disponibilizados pelo Estado português ou pelos programas europeus para o reforço da coesão económica e social. Essa dependência pode ocasionar efeitos perversos e minar a própria lógica localista das associações, como se passa, por exemplo.*».

A existência teórica (planeamento e avaliação) e prática do projecto (implementação e monitorização) exige a contratação de recursos humanos (peritos e técnicos) por períodos de tempo definidos. No caso de projectos de cooperação, estes recursos humanos deslocam-se para os locais onde os projectos serão implementados, e isto tem implicado financiamentos avultados para as intervenções para o desenvolvimento. Neste sentido, aquilo que se apelida de Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD) acaba por reverter para os países que a disponibilizam, através dos custos dos actores nacionais desses países, entre outras questões associadas.

Outra questão que importa salientar, são os gastos administrativos e burocráticos como a preparação para a operacionalização das intervenções, que acabam por não ter impactes fortes no progresso das sociedades. Alguns autores¹⁸⁸ exemplificam os gastos administrativos excessivos e da gestão dos projectos, assim como a disponibilidade que estes projectos requerem, em detrimento daquilo que é a razão da existência do projecto: a mudança positiva.

Segundo Milando «*Variando consoante a sua complexidade, os montantes financeiros envolvidos e os interesses estratégicos em presença, um projecto de desenvolvimento pode desencadear um sem-número de reuniões “técnicas” que, para além de consumirem recursos, pela via de aprovisionamentos logísticos para a sua efectivação, também requerem tempo e disponibilidade.*». A tecnocracia é por isso uma forte crítica apontada à acção desenvolvimentista¹⁸⁹, pois ela é consumidora de grande parte dos recursos das intervenções.

¹⁸⁶ ESTIVILL, 2003, p.10;

¹⁸⁷ HESPANHA, 2001, p.605;

¹⁸⁸ ESTIVILL, 2003, p.10; MILANDO, 2005, p.58;

¹⁸⁹ MILANDO, 2005, p.58;

CAPÍTULO 7

PROJECTOS DE INTERVENÇÃO SOCIAL

«quem quiser usar “o projecto” tem que ir além do projecto»

(SCHIEFER, 2006, p 9)

O desenvolvimento local e nacional confronta-se com um contexto *externo* marcado pela globalização¹⁹⁰. Assim, as prerrogativas locais são quase que obrigadas a estar em ressonância com as demandas da globalização económica e sócio-política. Segundo Esteva e Prakash¹⁹¹ as propostas globais são paroquiais, pois inevitavelmente expressam a visão e o interesse específicos de um pequeno grupo de pessoas, mesmo quando são formulados para o interesse da humanidade, em contraste com as demandas locais que apesar de concebidas por comunidades enraizados em locais específicos, reflectem um pluralismo de culturas e uma cosmovisão.

Segundo Hespanha¹⁹² *«Fortemente associado à produção da incerteza e do risco está o fenómeno da globalização, entendido este numa acepção paradigmática, não apenas como uma crescente interdependência entre sociedades nacionais, mas como uma verdadeira territorialização do social e do político -nação.»*. O autor introduz-nos aqui a problemática do risco e da incerteza, dados essenciais para quem tenta induzir mudanças nas sociedades. Segundo Porter¹⁹³ *«nothing can overcome the unpredictability and uncontrollability of rural development outcomes in reality.»*. Hespanha¹⁹⁴ avisa que *«o reconhecimento de que a incerteza, o paradoxo e o risco marcam o futuro das nossas sociedades.»*

O Planeamento estratégico e a administração estratégica são promovidos, como potenciais armas para lidar com a incerteza e a imprevisibilidade. Embora questionados enquanto métodos operativos, a lógica subjacente a estes dois conceitos faz muito sentido, se atendermos á necessidade de se ter conta possíveis cenários, mesmo que não venham a acontecer, de possíveis resultados das induções de mudança.

Autores como Schiefer¹⁹⁵ realçam o facto do planeamento dos projectos de desenvolvimento basear-se em relações de causalidade, como se as causas e os efeitos de

¹⁹⁰ REIS, 2000, p.53;

¹⁹¹ ESTEVA e PRAKASH, 2005, p.285;

¹⁹² HESPANHA, 2002, p.166;

¹⁹³ PORTER, 1991, p.168;

¹⁹⁴ HESPANHA, 2002, p.165;

¹⁹⁵ SCHIEFER, 2005;

determinadas acções fossem lineares. São sugeridos, por isso, estudos de viabilidade e sustentabilidade, através da análise de risco de cada intervenção.¹⁹⁶

Kottak¹⁹⁷ refere que um relatório severo de avaliação encontra o choque entre o desenho e a implementação dos projectos, atendendo que muitos desenhos de projectos (ou planeamento) são virtualmente impossíveis de implementar porque carecem de incentivos à participação e da aceitação dos seus objectivos.

O Lugar da Participação nos Projectos

Rahnema¹⁹⁸ aponta seis motivos pelo qual a participação é amplamente aceite como motivo e metodologia das intervenções em forma de projectos: 1) já não é considerado uma ameaça; 2) é um slogan político atractivo; 3) participação entendida como um chamativo económico; 4) participação como garantia da eficácia e como uma nova fonte de investimento; 5) participação como bom dispositivo de captação de fundos; 6) a possibilidade do sector privado poder envolver-se directamente no negócio do desenvolvimento.

Milando¹⁹⁹ refere na sua obra, duas concepções de «participação»: participação como meio para atingir o desenvolvimento e participação como fim do processo desenvolvimentista. A primeira seria então um instrumento de curta-duração extinguindo-se mal se cumpram os objectivos propostos nos projectos, enquanto que a participação como fim é uma iniciativa endógena e dá lugar a processos democráticos.

Como vimos em capítulos anteriores, o Desenvolvimento Participativo tem sido referido como o «tipo-ideal» de desenvolvimento, resultado da evolução conceptual e prática do desenvolvimento ao longo do tempo. Assim, a valorização de uma abordagem de intervenção *bottom-up* em detrimento da *top-down* vem colocar a participação e sua metodologia no centro-motor dos processos desenvolvimentistas ou de intervenção social.

O Desenvolvimento Comunitário promove a comunidade e os indivíduos pertencentes a ela, dando-lhes a oportunidade de negociarem os seus interesses, alargar os seus campos de acção para fazer face aos desafios de desenvolvimento. Esta questão é fulcral na medida em que falamos também da progressiva autonomia das populações face ao controle do seu

¹⁹⁶ SCHIEFER, 2005, p.163;

¹⁹⁷ KOTTAK, 1991, p.457;

¹⁹⁸ RAHNEMA, 1992, pp.117-120;

¹⁹⁹ MILANDO, 2005, pp.45-46;

destino e também da capacitação desta ao longo do processo de desenvolvimento comunitário, ou seja, do seu *empowerment*. Nesta linha de ideias, o desenvolvimento local ou de base comunitária implica uma mudança significativa junto e dentro da comunidade, que por sua vez tenderá a ter repercussões a níveis cada vez mais amplos.

Esta realidade deveu-se também à mudança da óptica dos promotores do desenvolvimento. Segundo Reeves²⁰⁰, «*If, as professionals, we do not know what communities need and want – then we need to ask. If we want to develop sustainable communities then we need to talk. Public participation strategies will work if they account of diversity and equality of communities.*».

Para a maximização dos impactes positivos dos projectos de desenvolvimento e para a eliminação dos impactes negativos (previstos ou não), é imprescindível que se alcance um nível plausível de envolvimento da comunidade nos projectos que interferem na sua vida. A rejeição, a incompreensão ou a não identificação destes com o projecto e a metodologia, inviabiliza, como é óbvio, todo o processo. O desenvolvimento conforme é preconizado tem obrigatoriamente que ser querido e desejado pela comunidade, senão é um contra-senso. A participação real implica que exista desde a concepção e planeamento do projecto, a implicância da comunidade.

Segundo Cernea²⁰¹, a abordagem participativa espera um grau de auto-confiança do povo, que deve participar também na gestão dos recursos das intervenções e na manutenção ou sustentação das mudanças produzidas.

²⁰⁰ REEVES, 2005, p.130;

²⁰¹ CERNEA, 1991, p.491;

Participação *versus* Representatividade

Sendo essencialmente um instrumento e condição de desenvolvimento, a participação surge também como um ponto de partida e de chegada, pois é um conceito e uma acção que vai para além do formato-projecto de intervenção e sua durabilidade, daí a sua relevância em todo o processo de desenvolvimento induzido.

Rahnema²⁰² aponta três funções da noção de participação: a primeira é a função cognitiva, que tem como fonte a regeneração do discurso e prática do Desenvolvimento; a segunda é a função política, enquanto fonte de fonte de legitimação das intervenções; e por fim a função instrumental, que se refere ao re-empowerment dos actores e na procura de uma nova alternativa de indução de mudança.

A participação pode ser mais retórica do que prática, e esse facto é bastante preocupante, daí que Porter²⁰³ chame a atenção para o facto de a participação ter uma menção meramente formal nas intervenções para o desenvolvimento. Segundo Rahnema²⁰⁴, a participação transforma-se rapidamente em manipulação, o que é exactamente o oposto daquilo para o qual as pessoas o fomentam.

A participação, sendo um método que exige muito tempo e recursos²⁰⁵, é normalmente substituída por *representatividade*, no âmbito dos projectos de desenvolvimento, dada à curta duração destes²⁰⁶ e aos recursos disponíveis, mas também devido a uma *tradição* falaciosa que é a ideia de que os operadores de desenvolvimento *sabem* o que é bom ou mau, o que é preciso ou não é preciso fazer para a realização do desenvolvimento.²⁰⁷

Existe uma grande distinção entre a participação de um ou mais representantes da comunidade nos processos de decisão, e a participação comunitária propriamente dita. Ao primeiro caso denominamos «representatividade», porque as pessoas escolhidas (pela comunidade ou pelos promotores do projecto) para participar nos processos decisivos das

²⁰² RAHNEMA, 1992, p.121-122;

²⁰³ PORTER, 1991, p.200: «unfortunately, with the above edifice in place, participation can only be rhetorical, regardless of the number of times the need is confirmed by hard-pressed exclamation marks in the margins of project evaluation reports».

²⁰⁴ RAHNEMA, 1992, p.118;

²⁰⁵ MILANDO, 2005, p.18;

²⁰⁶ No MAPA-Projectos, nos processos participativos de planeamento e avaliação, os autores delinearão um «processo acelerado» para projectos pequenos e de rotina (Schiefer, 2006, p.36-38), que pode ser adoptado no caso de as organizações não disporem de muito tempo e recursos para garantir a participação no Ciclo do Projecto.

²⁰⁷ PORTER, 1991, p.158 ;

intervenções, fazem-no em representação dos interesses da comunidade, ou seja são os seus porta-vozes. Ao segundo caso – o da participação comunitária – realizada normalmente em termos de auscultação, realização de workshops, inquéritos, etc, denominamos de «participação».

Esta distinção não é meramente simbólica, porque em termos práticos, embora ambas (quer a representatividade como a participação) impliquem metodologia participativa e sejam considerados como «participação», a participação comunitária, nos moldes em que foi definido acima, é sempre inclusiva, enquanto a representatividade pode ser exclusiva, na medida em que não conta com as experiências de todos, nem dá voz a grupos normalmente excluídos dos processos de decisão como os jovens e as mulheres de certas sociedades.

Segundo Bourdieu²⁰⁸ *«O porta-voz é aquele que, ao falar de um grupo, ao falar em lugar do grupo, põe, sub-repticamente, a existência do grupo em questão, institui este grupo, pela operação de magia que é inerente a todo o acto de nomeação. É por isso que é preciso proceder a uma crítica da razão política, intrinsecamente dada a abusos de linguagem que são abusos de poder».*

A implementação de projectos de desenvolvimento comunitário e a utilização de métodos e técnicas de desenvolvimento participativo, caminham lado a lado com as especificidades locais das sociedades tradicionais, rurais e urbanas. No que toca à participação, esta questão tem uma grande importância na medida em que as especificidades locais, nomeadamente questões sócio-culturais e ainda político-religiosas, possuem um grande peso.

Abugre²⁰⁹ salienta o facto de a metodologia e as estruturas participativas, sugeridas às comunidades, dever ser também uma realidade permeável às organizações promotoras do desenvolvimento.

²⁰⁸ BOURDIEU, 1989, p.159;

²⁰⁹ ABUGRE, 1994, p.130;

CONSIDERAÇÕES FINAIS

«A indagação científica sempre lança mais perguntas do que dá respostas»

(MANN, Peter H., 1983, p.32)

A problemática à volta dos projectos e das organizações que as executam é enorme, não tanto teoricamente como na prática se tem sentido. São questões muito sérias relativas às acções e métodos inadequados e à persistência de um sistema que põe em causa os reais anseios de desenvolvimento e progresso.

A realidade tem demonstrado que a existência de *boas teorias* não chega para a concretização e sustentabilidade de mudanças positivas nas sociedades. Neste campo, a lógica dos intervenientes deve acompanhar a mudança necessária de lógica de acção no terreno.

O complexo desenvolvimentista produz e reproduz-se através de relações institucionais de dependência e possui lógicas, preceitos e preconceitos próprios. Tudo isto acaba por se repercutir naquilo que é a forma como são pensadas, planeadas e orientadas as intervenções para o desenvolvimento.

Se atendermos aos resultados da tentativa de indução de mudanças nas diferentes sociedades, como pudemos ver ao longo da dissertação, elas tanto podem ser positivas para as comunidades/países e atenuadoras das dificuldades quotidianas, assim como acentuadoras das desigualdades pré-existentes e criadoras de outras situações, previsíveis ou não, mas que não beneficiam aos que se pretende beneficiar.

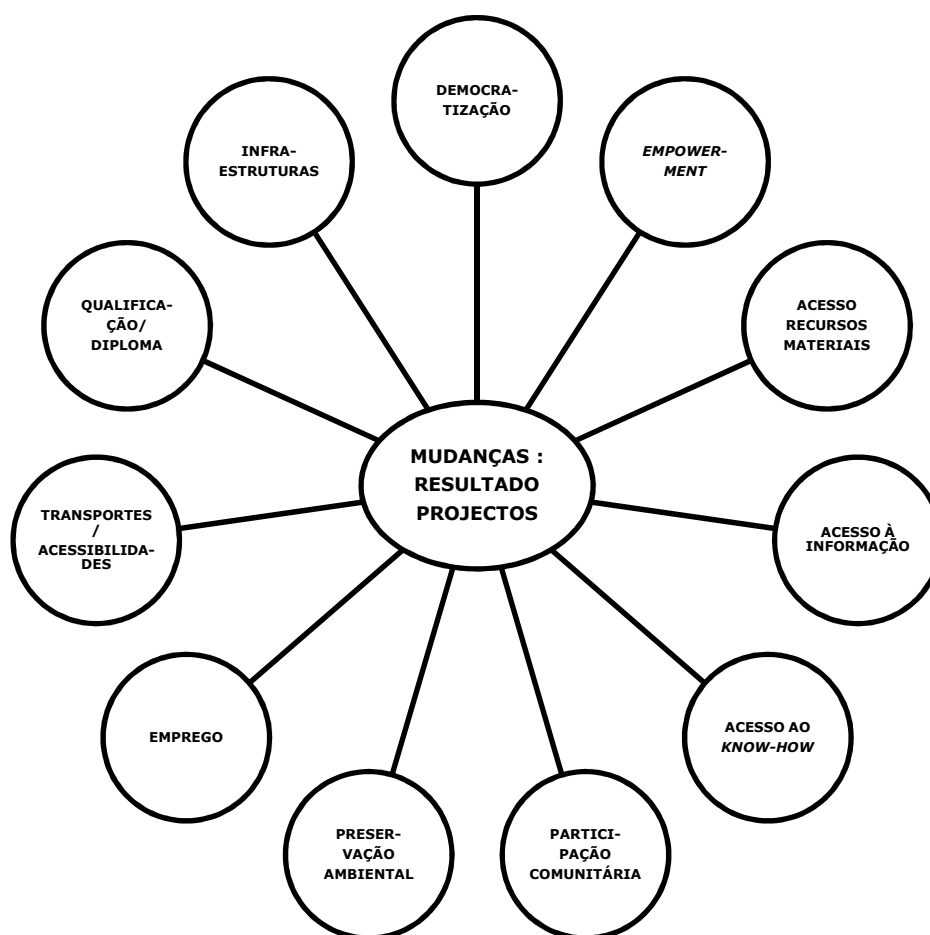
Para a mudança do cenário tenebroso das desigualdades crescentes entre as pessoas, as regiões, os países e os continentes, sugere-se uma mudança em termos da mentalidade e de lógica de acção, ou seja das motivações e da lógica discursiva quer dos promotores do desenvolvimento, assim como dos *sustentadores* de todo este processo que são os chamados grupos-alvo.

Assim sendo, a lógica e o papel dos projectos de desenvolvimento ou de intervenção social deve-se referir não àquilo que é a potencialidade do complexo desenvolvimentista, mas aos seus resultados. Deste modo, o papel dos projectos ou aquilo que o projecto pretende «ser», pode nada ter a ver com aquilo que o projecto «é» ou «foi» de facto.

Disso são prova, os resultados possíveis, positivos e negativos, de mudança induzida nas diferentes sociedades:

- Dos resultados positivos saliento os seguintes, apresentados sem ordem de importância:

Figura 13. Resultados Possíveis de Mudança Induzida - Positivos



(1) **Acesso aos recursos materiais:** A ideia de que o desenvolvimento constitui o acesso a bens materiais e a recursos financeiros está presente na avaliação de impacte de determinados projectos. O acesso aos recursos materiais e financeiros pode ser causa e

resultado do desenvolvimento. Hoje em dia, a procura de outros trilhos, como a capacitação e o *empowerment* trazem escondido na manga a possibilidade das pessoas terem acesso a determinados bens e poderem dar conta da sua vida e progredir.

(2) **Acesso à Informação:** É sobejamente (re)conhecido que informação é poder. O acesso à informação como resultado da implementação dos projectos pode acontecer de diversas formas: pela participação das pessoas em todo o ciclo do projecto; pela formação/capacitação; pela partilha e transmissão de saberes; pode ainda ser trazida pela própria temática do projecto; entre outros.

(3) **Democratização?** A democratização enquanto resultado de mudança induzida provoca algumas dúvidas, mas não se poderia deixar de referi-la aqui, dada a crescente utilização de metodologias participativas nos projectos de intervenção que podem ter como consequência a longo prazo a crescente participação política e institucional das pessoas/comunidades.

(4) **Empowerment:** O *empowerment*, expressão que significa a doação de poder a pessoas normalmente sem poder negocial, quer em termos sociais e culturais (*empowerment* sócio-cultural), quer económicos (*empowerment* económico), e políticos (*empowerment* político), é a síntese de todos os resultados positivos de desenvolvimento induzido, na medida em que um projecto que não tenha em conta a participação efectiva, a autonomia progressiva e sustentabilidade das suas acções, ou seja que não promove o *empowerment*, está confinado ao fracasso. O *empowerment* exige a conciliação dos esforços tanto a nível *bottom-up*, como a nível *top-down*, e a sua eficácia pode ser posta em causa caso os três tipos de *empowerment* não estejam ao mesmo nível - por exemplo, não se pode falar de *empowerment* político se não houver *empowerment* sócio-cultural, o que deixa reticências, em termos da sua aplicabilidade, nomeadamente em contextos institucionais adversos à participação.

(5) **Infraestruturas:** muitos projectos têm como objectivos a criação de infra-estruturas, sociais e culturais, para fazer face aos problemas de pobreza e exclusão.

(5) **Qualificação/Diploma:** este resultado é normalmente conseguido através da formação, instrução e capacitação das pessoas. A obtenção de um diploma, ou seja de uma habilitação por parte dos indivíduos, pode transformar as suas vidas para sempre.

(6) **Transportes/Acessibilidades:** os meios de transporte e de comunicação foram o motivo por excelência da industrialização da Europa, assim como da modernização dos

diferentes países. A sua importância para o desenvolvimento das sociedades é por isso inquestionável, pois é a fomentadora e dinamizadora de actividades sócio-económicas que podem mudar completamente a imagem de um país. Como resultado de mudanças induzidas os meios de transporte e acessibilidades podem ajudar na eliminação da pobreza e exclusão das comunidades.

(7) **Emprego:** Enquanto resultado das intervenções, a criação de postos de trabalho consiste no bem mais desejado para fazer face às questões da pobreza e da exclusão. Entende-se enquanto resultado positivo das mudanças induzidas, os empregos justos (com salários que correspondem ao serviço prestado) e não os empregos precários, com base na exploração e em salários injustos.

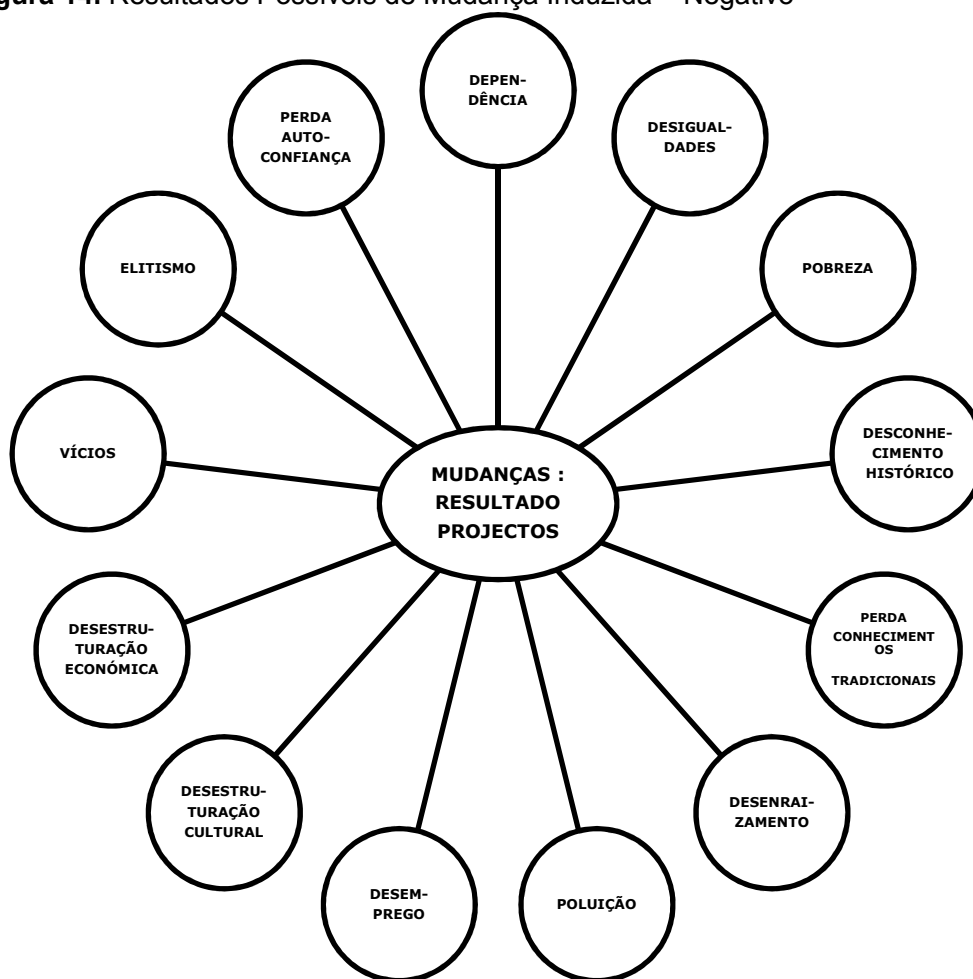
(8) **Preservação Ambiental:** As questões ambientais têm recebido muito apelo da parte do mundo desenvolvimentista, e têm razão de ser, num mundo que caminha inconsequentemente para a aniquilação dos recursos e destruição do planeta, graças ao desenvolvimento industrial e tecnológico e ao consumismo desmesurado.

(9) **Participação Comunitária:** A participação, bastante referida nesta tese, consiste na inserção/inclusão de todos os sujeitos (singulares e colectivos) enquadrados na operacionalização dos projectos, mas também os sujeitos abrangidos pelos impactes dos projectos, mesmo não se enquadrando teoricamente nele. O seu accionamento na indução de mudanças é hoje um dado tido como obrigatório em todas as intervenções e disso resultam projectos pensados de forma mais realista e sustentável.

(10) **Acesso ao Know How:** Esta última referência está muito ligada à capacitação/formação das pessoas no âmbito dos projectos de intervenção, habilitando-as de conhecimentos específicos e práticos, que aumentam o seu campo de acção e podem definir novos rumos na vida dos indivíduos, garantindo-lhes o acesso a determinadas esferas e ambientes sócio-económicos, anteriormente interditos.

- Dos resultados negativos possíveis de mudança induzida saliento os seguintes, apresentados sem ordem de importância:

Figura 14. Resultados Possíveis de Mudança Induzida – Negativo



(1) **Dependência:** Foram referidas nesta tese vários tipos de dependência patentes nas redes desenvolvimentistas e no resultado das suas intervenções pelo mundo fora. A dependência é o maior entrave para a sustentabilidade dos resultados positivos das intervenções, constituindo um resultado negativo de grande alcance, que tem impedido o tão preconizado desenvolvimento. Ela é geradora de ciclos viciosos e alimenta as desigualdades entre os países/regiões/ comunidades e pessoas. Associo a dependência à falta de liberdade, o que permite pensar muitos projectos (com base no seu resultado final) como promotores de neo-colonialismo (no sentido de se ficar sob a dominação e controlo de outros países), privando os países mais pobres e as comunidades de caminharem livremente, sem restrições externas, rumo ao progresso.

A dependência pode também acontecer entre instituições e comunidades do mesmo país. Esta acontece normalmente através da disponibilização de recursos financeiros e materiais que as comunidades e determinadas instituições não possuem para levar a cabo a melhoria das suas vidas e projectos, e que se encontram noutras instituições/entidades.

Ela também acontece entre as comunidades e a necessidade de mais projectos; entre os projectos e a garantia de financiamento; entre outros, referidos ao longo da dissertação.

(2) **Desigualdades**: as intervenções para o desenvolvimento e as intervenções sociais, embora lutem contra as várias formas de desigualdade, podem contribuir para a acentuação das desigualdades existentes e para a criação de novas desigualdades, caso os projectos sejam pensados de forma sectorial e excludente como tem acontecido com frequência.

(3) **Perpetuação Pobreza**: esta perpetuação da pobreza está muito ligada à questão da dependência nas intervenções. Esta dependência é normalmente uma dependência dos recursos materiais e imateriais exógenos, para a resolução de problemas endógenos. O carácter cíclico da dependência origina a permanência de situações de pobreza para garantir a permanência das intervenções em forma de projectos.

(4) **Desconhecimento Histórico**: este dado refere-se às muito referidas soluções «pronto-a-vestir» como resposta aos problemas de desenvolvimento, ignorando a experiência e vivência dos diferentes povos. O desconhecimento histórico é garantia de falha e não sustentabilidade das intervenções e dos impactes positivos destas.

(6) **Perda Conhecimentos Tradicionais**: a indução de mudança nas sociedades, não sendo de carácter espontâneo, e no caso das intervenções para o desenvolvimento, sendo muitas vezes iniciativas de entidades e pessoas externas às comunidades, ao trazer o seu *know-how* (normalmente identificado com o progresso e a modernidade) para dentro do ambiente daquela comunidade/região pode levar à desvalorização e perda dos conhecimentos tradicionais.

A perda destes conhecimentos pode originar o (7) **Desenraizamento**, ou seja, a perda de identidade da comunidade e a desvalorização das suas práticas e crenças, originando uma (8) **Desestruturação cultural**, através da assimilação de novos padrões, por vezes chocantes com as estruturas tradicionais e discursivas locais.

(9) **Poluição:** A poluição pode ser consequência da indução do desenvolvimento através do fomento industrial e da modernização, com reflexo também no acesso de certos bens como automóveis e outras tecnologias nos países desfavorecidos, factos que acabam por ter um impacto forte no panorama ambiental destas regiões. A par disso, o consumismo que assola os países pobres, fruto da influência do mundo desenvolvido, ao produz toneladas de lixo que não têm o tratamento devido, podem originar sérios problemas ambientais e sanitários.

(10) **Desemprego:** O investimento na formação e capacitação das pessoas no âmbito dos projectos de desenvolvimento se não tiver uma correspondência em termos de empregabilidade, origina o desemprego desses indivíduos. O término de certos projectos, enquanto instrumentos de curta duração, e que contou para a sua implementação com os recursos humanos locais, pode também originar o despedimento de muitas pessoas e, conseqüentemente, o seu desemprego.

(11) **Desestruturação económica:** A dependência extrema, económico-financeira, que rege as relações institucionais do desenvolvimento cria desestruturação económica. Foi referido nesta dissertação o impacto que as chamadas «ajudas ao desenvolvimento» têm nas sociedades que as recebem ao se traduzirem em dívida externa para estes países e contribuírem para uma dependência externa perigosa e de difícil resolução.

(12) **Elitismo:** Nos países desfavorecidos, os projectos de desenvolvimento têm originado a criação de uma elite desenvolvimentista, cada vez mais incipiente, capaz de dar resposta às exigências administrativas e burocráticas do complexo desenvolvimentista mundial. Mesmo nos países mais ricos, os operadores de desenvolvimento que actuam em terrenos internacionais, podem ser considerados elites, dado aos seus elevados, por vezes astronómicos rendimentos. Este elitismo pode causar o aumento do fosso entre os dadores e os beneficiários dos projectos e dificultar a comunicação entre ambos.

Por outro lado, é criador de (13) **Vícios**, de comportamentos ganhos no âmbito das diversas tentativas de indução de mudanças e com base na experiência burocrática que os projectos exigem. Estes vícios podem ser comportamentos estudados para a manutenção dos financiamentos e do interesse dos dadores, por vezes contrastantes com uma postura pró-desenvolvimentista, assim como em termos dos discursos produzidos sobre o desenvolvimento e suas intervenções.

(14) **Perda da Auto-Confiança da Comunidade:** este é o resultado síntese dos impactes negativos dos projectos de intervenção para o desenvolvimento ou de intervenção social, pois ao mexer com aquilo que é a vida e as expectativas das pessoas, o incumprimento dos objectivos dos projectos pode criar feridas na auto-estima e auto-confiança das comunidades alvo das suas iniciativas.

Pode-se concluir, que a lógica de acção que tem caracterizado as intervenções para o desenvolvimento, baseados em pressupostos falíveis e não sustentáveis, pode ser completamente transformado através de uma participação real das comunidades em todo o processo de indução de desenvolvimento. Mas por ironia, uma participação efectiva das comunidades exige a alteração prévia das lógicas dos promotores de desenvolvimento.

BIBLIOGRAFIA

ABUGRE, Charles, «NGO, Institutional Development and Sustainable Development in Post-Apartheid South Africa», in COLE, Ken (Edit.), *Sustainable Development for a democratic South Africa*, Earthscan Publications Ltd, London, 1994, pp.121-134.

AFONSO, António Ricardo Morgado, *Apoio a Processos de Avaliação e Seleção de Projectos: Metodologia, Orientações e Incorporação num Sistema de Apoio à Decisão (AGAP)*, Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, Janeiro de 1998. (Tese de Mestrado)

ALBARELLO, Luc, e Outros, *Práticas e Métodos de Investigação em Ciências Sociais*, Gradiva Publicações, 1997.

ALLISON, Michael, KAYE, Jude, *Strategic Planning for Nonprofit Organisations*, John Wiley&Sons, New York. 1997.

ALMEIDA, João Ferreira de, PINTO, José Madureira, «Da teoria à investigação empírica. Problemas metodológicos gerais», in SILVA, Augusto Santos, PINTO, José Madureira (org.), *Metodologia das ciências sociais*, Biblioteca das ciências do homem, Edições Afrontamento, Porto, 4ª edição, 1990, p.55-78.

AMARO, Roque, «Desenvolvimento – um conceito ultrapassado ou em renovação: da teoria à prática e da prática à teoria», *Cadernos de Estudos Africanos*, nº4, Janeiro/Julho, Centro de Estudos Africanos do ISCTE, Lisboa, 2003.

AMHERST H. Wilder Foundation, *Strategic Planning Workbook for Nonprofit Organizations*, 1997.

AMIN, Samir, *Le développement inégal: essai sur les formations sociales du capitalisme périphérique*, Les Éditions de Minuit, Paris, 1973.

AMIN, Samir, *Impérialisme et sous-développement en Afrique*, Anthropos, Paris, 1988.

ANGELOPOULOS, ANGELOS, *O terceiro mundo frente aos países ricos*, Edição Livros do Brasil –Lisboa, Coleção Vida e Cultura, 1973.

AREIAS, Helena Maria Silva Morais da Rocha, *Desenvolvimento local e rede social: moda ou modelo de intervenção?*, ISCTE, Lisboa, 2007.

BARAN, Paulo, *The Political Economy of Growth*, New York, Monthly Review Press, 1962.

BARBIER, Jean- Marie, *Elaboração de projectos de acção e planificação*, Coleção Ciências da Educação, Porto Editora, 1996.

BECKER, Egon, JAHN, Thomas (ed.), *Sustainability and the Social Sciences – a cross-disciplinary approach to integrating environmental considerations into theoretical reorientation*, Zed Books, 1999.

BECKER, Egon, «Exploring Uncommon Ground: Sustainability and the Social Sciences», in BECKER, Egon, JAHN, Thomas (ed.), *Sustainability and the Social Sciences – a cross-disciplinary approach to integrating environmental considerations into theoretical reorientation*, Zed Books, 1999, pp.1-22.

BENDELL, Jem, COX, Phyllida, «The Donor Accountability Agenda», in JORDAN, Lisa, TUIJL, Peter Van, *NGO Accountability – Politics, Principles & Innovations*, Earthscan, London and Sterling, 2006, pp.109-126.

BLANCHÉ, R., *Introdução à la logique contemporaine*, Librairie Armand Colin, Paris, 3^e Édition, 1957.

BOURDIEU, Pierre, *O poder simbólico*, Difel, Lisboa, 1989.

BRYSON, John M, ALSTON, Farnum K., *Creating and Implementing Your Strategic Plan. A workbook for Public and Nonprofit Organizations*, Jossey Bass, San Francisco, 1996.

CAMPBELL, Colin, *The myth of Social Action*, Cambridge University Press, Cambridge, 1996.

CARDOSO, Fernando Henriques, *Política de desenvolvimento em sociedades dependentes: ideologias do empresariado industrial argentino e brasileiro*, Zahar Editores, Rio de Janeiro, 1971.

CARDOSO, F., FALLETO, E., *Dependência e Desenvolvimento na América Latina – Ensaio de Interpretação Sociológica*, Biblioteca de Ciências Sociais, Zahar Editores, Rio de Janeiro, 1979.

CAROSI, Paulo, *Curso de Filosofia – Introdução e Gnoseologia. Lógica*, Edições Paulinas, Roma, 1963, Vol.1.

CÉRÉZUELLE, Daniel, *Pour un autre développement social – Au delà des formalismes techniques et économiques*, Sociologie Économique, Desclée de Brouwer, Paris, 1996.

CERNEA, Michael M., *Putting people first – sociological variables in Rural Development*, A World Bank Publication, Oxford University Press, [1985] 1991.

CHELIMSKY, Eleanor, SHADISH, William R., *Evaluation for the 21st Century – a Handbook*, Sage Publications – International Educational and Professional Publisher, Thousand Oaks, London, New Delhi, 1997.

COELHO, Borges, «Da violência colonial ordenada à ordem pós-colonial violenta - Sobre um legado das guerras coloniais nas ex-colónias portuguesas» in *Lusotophie*, 2003, pp.175-193.

COLE, Ken (Edit.), *Sustainable Development for a democratic South Africa*, Earthscan Publications Ltd, London, 1994.

COLE, Ken, «Ideologies of sustainable Development», in COLE, ken (Edit.), *Sustainable Development for a democratic South Africa*, Earthscan Publications Ltd, London, 1994, pp.227-237.

CRUZ, Manuel Lopes da, *O Programa de Ajustamento Estrutural na República da Guiné-Bissau: Uma avaliação política e ética*, ISCTE, 2007. (Tese de Mestrado)

DAVIES, Anthony, *Managing for a chance – how to run development projects*, ITDG Publishing, London, 1997.

DAHL, Robert A., *Democracia*, Temas e Debates - Coleção Memórias do Mundo, Lisboa, 1999.

DE SENARCLENS, Pierre, «How the United Nations promotes development through technical assistance» in RAHNEMA, Majid, BAWTREE, Victoria (Edit.), *The Post-Development Reader*, Zed Books, London, [1997] 2005, pp. 191-2001.

DIAS, Eduardo Costa, «Estado, estruturas políticas tradicionais e cidadania: o caso senegâmbiano», in VIEGAS, José Manuel Leite, DIAS, Eduardo Costa (org.), *Cidadania, Integração, Globalização*, Celta Editora, Oeiras, 2000.

EDWARDS, Michael, «Foreword», in JORDAN, Lisa, TUIJL, Peter Van, *NGO Accountability – Politics, Principles & Innovations*, Earthscan, London and Sterling, 2006.

EGGERS, Hellmut W., CHELIMSKY, Eleanor, «Purpose and Use: What can we Expect?», in *Evaluation*, Vol. 5 (1), Sage Publications, 1999, pp. 92-96.

EGGERS, Hellmut W., «Project Cycle Management: A Personal Reflection» in *Evaluation*, Vol. 8, Sage Publications, 2002, pp.496-504.

ELIAS, Norbert, *Introdução à Sociologia*, Espaço Sociologia, Edições 70, Lisboa, 1970.

ESCOBAR, Arturo, «The Making and Unmaking of the Third World through Development», in RAHNEMA, Majid, BAWTREE, Victoria (Edit.), *The Post-Development Reader*, Zed Books, London, [1997] 2005, p.85-93.

ESCOBAR, Arturo, «Planning», in SACHS, Wolfgang (edit.), *The Development Dictionary: A Guide to Knowledge as Power*, Zed Books Ltd., London and New Jersey, 1992, pp.132-145.

ESTEVA, Gustavo, PRAKASH, Madhu Suri, «From Global thinking to local thinking», in RAHNEMA, Majid, BAWTREE, Victoria (Edit.), *The Post-Development Reader*, Zed Books, London, [1997] 2005, pp. 277-289.

ESTEVA, Gustavo, «Development», in SACHS, Wolfgang (edit.), *The Development Dictionary: A Guide to Knowledge as Power*, Zed Books Ltd., London and New Jersey, 1992. p.6-24.

ESTIVILL, Jordi, *Panorama da luta contra a exclusão social – conceitos e estratégias*, Bureau Internacional do Trabalho – STEP/Portugal, Genebra, 2003.

FIGUEIREDO, António Manuel, COSTA, Carlos S., *Do sub-desenvolvimento – vulgatas, rupturas e reconsiderações em torno de um conceito*, Roteiro crítico e analogia, Vol.1 e 2, Biblioteca das Ciências do Homem, Edições Afrontamento, 1982.

FRANK, André Gunder, *Do sub-desenvolvimento capitalista*, Chaves da Economia, Edições 70, 1982.

FRANK, André Gunder, *Sociologia do Desenvolvimento e Subdesenvolvimento da Sociologia*, Centelha, Coimbra, 1976.

FRIEDMANN, John, *Empowerment: uma Política de Desenvolvimento Alternativo*, Celta Editora, Oeiras, [1992] 1996.

FURTADO, Celso, *O capitalismo Global*, Edições Gradiva, Lisboa, 1999.

FURTADO, Celso, *Teoria e política do desenvolvimento económico*, Publicações Dom Quixote, Lisboa, 1976.

GUERRA, Isabel, *Fundamentos e Processos de uma Sociologia da Acção. O Planeamento em Ciências Sociais*. Principia, Cascais, 2000.

GUERRA, Isabel, *Participação e Acção Colectiva - Interesses, Conflitos e Consensos*, Principia Editora, Estoril, 2006.

GUENEAU, Marie-Christine, *Afrique – les petits projets sont-ils efficaces?*, Éditions L'Harmattan, Paris, 1986.

GIDDENS, Anthony, *Sociologia*, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1997.

GIDDENS, Anthony, *Dualidade da Estrutura – Agência e Estrutura*, Celta Editora, Oeiras, 2000.

GIDDENS, Anthony, *The Consequences of Modernity*, Polity Press, Standfor, [1992], 2007.

GRAMSCI, António, *Obras Escolhidas*, Coleção Teoria Nº 21 e Nº22, Vol.I-II, Editorial Estampa, Lisboa, 1974.

GRIESGRABER, Jo Marie, GUNTER, Bernhard, *Promoting Development. Effective Global Institutions for the Twenty-first Century*, Pluto Press, London, 1995.

HABERMAS, *Racionalidade e Comunicação*, Biblioteca de Filosofia Contemporânea, Edições 70, Lisboa, 1996.

HESPANHA, Pedro, «Os caminhos e descaminhos do terceiro sector : a propósito da experiência portuguesa recente», in SANTOS, Boaventura, COHEN, Amélia,

CAMARGO, Aspásia (org.), ***O Diálogo dos 500 anos. Brasil e Portugal entre o passado e o futuro.*** Rio de Janeiro, EMC Edições, 2001.

HESPAÑA, Pedro, «Mal-estar e risco num mundo globalizado: Novos problemas e novos desafios para a teoria social», in SANTOS, Boaventura (org.), ***Globalização – Fatalidade ou Utopia?*** Edições Afrontamento, 2002.

HOWELL, Jude, PEARCE, Jenny, ***Civil Society and Development: a critical exploration,*** Boulder London, Unites States of America, 2001, pp.63-88.

JAO, Mamadu, Intervenção ***Rural Integrada – a experiência do norte da Guiné-Bissau,*** Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa, Bissau, 1999.

JORDAN, Lisa, TUIJL, Peter Van, ***NGO Accountability – Politics, Principles & Innovations,*** Earthscan, London and Sterling, 2006.

KOTTAK, Conrad Phillip, «When People Don't Come First: Some Sociological Lessons From Completed Projects», in CERNEA, Michael M., ***Putting people first – sociological variables in Rural Development,*** World Bank Publication, Oxford University Press, [1985] 1991.

MAIA, Leandro (Coord.), ***Dicionário de Sociologia,*** dicionários temáticos, Porto Editora Lda, Porto, 2002.

MAINGUENEAU, Dominique, ***Os Termos-Chave da Análise do Discurso,*** Gradiva, Lisboa, 1997.

MANN, Peter H., ***Métodos de investigação sociológica,*** 5ª Edição, Zahar Editores, Rio de Janeiro, [1968] 1983.

MANZANO, María, HUERTAS, Antonia, ***Lógica para principiantes,*** Filosofia y Pensamiento, Alianza Editorial, 2004.

MASQUETE, João Ambrósio, ***Projectos de desenvolvimento rural em Moçambique como instrumentos exógenos de transformação social das comunidades rurais: discrepância entre o discurso e a prática das ONGDIs,*** ISCTE, 2001. (Tese de Mestrado)

MILANDO, João, ***O desenvolvimento participativo em contextos institucionais “adversos”: aspectos africanos,*** ISCTE, 2003. (Tese de Doutoramento)

MILANDO, João, ***Cooperação sem Desenvolvimento,*** Estudos e Investigações 39, ICS-Imprensa de Ciências Sociais, Lisboa, 2005.

MILANDO, João, ***Desenvolvimento e Resiliência Social em África: Dinâmicas Rurais de Cabinda,*** Colecção Sociedades Africanas, Periplo, 2007.

Ministério do Emprego e da Segurança Social, Comissariado Regional do Sul da Luta contra a Pobreza, ***1º Encontro de Promotores de Projectos – Documentação do Encontro,*** Vol 1-2, Lisboa, 1991.

NAHAVANDI, Firouzeh (édit), *Repenser de développement et la coopération internationale – État des savoirs universitaires*, Éditions Karthala, Paris, 2003.

OAKLEY, Peter, at all, *Projects with people – The practice of participation in rural development*, International Labour Office, Geneva, 1991.

PORTER, Doug, ALLEN, Bryan, THOMPSON, Gaye, *Development in Practice – Paved with Good Intentions*, Routledge London and New York, 1991.

POPPER, Karl, *Sociedade Aberta, Universo Aberto*, Publicações Dom Quixote, Lisboa, 1991.

PRESTON, P. W., *Theories of Development*, Routledge & Kegan Paul Ltd, London, 1982.

PUHLE, Hans-Jürgen, «Cidadania e Estado-Nação», in VIEGAS, José Manuel Leite, DIAS, Eduardo Costa (org.), *Cidadania, Integração, Globalização*, Celta Editora, Oeiras, 2000.

RAHNEMA, Majid, BAWTREE, Victoria (Edit.), *The Post-Development Reader*, Zed Books, London, [1997] 2005.

RAHNEMA, Majid, «Toward post-development: searching for signpost, a new language and new paradigms», in RAHNEMA, Majid, BAWTREE, Victoria (Edit.), *The Post-Development Reader*, Zed Books, London, [1997] 2005, p. 377-404.

RAHNEMA, Majid, «Participation», in SACHS, Wolfgang (edit.), *The Development Dictionary: A Guide to Knowledge as Power*, Zed Books Ltd., London and New Jersey, 1992. pp.116-130.

RATSIMBAHARISON, Adrien M., *The failure of the United Nations Development Programs for Africa*, University Press of America, 2003.

REBELO, José (coord.), *Novas Formas de Mobilização Popular*, Campo das Letras – Editores, Porto, 2003.

REEVES, Dory, *Planning for Diversity – Policy and Planning in a World of Difference*, Routledge, London and New York, 2005.

REIS, Vítor Manuel Vaia dos, *Principais estratégias de desenvolvimento em confronto na República de Cabo Verde após a independência*, ISCTE, 2000. (Tese de mestrado)

ROXBOROUGH, Ian, *Theories of Underdevelopment*, Macmillan, 1979.

RUDEBECK, Lars, *Colapso e Reconstrução Política na Guiné-Bissau 1998-2000 – Um Estudo de Democratização Difícil*, The Nordic Africa Institute, 2001.

SACHS, Wolfgang (edit.), *The Development Dictionary: A Guide to Knowledge as Power*, Zed Books Ltd., London and New Jersey, 1992.

SACHS, Ignacy, «Social Sustainability and Whole development: Exploring dimensions of Sustainable Development», in BECKER, Egon, JAHN, Thomas (ed.), *Sustainability and the Social Sciences – a cross-disciplinary approach to integrating environmental considerations into theoretical reorientation*, Zed Books, 1999, pp. 25-36.

SAID, Edward W, *Orientalismo, o Oriente como invenção do Ocidente*, Companhia das Letras, São Paulo, [1978], 1990.

SANTOS, Boaventura de Sousa, *Pela mão de Alice – o social e o político na pós-modernidade*, Biblioteca das Ciências do Homem, Edições Afrontamento, Porto, 1994.

SARES, Anita Fernandes Clemente, *Desenvolvimento participativo na Guiné-Bissau: análise de dois projectos de desenvolvimento local em Quinhamel e em Bissau*, Lisboa, Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa - ISCTE, 1997. (Tese de Mestrado).

SARMENTO, Manuel Jacinto, *Lógicas de Acção nas Escolas*, Instituto de Inovação Educacional, Braga, 2000.

SCHIEFER, Ulrich, *Integrated Evaluation of Change – a new perspective for planning and evaluation in multiple intervention environments*, Periploí, 2008.

SCHIEFER, Ulrich, e Outros, *MAPA - Manual de Planeamento e Avaliação de Projectos*, Principia Publicações Universitárias e Científicas, Cascais, 2006.

SCHIEFER, Ulrich, e Outros, *MAPA. Manual de Facilitação para a Gestão de Eventos e Processos Participativos*, Principia Publicações Universitárias e Científicas, Cascais, 2006.

SCHIEFER, Ulrich, «Prefácio», in MILANDO, João, *Desenvolvimento e Resiliência Social em África: Dinâmicas Rurais de Cabinda*, Colecção Sociedades Africanas, Periploí, 2007.

SEBASTIÁN, Luis de, *África, pecado de Europa*, Editorial Trotta, Madrid, [2006], 2007.

SEN, Amartya Kumar, *Pobreza e Fomes: um ensaio sobre direitos e privações*, Terramar, Lisboa, 1999.

SEN, Amartya, *O Desenvolvimento como Liberdade*, Editora Gradiva, 2003.

SILVA, Maria Manuela, «Fases de um processo de Desenvolvimento Comunitário», in *Análise Social*, Vol. I, N^o4, Outubro 1963.

SILVA, Augusto Santos, PINTO, José Madureira (org.), *Metodologia das ciências sociais*, Biblioteca das Ciências do Homem, Edições Afrontamento, Porto, 4^a edição, 1990.

SILVA, Augusto Santos, «a ruptura com o senso comum nas ciências sociais», in SILVA, Augusto Santos, PINTO, José Madureira (org.), *Metodologia das ciências sociais*,

Biblioteca das ciências do homem, Edições Afrontamento, Porto, 4ª edição, 1990 pp.29-53.

SINE, Babakar, *Imperialismo e teorias sociológicas de desenvolvimento*, Éditions Antrophos, 1975.

SIVINI, Giordano, *Resistance to Modernization in Africa: Journey among Peasants and Nomads*, Transaction Publishers, New Brunswick (USA), London (UK), 2007.

SO, Alvin Y., *Social Change and Development – Modernization, Dependency, and World-System Theories*, Sage Library of Social Publications, 1990.

STAUDT, Kathleen, *Managing Development. State, Society and International Contexts*. Sage, London, 1991.

SUNKEL, Osvaldo, *O marco histórico do processo desenvolvimento-subdesenvolvimento*, 3ª edição, Difel, 1975.

TEMUDO, Marina Padrão, *Inovação e Mudança em sociedades rurais africanas – Gestão de recursos naturais, saber local e instituições de desenvolvimento induzido. Estudo de caso da Guiné-Bissau*, Universidade Técnica de Lisboa/ Instituto Superior de Agronomia, Lisboa, 1998.

UPHOF, Norman, «Fitting Projects to People», in CERNEA, Michael M., *Putting people first – sociological variables in Rural Development*, A World Bank Publication, Oxford University Press, [1985] 1991.

VALA, Jorge, «A análise de conteúdo», in SILVA, Augusto Santos, PINTO, José Madureira (org.), *Metodologia das ciências sociais*, Biblioteca das ciências do homem, Edições Afrontamento, porto, 4ª edição, 1990, pp.101-128.

VERHELST, Thierry G, *No life without roots: culture and development*, Zed Books Ltd, London and New Jersey, [1987] 1990.

DOCUMENTOS ONLINE :

ARUNDHATI, Roy, In www.monde-diplomatique.fr/2004/10/ROY/11569. (acedido em Nov. 2008)

BATLEY, at al, 2006 p.(1), In <http://www.oecd.org/dataoecd/24/27/36563035.pdf> (Acedido em Nov. 2008).

Institut Interculturel de Montréal - IIM, *La fin du développement et le travail de régénération, Déclaration de RIAC(D)*, Oxford, Québec, Canada, 4 mai 1992, In <http://www.iim.qc.ca/> (Acedido em Nov. 2008).

MACHADO, Luiz Toledo, *A teoria da dependência na América Latina*, in Estudos Avançados, nº13 (35), 2005, pp.199-215, In

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141999000100018,
(Acedido em Nov. 2008).

RELATÓRIO BANCO MUNDIAL 2005, *In*

http://www.adelinotorres.com/relacoesinternacionais/BANCO%20MUNDIAL-Relat%C3%B3rio%20Anual%202005_em%20PORTUGU%C3%8AS.pdf (Acedido em Maio de 2009).

WEMWE *in* <http://www.ladocumentationfrancaise.fr/dossiers/banque-mondiale-fmi/quels-ped.shtml#p3>, 2003. (Acedido em Nov. 2008).

SITES CONSULTADOS:

- [catalog.loc.gov\](http://catalog.loc.gov/)
- [www.worldbank.org/html/oed\](http://www.worldbank.org/html/oed/)
- www.und.org/files/sl/Documents/manuals/Empowering/chapter6.htm
- www.worldbank.org/files/1425wps2564.pdf
- www.ipad.mne.gov.pt
- www.imvf.org
- www.plataformaongd.pt
- www.imf.org
- europa.eu/pol/dev/index_en.htm
- www.africa-union.org
- www.ngo.org
- www.undp.org
- www.unimondo.org
- www.oneworld.net
- www.devjob.org
- www.ocde.org
- www.usaid.gov
- www.dfid.gov.uk/
- www.sida.se
- www.gtz.de/en/
- www.danida-dccd.dk
- www.cooperationfr.com
- www.diplomatie.gouv.fr/fr/ministere_817/publications_827/cooperation-internationale-developpement_3030/index.html
- www.diplomatie.gouv.fr/fr/ministere_817/publications_827/cooperation-internationale-developpement_3030/direction-generale-cooperation-internationale-du-developpement_19130/index.html
- www.objectivo2015.org/
- www.inde.pt/
- www.fecongnd.net/ - <http://www.akdn.org/focus>
- www.jrsportugal.pt/
- www.isu.pt/
- www.cresacor.org/

ANEXOS:

1 - QUESTIONÁRIO

1. DESIGNAÇÃO E DATA DE CRIAÇÃO DA ONG?

R:

2. COMO CLASSIFICA O PAPEL DAS ONGD EM GERAL NAS MUDANÇAS PRODUZIDAS NO PANORAMA MUNDIAL DESENVOLVIMENTISTA?

R: *sublinhe ou seleccione a sua resposta*

- A) PAPEL CRUCIAL NA LUTA CONTRA A POBREZA
- B) PAPEL FUNDAMENTAL PARA O CUMPRIMENTO DOS OB. DESEV. MILÉNIO (ODM)
- C) PAPEL A PERDER RELEVO DEVIDO À DIMINUIÇÃO DE FINANCIAMENTO
- D) PAPEL CRESCENTE E COM GRANDE FORÇA DE MUDANÇA
- E) PAPEL CADA VEZ MENOS RELEVANTE
- F) OUTROS:

3. QUAL A ÁREA GERAL DE ACTUAÇÃO DA ONGD?

R: *sublinhe ou seleccione a sua resposta*

- A) COOPERAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO
- B) EDUCAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO
- C) MIGRAÇÕES
- D) AJUDA HUMANITÁRIA
- E) DIREITOS HUMANOS
- F) OUTRA:

4. QUAL (AIS) A ÁREA QUE ENGLOBA MAIOR NÚMERO DE PROJECTOS NA ONGD?

R: *sublinhe ou seleccione a sua resposta*

- A) EDUCAÇÃO/FORMAÇÃO/ CAPACITAÇÃO
- B) SAÚDE /SANEAMENTO
- C) LUTA CONTRA A POBREZA
- D) BOA GOVERNAÇÃO
- E) CRESCIMENTO ECONÓMICO
- F) OUTROS:

5. QUAL A FORMA DE INTERVENÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO MAIS ADOPTADA PELA ONGD?

R: *sublinhe ou seleccione a sua resposta*

- A) PROJECTOS DE DESENVOLVIMENTO
- B) AJUDA HUMANITÁRIA
- C) ACTIVIDADES VOLUNTÁRIAS

- D) FINANCIAMENTO DE ACÇÕES
E) OUTROS:

6. QUAL O PAÍS (ES) E LOCALIDADE ONDE A ONGD EXERCE MAIOR INFLUÊNCIA EM TERMOS DE IMPLEMENTAÇÃO OU PARTICIPAÇÃO EM PROJECTOS?

R:

7. QUAL O LIMITE TEMPORAL MÉDIO DOS PROJECTOS DE DESENVOLVIMENTO NOS QUAIS PARTICIPA?

R: *sublinhe ou seleccione a sua resposta*

- A) DE 1 A 9 MESES
B) DE 1 A 2 ANOS
C) ATÉ 3 ANOS
D) MAIS DE 3 ANOS
E) 5 ANOS
F) MAIS DE CINCO ANOS
G) 10 ANOS
H) OUTRO:

8. NO ANO DE 2007, EM QUANTOS PROJECTOS PARTICIPOU NA QUALIDADE DE PARCEIRO?

R:

9. NO ANO DE 2007, QUANTOS PROJECTOS A ONGD TEVE EM CURSO?

R:

10. EM MÉDIA, QUAL O NÚMERO DE PROJECTOS NOS QUAIS A ONGD PARTICIPA POR ANO (QUER COMO ENTIDADE PROPONENTE QUER COMO PARCEIRO INSTITUCIONAL)?

R: *sublinhe ou seleccione a sua resposta*

- A) 1 PROJECTO POR ANO
B) 3 PROJECTOS POR ANO
C) 6 PROJECTOS POR ANO
D) 10 PROJECTOS POR ANO
E) 15 PROJECTOS POR ANO
F) 20 PROJECTOS POR ANO
G) OUTRO:

11. INDIQUE AS 4 PRINCIPAIS ENTIDADES A QUE SOLICITA FINANCIAMENTO?

R: escreva a sua resposta

1. _____
2. _____
3. _____
4. _____

12. QUAL O VOLUME DE FINANCIAMENTO GLOBAL PARA OS PROJECTOS QUE A ONGD RECEBEU EM 2007?

R:

A)

13. A ONGD DESENVOLVE ACÇÕES E OU ACTIVIDADES GERADORAS DE RECURSOS?

A) SIM. QUAL (AIS)?

B) NÃO

14. EM MÉDIA ANUAL, QUAL O NÚMERO DE FUNCIONÁRIOS QUE A ONGD POSSUI?

R: sublinhe ou seleccione a sua resposta

- A) ATÉ 3*
- B) DE 3 A 6*
- C) DE 6 A 10*
- D) DE 10 A 15*
- E) DE 15 A 20*
- F) MAIS DE VINTE*
- G) OUTRO:*

15. QUAL A CAUSA PRINCIPAL, EM TERMOS GLOBAIS, DA EFICÁCIA DOS PROJECTOS DE DESENVOLVIMENTO?

R: sublinhe ou seleccione a sua resposta

- A) FINANCIAMENTO AVULTADO*
- B) PLANEAMENTO EFICIENTE*
- C) BOA GESTÃO DA PARTE DAS COMUNIDADES/PAÍSES*
- D) O FORMATO DE PROJECTO DO DESENVOLVIMENTO*
- E) BOA EQUIPA DE TÉCNICOS/ RECURSOS HUMANOS*
- F) OUTROS:*

16. QUAL A CAUSA PRINCIPAL, EM TERMOS GLOBAIS, DA INEFICÁCIA DE MUITOS PROJECTOS DE DESENVOLVIMENTO?

R: sublinhe ou seleccione a sua resposta

- A) FINANCIAMENTO REDUZIDO*
- B) PLANEAMENTO DEFICIENTE*
- C) MÁ GESTÃO DAS COMUNIDADES/PAÍSES*
- D) O FORMATO DE PROJECTO DO DESENVOLVIMENTO*
- E) FALTA DE TÉCNICOS/ RECURSOS HUMANOS*
- F) OUTROS:*

**17. COMO AVALIA O IMPACTO GERAL DOS PROJECTOS DE DESENVOLVIMENTO NOS
QUAIS PARTICIPOU NO ANO DE 2007?**

R: sublinhe ou seleccione a sua resposta

- A) POSITIVO, COM OS PRINCIPAIS OBJECTIVOS CUMPRIDOS*
- B) POSITIVO, COM MUDANÇAS ESSENCIAIS À COMUNIDADE/PAÍS*
- C) POSITIVO, DE ACORDO COM OS RECURSOS DISPONÍVEIS*
- D) SUFICIENTE, ATENDENDO À SITUAÇÃO ANTERIORMENTE ENCONTRADA*
- E) SUFICIENTE, DEVIDO À CONJUNTURA LOCAL*
- F) SUFICIENTE, DEVIDO À GESTÃO DO PROJECTO*
- G) NEGATIVO, DEVIDO À ESCASSEZ DE FINANCIAMENTO*
- H) NEGATIVO, DEVIDO À RECEPÇÃO DA COMUNIDADE*
- I) NEGATIVO, DEVIDO À INEFICÁCIA DO PROJECTO*
- J) OUTROS:*

Nome:
Data:

Cargo/Função:

2 - BREVE ANÁLISE DAS RESPOSTAS DOS QUESTIONÁRIOS:

Entidades inquiridas:

NOME	DATA CRIAÇÃO	LOCAL/ PAÍS	ASSINATURA	BREVE CARACTERIZAÇÃO
INDE – Organização Cooperativa para a Intercooperação e o Desenvolvimento	1988	PORTUGAL	Arnaud de La Tour - Director	Os objectivos da INDE visam permitir que as pessoas, as comunidades e as instituições e/ou as associações, possam reforçar as suas capacidades de decidir do seu modo de vida, garantir condições materiais de uma vida com dignidade e os direitos fundamentais à democracia ²¹⁰ . Os projectos de intervenção da INDE visam a luta contra a pobreza.
TINIGUENA – Esta Terra é Nossa (Guiné-Bissau)	1991	GUINÉ-BISSAU	Augusta Henriques – Secretária Geral	ONG guineense, sediada em Bissau. Criada por guineenses, a Tiniguena actua na áreas da conservação e valorização da biodiversidade e na valorização e dos saberes locais, como forma de luta contra a pobreza e promoção do desenvolvimento local.
FEC – Fundação Evangelização e Culturas		PORTUGAL	Catarina Lopes – Coordenadora do Departamento de Cooperação	A FEC é uma ampla plataforma de coordenação da cooperação da Igreja Portuguesa com a Lusofonia, que congrega Bispos, religiosos, paróquias, voluntários e cooperantes. ²¹¹ Actua nas áreas da Cooperação e Evangelização fora de Portugal, e de Educação para o Desenvolvimento no país.
JRS – Serviço Jesuítas aos Refugiados		PORTUGAL	André Costa Jorge - Director	A JRS é uma organização humanitária e internacional da Igreja Católica, sob a responsabilidade da Companhia de Jesus, fundada em 1980 pelo Padre Pedro Arrupe, que via os refugiados como os mais desprotegidos deste mundo, estando hoje presente em 70 países. ²¹²
RA – Rede Ajuda Cooperação e Desenvolvimento	2002	GUINÉ-BISSAU	Danilo Gomes - Assistente de Programa	ONG guineense, sediada em Buba, no sul do país, que coordena os projectos de combate à pobreza financiados pelo Ministério de Trabalho e da Segurança Social de Portugal. Trabalha na luta contra a pobreza e nas áreas da formação/ capacitação.
FOCUS - Fundação Focus	1994	PORTUGAL	Alida Amade - Programme	A FOCUS e a Fundação Aga Khan (AKF) são afiliadas da Rede Aga Khan para o

²¹⁰ In http://www.plataformaongd.pt/site3/index.php?option=com_content&task=view&id=38&Itemid=41;

²¹¹ IDEM :

²¹² In <http://www.jrsportugal.pt/jrs/jrshist.asp> ;

Assistência Humanitária Europa			Manager -PT	Desenvolvimento (AKDN), um conjunto de instituições que trabalham para promover oportunidades e condições de vida para pessoas de todas as religiões e origens, em regiões específicas do mundo em desenvolvimento. A FOCUS é uma agência internacional de ajuda de emergência que proporciona meios de auxílio e assistência após e/ou durante uma situação de calamidade natural ou proporcionada pelo homem. ²¹³
CRESAÇOR – Cooperativa Regional de Economia Solidária	1999	PORTUGAL (AÇORES)	Catarina Borges – Coordenadora Projectos	A CRESAÇOR inclui-se no ramo do sector cooperativo da solidariedade social e tem por objectivo principal da sua actividade: Apoiar famílias e comunidades socialmente desfavorecidas, com vista à melhoria da sua qualidade de vida e inserção sócio económico; Incrementar o acesso à educação, formação e integração profissional de grupos socialmente desfavorecidos; Apoiar a criação de micro empresas de inserção social e proceder à promoção, valorização e comercialização de produtos destas iniciativas de economia solidária; ²¹⁴
ISU – Instituto de Solidariedade e Cooperação Universitária	1990	PORTUGAL	Rita Leote e Daniela Moutinho - Coordenadora s Projectos	O ISU teve origem num grupo de estudantes universitários portugueses que, constatando as lacunas existentes no voluntariado universitário e no intercâmbio cultural entre os países africanos Lusófonos, na realidade portuguesa e na das entidades dadoras, decidiu levar à prática um projecto de solidariedade e cooperação universitária. Actualmente, o seu leque de acção desenvolve-se tendo como base estas linhas de fundo: o Voluntariado Juvenil, a Cooperação e a Educação para o Desenvolvimento e a Exclusão Social. ²¹⁵
IMVF – Instituto Marquês de Valle Flôr	1951	PORTUGAL	Rita Caetano – Responsável pelo Departament o de Comunicação	O IMVF foi fundado em Agosto de 1951 pela Marquesa de Valle Flôr, para perpetuar a memória de seu marido, o Marquês de Valle Flôr, e a de seu filho José Luiz de Valle Flôr. O seu objectivo principal é a realização de Programas de Ajuda Humanitária, de Educação e de Cooperação para o Desenvolvimento económico, cultural e social, bem como a realização de estudos científicos nos vários domínios. Desde a sua fundação, o Instituto tem vindo a desenvolver projectos e outras iniciativas nos países de língua portuguesa, estando desde o ano 2000 presente em todos eles. ²¹⁶

²¹³ In www.akdn.org/focus

²¹⁴ In www.cresacor.org/quem.php

²¹⁵ In www.plataformaongd.pt/site3/index.php?option=com_content&task=view&id=48&Itemid=41;

²¹⁶ IDEM.

O objectivo da realização do questionário foi procurar respostas para quatro questões essenciais nesta dissertação:

- 1 – Qual o formato de intervenção para o desenvolvimento mais utilizado pelas instituições da sociedade civil, com destaque para as Organizações Não Governamentais de Desenvolvimento (ONGD).
- 2 – Qual o número de projectos em que as entidades contactadas participaram em 2007, quer como entidades proponentes quer como parceiras.
- 3 – Saber se o formato-projecto é apontado como uma das causas para o insucesso das intervenções para o desenvolvimento.
- 4 – Qual a visão que as entidades contactadas têm do seu próprio trabalho e do trabalho em geral que a rede a que pertencem tem desenvolvido.

À medida que fui recebendo as respostas do questionários, enviados por email a diversas entidades, constatei que as nove entidades que prontamente responderam eram uma amostragem suficiente do panorama institucional que interessava analisar, pelos seguintes motivos:

- A diversidade em termos da origem ou motivo de criação das entidades contactadas (por iniciativa de um grupo de jovens; iniciativa de pessoa particular detentora de recursos próprios; como braço da Igreja católica; etc.);
- A diversidade em termos do âmbito ou da área temática das intervenções (desde a ajuda humanitária, às questões ambientais, aos refugiados e à luta contra a pobreza, etc.);
- A diversidade em termos dos objectos da acção, relacionada com as temáticas das intervenções.
- A diversidade em termos de volume de financiamento e dimensão das entidades;

E também pelas semelhanças encontradas, nomeadamente no que se refere às entidades à que as entidades solicitam financiamento, e ainda, em termos gerais, os países e áreas geográficas onde elas intervêm. Outra questão muito relevante, é o facto de, tal como muitos autores referem nos seus estudos e análises, a intervenção para o desenvolvimento ter na implementação dos projectos, o modo e modelo mais utilizado nas induções para o desenvolvimento.

Principais considerações:

Sendo a tese baseada em documentação, e não propriamente no trabalho de campo, este questionário por si só, é esclarecedor de certas ideias presentes na tese, embora tenha optado por não incluí-lo, por apenas confirmar e legitimar o que muitos autores consultados concordam ser a realidade do complexo desenvolvimentista e suas acções.

Analisando as respostas recebidas, constatou-se que 62,5% das entidades foram criadas na década de 1990 e seguintes, sendo assim na sua maioria entidades recentes.

No que se refere à classificação do papel das ONG nas mudanças produzidas no panorama das intervenções para o desenvolvimento, 75% considera que as ONG têm um papel crucial na luta contra a pobreza, seguido de um papel fundamental para o cumprimento dos ODM e de um papel crescente e com grande força de mudança.

As áreas de actuação das entidades contactadas são por norma mais do que uma das identificadas no questionário, sendo que a cooperação para o desenvolvimento é a que tem mais peso, seguida da Educação para o desenvolvimento e das Migrações. Outras áreas como a Ajuda Humanitária, os Direitos Humanos e outras como Ambiente e Desenvolvimento Participativo e Durável foram também referidas.

Nesta mesma linha, as áreas que englobam maior nº de projectos da ONGD são: Educação/Formação/capacitação e a Luta contra a pobreza. Saúde e saneamento, Biodiversidade e Saberes Locais, Integração social e público desfavorecido e Segurança Alimentar foram também apontadas. Isto permite-nos também verificar, conforma exposto ao longo da dissertação, as correntes de financiamento e sua direcção quanto às temáticas:

Das formas de intervenção para o desenvolvimento mais adoptadas pelas entidades, os projectos de desenvolvimento consistem em 78% das respostas, seguido das Actividades Voluntárias. Foram também indicados a Ajuda Humanitária, a Governação Participativa e a Animação sócio-cultural.

Os países ou localidades em que as entidades contactadas intervêm são a Guiné-Bissau, com 66% das respostas, seguido de Cabo-Verde Angola e Portugal.

O limite temporal médio dos projectos de desenvolvimento são de até 3 anos, com 66% das respostas, seguido de *Mais de 3 anos* e de *1 a 2 anos*.

As diferentes entidades participaram em 2007 na qualidade de parceiro, em média em 4 projectos. Dos valores referidos, dez foi o número máximo de projectos referidos e houve uma entidade que não participou em nenhum projecto na qualidade de parceiro.

Em 2007, o número médio de projectos que as entidades tiveram em curso foi de 9 projectos. O número máximo respondido foi de 37 e o mínimo foram quatro projectos.

Em média, o número de projectos nos quais as entidades participam por ano, quer como entidades proponentes quer como parceiros institucionais, é de 10 projectos.

Das entidades a que as instituições solicitam financiamento, o IPAD – Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento e a Fundação Calouste Gulbenkian aparecem em primeiro lugar, seguidos da União Europeia e da CPLP – Comunidade de Países da Língua Oficial Portuguesa. Outras entidades como os Municípios, a Segurança Social e outras ONG, assim como o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, o Banco Mundial e as nações Unidas, foram também identificadas como financiadoras.

No que se refere ao volume de financiamento recebido, os valores são bastante diferentes, daí que tenha optado por colocá-los todos: 600 mil euros; 800 mil euros; 467 mil euros; 1.200 mil euros; 5.231.710,99 euros; 400.000.00 euros; 400 mil euros;
Duas entidades não responderam a esta questão.

Das entidades inquiridas, apenas uma não desenvolve nenhuma actividade geradora de recursos, e que corresponde àquela que maior volume de financiamento dispôs no ano de 2007. As actividades identificadas consistiram na angariação de fundos, actividades formativas, vendas e campanhas; negócios como um snack-bar e ainda assistência técnica.

Quando ao número de funcionários, as respostas seleccionadas foram, de *10 a 15*, seguidos, com igual número, de *6 a 10*, de *15 a 20* e *mais de 20*.

A causa principal apontada para a eficácia dos projectos de desenvolvimento foi o planeamento eficiente, com 66% das respostas, seguido da *boa equipa de técnicos/ recursos humanos*. O formato projecto de desenvolvimento foi referido por duas entidades, das nove que responderam ao questionário.

Das causas da ineficácia de muitos projectos de desenvolvimento apontado pelas entidades foi o Planeamento deficiente e a Má gestão das comunidades/países, seguido de Financiamento reduzido e do formato do projecto, este último referido por duas entidades. Outra referida foi a falta de técnicos.

Na avaliação dos projectos nos quais participaram, as entidades dão nota positiva ao seu trabalho. Sendo que o *Positivo, com os principais objectivos cumpridos* teve 78% das respostas.